



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

DA LITERATURA À EDUCAÇÃO:
IMAGENS DA EDUCAÇÃO NA LITERATURA DO SÉCULO XIX

ROGÉRIO DOS SANTOS DE OLIVEIRA

SÃO CRISTÓVÃO

2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DA LITERATURA À EDUCAÇÃO:

IMAGENS DA EDUCAÇÃO NA LITERATURA DO SÉCULO XIX

ROGÉRIO DOS SANTOS DE OLIVEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora Professora Doutora: Sonia Meire S. Azevedo de Jesus

SÃO CRISTÓVÃO

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Oliveira, Rogério dos Santos de

O48d Da literatura à educação : imagens da educação na literatura do século XIX / Rogério dos Santos de Oliveira ; orientadora Sonia Meire S. Azevedo de Jesus. – São Cristóvão, 2012.

103 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2012.

1. Educação. 2. Literatura. 3. Crítica literária – Século XIX. I. Jesus, Sonia Meire S. Azevedo de, orient. II. Título

CDU 37.01:82.09”18”



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ROGÉRIO DOS SANTOS DE OLIVEIRA

**DA LITERATURA À EDUCAÇÃO: IMAGENS DA EDUCAÇÃO NA LITERATURA
DO SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

Aprovada em: 02. 07. 2012

Sônia Meire Azévedo de Jesus

Prof.ª Dr.ª Sônia Meire Azévedo de Jesus (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Educação (UFS)

Verônica dos Reis Mariano Souza

Prof.ª Dr.ª Verônica dos Reis Mariano Souza
Programa de Pós-Graduação em Educação (UFS)

Giovana Scarelli

Prof.ª Dr.ª Giovana Scarelli
Universidade Tiradentes (UNIT)

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2012**

DICÁTÓRIA

Este trabalho é dedicado á varias pessoas que se fizeram presentes no processo exaustivamente prazeroso de sua escrita, em especial à Professora Doutora Josalba Fabiana, que inspirou –me na pesquisa com a literatura; à minha estimada amiga Kleyse Galdino, com a qual compartilhei minhas primeiras descobertas; à minha saudosa avó Dona Dulce, que realizou o sonho de ver filhos e netos sob as asas do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CAPES pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual a pesquisa se tornaria inviável; ao corpo docente do NPGED, e aos meus colegas, sempre solícitos em seus itinerários de pesquisa.

A grande realidade neutra do que eu estava vivendo me ultrapassava na sua extrema objetividade. Eu me sentia incapaz de ser tão real quanto a realidade que estava me alcançando - estaria eu começando em contorções a ser tão nuamente real quanto o que eu via? (LISPECTOR, p.100, 1998)

RESUMO

Esta pesquisa é um estudo analítico da formação da ideia de educação e de seus sentidos na literatura brasileira do século XIX. O objetivo central do estudo é destacar as imagens da educação a partir de obras do romantismo brasileiro. Especificamente o trabalho enfatiza a importância da literatura na formação do ideário nacional; estabelece relações de sentidos entre nação e educação através de um *corpus* muito pouco considerado como documento histórico nas pesquisas da Educação Brasileira, além de relacionar a educação no Brasil com os discursos coloniais. As obras que fomentam a discussão são *Iracema*, *O guarani* e *Ubirajara* de José de Alencar; *A escrava Isaura* de Bernardo Guimarães. As análises são amparadas no método analítico comparativo, teoria crítica pós-colonial e o posicionamento teórico que instrumentaliza a visualização das relações entre as obras, a educação e os conhecimentos disponibilizados pela problematização do passado colonial. A literatura é considerada como manifestação discursiva que, ao molde da teoria da Análise do Discurso francesa de linha foucaultiana, AD, e por esta razão, estaria criando realidades e práticas através de seus aparatos semânticos e significantes. O estudo sinaliza que o comprometimento ideológico das obras e autores com a realidade resultaram na fundação da nação brasileira e, conseqüentemente, da instituição da educação que, mesmo almejando uma transformação social e política a partir do império, mostra ideais conservadores de uma sociedade colonial escravocrata. Aponta-se ainda novos tempos estéticos do realismo e do naturalismo e as antigas formas de opressão colonial a sistematizar uma gramática das relações sociais.

Palavras-Chave: Crítica Pós-colonial, Educação, Literatura.

ABSTRACT

This research is an analytical study of the formation of the idea of education and their meanings in the Brazilian literature of the nineteenth century. The main objective of the study is to highlight the image of education from the works of Brazilian romanticism. Specifically the work emphasizes the importance of literature in the formation of national ideals; establishes relations between nation senses and education through a corpus considered as very little historical document research in Brazilian Education, and link education with the Brazilian colonial discourses. The works that foster discussion are *Iracema* and *O Guarani* by José de Alencar Ubirajara; *A escrava Isaura* by Bernardo Guimarães. The analyzes are supported in the analytical method, comparative postcolonial critical theory is the theoretical position that exploits the visualization of relationships between works, education and knowledge provided by the questioning of the colonial past. The literature is regarded as discursive manifestation that the template theory of AD French Foucaultian line, and therefore, would be creating realities and practices through its apparatuses and semantic significance. The study indicates that the ideological commitment of books and authors with reality resulted in the founding of the Brazilian nation and hence the institution of education that even a longing for social and political transformation from empire, shows conservative ideals of a colonial slavocrat society. Points are still new era aesthetic of realism and naturalism and the old forms of colonial oppression to systematize a grammar of social relations.

Keywords: Education, Literature, Postcolonial Criticism.

SUMÁRIO

A PESQUISA EM EDUCAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES: ENCONTROS E REENCONTROS.....	9
1.0 PROLEGOMENOS PARA UMA CRÍTICA PÓS-COLONIAL	22
1.1 O SENTIDO DO PRESENTE OU METÁFORAS DO PROBLEMA DA EDUCAÇÃO NACIONAL	22
1.2 DO PÓS-COLONIAL AO COLONIAL. DO PROBLEMA DOS TERMOS A INSTAURAÇÃO DO PROBLEMA	26
1.3 LITERATURA E DISCURSO	34
1.4 COLONIZAÇÃO, IMAGINÁRIO SOCIAL E EDUCAÇÃO	42
2. 0 FIAT BRASIL! NAÇÃO, UMA INVENÇÃO	48
2.1 DA NATUREZA DA NAÇÃO À NAÇÃO DA NATUREZA.....	48
2.2 CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE OU “NÃO COMERÁS O TEU PRÓXIMO”	53
2.3 O GUARANI, IRACEMA, UBIRAJARA: DO MITO À ALEGORIA	56
3.0 HISTÓRIAS DE EXCLUSÃO.....	67
3.1 A CONSTRUÇÃO DAS INCAPACIDADES	67
3.2 IGNORÂNCIAS, SEZÕES, E OUTRAS PESTES TROPICAIS	74
3.3 A ESCRAVA ISAURA.....	79
3.4 O CORTIÇO: NOVOS PERSONAGENS, ANTIGOS ENREDOS.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS.....	99

A PESQUISA EM EDUCAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES: ENCONTROS E REENCONTROS

Há muito, as utopias do fazer científico distanciadas e ideologicamente imparciais deixaram de ser prerrogativas para uma confiabilidade. Em ambos os casos é claro que a arrogância e prepotência tornaram-se traços definidores da imagem do pensamento científico. Existem sujeitos e motivações no fazer ciência que precisam ser destacados dentro do processo investigativo, aspectos estes que não inviabilizam a pesquisa, nem o rigor metodológico, tão pouco os resultados obtidos. No mais, os sujeitos da ciência são catalisadores de seu tempo, de suas necessidades e apreensões; são por eles que a ciência existe com a finalidade última da felicidade e do bem estar social. Se eles são silenciados, o que resta é um teorema hermético e obtuso a serviço de poucos.

O sujeito que fala neste texto não é uma subjetividade à deriva, é o encontro com o outro, com vozes que ficaram silenciadas na história do pensamento ocidental: etnocêntrico, misógino e avesso às diferenças. E se em minha fala as identidades¹ surgem como prerrogativa para a ação do pesquisador, é que busco negar as máscaras que me fizeram colar sobre o meu rosto ainda não revelado. Busco uma pele ou mesmo uma epiderme que se mostrará em futuro onírico onde as pessoas estejam livres das suas identidades históricas impostas, compondo relações sociais mais justas, passando a serem escolhas individuais de encontro a um coletivo. Não se pode negar os desajustes construídos através dos tempos, mas é hora de revogá-los pela conscientização de seus sinistros efeitos no presente e destacá-los como relevantes na urdidura do cotidiano.

Escrever sobre o passado é mostrar que o mesmo não é mais que uma construção humana sempre atualizada pela ação de contá-lo e pelos sujeitos que narram, pois o tempo age sobre diversas formas sobre os diversos indivíduos, que ele afeta de maneiras diferentes e

¹ Para este trabalho o conceito de identidade transita por alguns teóricos como Hall (2001) e Bauman (2005) para os quais ela se define por suas propriedades negociáveis e revogáveis, não possuindo assim caráter definitivo muito menos homogêneo. Nas palavras de Bauman: As identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. (BAUMAN, 2005, p. 19). Cuche (1999) vai sugerir em complementação ao pensamento dos teóricos sob a vertente sociológica que acima de qualquer aspecto ao processo de identificação é um fenômeno social quando afirma: A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas. Além disso, a construção da identidade não é uma ilusão, pois é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais (CUCHE, 1999, p. 182).

consequentemente transforma nossas práticas e nossos sentidos construídos socialmente. Ele habita nossas posturas políticas e nossa visão de mundo. Todavia é a partir do presente que escrevo, o tempo é minha âncora para que não me perca no labirinto dos fatos é através dele que posso avançar e retornar ao lado de fora da trama complexa da história da humanidade e em especial da América Latina. É deste presente que surgem as inquietações. Presente que não se deixa tocar de imediato, sem que nos posicionemos perante o tempo, sem que, como manda as leis da física, determinemos um referencial.

De todas as categorias da percepção humana o tempo é uma das criações metafísicas mais inusitadas, a qual não estamos preparados para renunciar. Contudo, ser apenas observador do tempo e seus eventos, não impossibilita que nos tornemos de fato atores vivos ou mesmo agentes de modificação pela resignificação constante de nossos papéis. É necessário, antes que um eu surja da pesquisa, para que se possa ter a clareza possível de nossos papéis no roteiro que contém nossas vidas e a partir daí fazer ciência com objetivos concretos, mesmo que incertos, mesmo que teologicamente ilusórios. Escrever ciência passa sobretudo pelo processo de perder-se para encontrar-se inúmeras vezes em inúmeras faces, mas não em meros reflexos de um espelho em meros simulacros da existência. Escrever ciência não é a busca do ilusório e sim um encontro com a vida.

Para Foucault (2008) o exercício da escrita é uma busca para superar aquilo que é imposto de forma primordial na ditadura do eu. Que este trabalho seguindo os passos do pensador seja motivo para que os desencontros surjam como provocação de quem escreve e de quem lê, que escrever este trabalho gere um “não ter mais um rosto” (FOUCAULT, 2008, p. 20), que a escrita e a leitura deste trabalho possam me proporcionar uma desconstrução de conceitos que pareciam tão rígidos no começo da sua redação e que dela surjam confluências e afluentes.

O ser é uma perigosa afirmação que não aceita contradição. Em todo caso cito Foucault: “Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever.” (FOUCAULT, 2008, p.20). Faço dessas as minhas palavras.

Citando Eagleton (2005), vejo o quanto é importante que a pesquisa no campo cultural se dedique não ao intocável de um complexo apanhado de pesquisas que se debruçam sobre a observação exaustiva de fenômenos e consequentemente de sua descrição, nem da mineração

de documentos e fontes empoeiradas como se a finalidade da pesquisa terminasse ali em um grito de Eureka!!!. Se a pesquisa se confunde com a limpeza, de certo se perderam sobre as camadas de poeira a superfície da realidade, não se sabe mais qual o aspecto aceitável, qual a finalidade de determinada ação. Busca-se confortavelmente o lado oposto: a confrontação com os problemas da sociedade como se a ela não pertencesse o pesquisador. O trabalho de investigação pode estar em revelar aquilo que está oculto sobre os véus do tempo, mas deve sobretudo cuidar da extirpação das sujeiras sobre as arestas de nosso pensamento contemporâneo já infectado pelos resquícios e nódoas da História da humanidade. A cultura é em parte o lugar onde se misturam e se propagam maculas de difícil remoção. É preciso não fazer dela um tabuleiro para jogo desinteressado e leviano do saber acadêmico. Eagleton diz:

Nem todos os que estudam a cultura são cegos ao narcisismo ocidental envolvido no pesquisar a história dos pêlos púbicos enquanto a metade da população mundial carece de condições sanitárias adequadas e sobrevive com menos de dois dólares por dia. (EAGLETON, 2005, p. 19-20)

O autor talvez ficasse de cabelo em pé se soubesse que com menos do que isso pessoas tentam sobreviver no Brasil das abundâncias. Mais adiante ele destaca a importância dos estudos pós-coloniais como posicionamento contrário a quadros de opressão e da banalização da miséria. Mediante a tais apontamentos, cabe ao pesquisador questionar sim suas finalidades e a conjuntura mundial no intuito de contribuir na discussão dos problemas atuais.

Neste trabalho, os Estudos Culturais surgiram primeiramente como posicionamento contrário a ciência desinteressada, a qual me referi anteriormente, surgem como postura crítica diante da realidade das mazelas sociais do país, daqui do mundo. Os estudos culturais representam na minha jornada enquanto pesquisador, em um primeiro momento, o encontro com as minhas identidades, um processo contínuo de auto-análise, para ser mais preciso, uma descoberta pessoal. A cada dado encontrado, eu, sujeito-pesquisador, descobria algo de mim, que ao mesmo tempo fazia parte de outros sujeitos, descobri que o eu era também um nós e que essa descoberta certificava um dever, uma responsabilidade muito maior que a simples satisfação de um desejo ou de uma curiosidade. Aos poucos foram surgindo as minhas identidades.

Primeiro, surgiu minha origem social, identifiquei-me fazendo parte de um extrato da sociedade onde um curso de pós-graduação ainda é uma realidade distante. Disse-me pobre, sem classe alfabética, sem posses que não as culturais distribuídas por todo meu corpo. A

cultura também é pele, também é cicatriz, e elas eram muitas. Eu estava coberto por elas, elas sulcavam a minha auto-imagem, elas estavam por dentro, entranhadas na carne e no espírito. Depois me disse negro. Negro, pois sempre me disseram o contrário, sempre me persuadiam a crer numa cor “morena”, não parda, que era a ilusão da segurança, que era o apagamento do passado gravado a ferro e fogo na mentalidade dos que me cercavam. A apostasia que rejeitou minha morenidade ligou-me ao meu lado mais negro, ao mais oculto, ao missal herege da igualdade racial e de suas desigualdades.

Os Estudos Culturais em última instância uniram corpo e desejo de conhecimento, restituíram a possibilidade do encontro com a alteridade, rompendo de vez com o maniqueísmo das relações de poder sobre a sexualidade. Os caminhos cruzaram-se com outros, traçaram por fim outros itinerários. E a pesquisa que se obstinava a descrever e analisar, a partir da literatura do século XIX, os personagens, os espaços e as ações em circunstâncias de transmissão de saber e de como este saber estava relacionado à nação brasileira, fez-me indagar novamente sobre meu espaço dentro das reflexões e sobre o espaço dos outros. Quem eram os outros nesta pesquisa?

Descobri que minha fala estava povoada de outras falas, que minha fala estava repleta de tabus, que por fim estava ainda no caminho vazio e diletante do afastamento da ciência. Descobri-me silenciando a voz de minha avó, índia e analfabeta, que um dia me perguntou se eu já sabia escrever cartas, queria ela se comunicar com seus filhos espalhados pelo país. Deixei de ouvir a voz de minha mãe no grupo escolar, fazendo as aulas noturnas do Mobral e dando a mim balas açucaradas de formatos geométricos inusitados. Relutei em ver meu pai escrevendo seu nome em tudo que era papel, sua caligrafia impecável, seu medo de não saber mais quem era que o fazia desenhar seu nome incansavelmente e isso me instigava. Meu pai também não queria esquecer e nem ser esquecido. Silenciei as vozes que mais me incentivaram ao mundo do conhecimento. Naturalizei o analfabetismo e as condições de vida precárias a que estavam malfadados os estigmatizados pelo pouco acesso a educação e a que foram destinados os muitos que povoaram a minha história de vida até hoje. Rendi-me a todos eles, nomeados ou não.

Foi então que a pesquisa me arrebatou, o meu “fazer ciência” trouxe algo semelhante a uma epifânia, trouxe o estranhamento: mesmo se passando tantos anos e tantos projetos, a educação se mostra como um espaço para poucos, tal qual cultivada pela mentalidade colonial com suas clientelas, com seus fracassos escolares anunciados, como a “incivilização” e a

barbárie feito máscaras que impedem que algo por trás das *personas* se revele no teatro repetitivo da história.

Fazendo uma observação das relações entre os indivíduos na sociedade brasileira atual e comparando-a às diversas descrições históricas sobre a mesma é fácil encontrar resquícios e elementos de um sistema colonial que não só determinava a vida política e econômica das suas colônias como também as interações pessoais dentro e fora dela. Se nesta estrutura social destacam-se os sistemas educacionais ou mesmo a ideia de educação que os gera, observa-se uma razão, um logos organizacional que estreita as ligações entre os sentidos de cada uma das instâncias de atuação do pensamento.

É fato, os discursos coloniais ainda circulam na sociedade brasileira, e conseqüentemente motivam situações de incapacitação dos sujeitos ao conhecimento e a liberdade de ação. Quando não muito o acesso à educação se define pela participação dos indivíduos num modo de produção, que é verdade, que é ciência e por esta causa incontestável. A identidade nacional põe-se a favor de esquecimentos com os quais é difícil não tomarmos consciência se tomados pelo questionamento da realidade. Resistir a isto é assumir uma postura anticolonial é retomar a história e as práticas sociais na confluência de suas ambivalências e singularidades e propor mudanças no cotidiano. É pois, não crer em números positivos de uma educação aparentemente a todo vapor frente a tanta injustiça social e miséria, mesmo cientes que dela não se pode esperar remédio para sanar as enfermidades de uma sociedade ainda desconhecida de suas próprias experiências.

Embora a complexidade dos processos sociais impeça o caráter peremptório das definições ou estruturas de forças que a atravessam e interrompem-na de forma substantiva, deve-se, pois, avaliar que formações discursivas herdadas do colonialismo, estão associadas à desabilitação política e intelectual dos indivíduos na sociedade brasileira no momento em que estes discursos surgem e circulam no cotidiano da sociedade leitora do país, bem como seu imaginário recorrente, e destacar daí práticas excludentes observáveis até os dias atuais. Em consequência destas inquietações fui reorganizando meus interesses de pesquisas e o recorte do objetivo foi se delineando a partir da seguinte pergunta: qual o papel da literatura do século XIX na construção dos sentidos da educação no Brasil?

Mesmo sem ter o objetivo de explicar a arte literária, pois a arte não pode ser aprisionada por explicações, reconhece-se que há um conteúdo literário que necessita ser

entendido, principalmente pelos educadores e foi essa convicção que me fez produzir a seguinte pergunta de pesquisa: De que forma os discursos coloniais estiveram presentes na produção literária brasileira do século XIX? Como estes discursos fazem parte da construção da realidade?

É por estas questões que este trabalho desenvolve uma reflexão sobre o papel da literatura na construção dos sentidos da educação no Brasil através de narrativas ficcionais do século XIX. A tipologia romance dentro o universo narrativo foi escolhida por manter-se muito próxima das ideologias sociais de onde partem. Os romances selecionados- *Iracema*, *O guarani* e *Ubirajara e Senhora* de José de Alencar; *A escrava Isaura* de Bernardo Guimarães, *Inocência* de Visconde de Taunay, *O cortiço* de Aluizio Azevedo - são tratados como fenômenos enunciativos sem que seja perturbado o código estético do qual fazem parte, aliás é o estatuto artístico que torna estes textos manifestações dispares do discurso não alcançando seus objetivos por outra forma ou tipologia.

Contribuem como ferramentas para apreciação crítica a Análise do Discurso, em especial a AD² de linha francesa, mais restritamente a de inspiração foucaultiana³ e dos recursos da Literatura Comparada⁴. Buscam-se em textos literários, prioritariamente escritos no século XIX ao início do século XX, discursos que apontem a presença de forma afirmativa como também contrariem o colonialismo, identificando a partir daí a fragmentação do pensamento nacionalista e de suas diversas orientações históricas.

Todavia não é pretensão deste trabalho assumir ação análoga da tradição científica a que me referi no início deste texto, desconsiderando o que já está posto, um dos objetivos do estudo é delimitar a diferença, não como uma inovação, mas como uma contingência das narrativas e teorias conhecidas. É dispor sobre a enorme colcha de retalhos da ciência que se compõe em um todo contínuo de negações e afirmativas, lacunas que apontam sempre para uma ação que não se conclui, que não é melhor nem pior, mas que é interrogação, enigma, incógnita. É possível seguir no processo de reconstrução histórica da educação sem apontar as

² A análise do discurso é o nome dado a uma variedade de diferentes enfoques no estudo de textos desenvolvida a partir de diferentes tradições teóricas e diversos tratamentos em diferentes disciplinas. (GASKEL, 2007, p. 244)

³ Para o estudo do discurso, com base no pensamento de Foucault, o discurso é destacado pelas relações entre saber e poder, seguindo a ideia pós-estruturalista da linguagem como um campo de construção contínua, da qual não é possível se extrair uma verdade absoluta.

⁴ Para Carvalhal (2006) “O surgimento da literatura comparada está vinculado à corrente de pensamento cosmopolita que caracterizou o século XIX, época em que comparar estruturas ou fenômenos análogos, com a finalidade de extrair leis gerais, foi dominante nas ciências naturais.”, mas que hoje apresenta relações infinitas de cruzamento da produção literária e a diversas formas de conhecimento.

suas finalidades e clientelas e assim passar despercebidos pelos problemas dos outros, que não são assunto morto? Todo pensamento colonial rejeita a contradição e as diferenças.

Decorre a partir deste ponto um complexo jogo de ressignificação, que busca fora da fatuidade à possibilidade do contra-discurso à miséria e à submissão. Os estudos culturais abriram um vasto campo de exploração, dentre as várias possibilidades de abordagem sobre o tema e, através da leitura das obras, o registro colonial insistentemente aparecia nas leituras em suas múltiplas facetas, com novas nuances, mas mantendo um *corpus* discursivo que é reatualizado através dos tempos e por isso seja mais difícil destrinchá-lo, desnudá-lo ou mesmo desconstruí-lo a partir das contingências atuais. Sistematizar e analisar este *corpus* passou a ser o centro da pesquisa, despertou o interesse maior que fez com que as certezas e os objetivos primários da investigação mudassem definitivamente o rumo. Os indícios e os dados levantados determinaram no universo das escolhas do tratamento crítico os estudos pós-coloniais como postura determinante.

Trabalhar com literatura é a *priori* algo de pouca importância nos departamentos de graduação como nos núcleos de pós-graduação em educação, e seus pesquisadores muitas vezes, vistos como excêntricos ou de pouca importância, tais estudos estão sempre sob a ressalva, seus textos pouco considerados ou no mínimo de grande curiosidade, mas sem muita aplicação. Uma leitura para ser feita quando o tempo não urge pela obrigação da racionalidade operante, depois da análise de dados que são imprescindíveis ao trabalho.

Sem a pretensão de desnortear os que assim acreditam fazer ciência, desconsiderando os sentidos gerados pelo contato de sujeitos e os aspectos materiais da realidade, buscar-se-á aqui, neste trabalho, o contraponto e até mesmo o que não é pontual para as discussões, o que esta de fora da ação investigativa sobre a educação brasileira na figura da literatura. Os desavisados esquecem que a literatura como parte da cultura é agente formadora do conhecimento e dos usos que se fazem dele, que os autores estão para atores de suma importância na orquestração da vida social, pois “Na outra extremidade do espaço cultural, mas totalmente próximo por sua simetria, o poeta é aquele que, por sob as diferenças nomeadas e cotidianamente previstas, reencontra os parentescos subterrâneos das coisas, suas similitudes dispersadas.” (FOUCAULT, 2000, p. 67)

De início ainda restava uma pergunta que deveria ser respondida: Um mestrado em educação, uma dissertação que se volta para a literatura? Aos poucos, o que era bem resolvido

nos interesses deste trabalho gerou uma série de contratempos e a constatação de que a interdisciplinaridade, como a transdisciplinaridade, ainda está num espaço longínquo de efetivação. Mesmo sendo amparado por falas e mecanismos que diziam ser possível prosseguir, mesmo ciente de que a investigação poderia contribuir para o pensamento educacional no país, os espaços foram restringindo os diálogos, a pesquisa foi forçada muitas vezes a tomar um caminho adverso às necessidades do trabalho, como pesquisador, vi-me coagido a abandonar as inquietações que geraram primeiras, tudo aquilo que instigava afincado.

O silenciamento havia tocado com sua mão cerceadora o trabalho, fui tentado a esquecer uma das minhas identidades imprescindível à minha escrita. Em meio ao turbilhão de dúvidas e anseios, encontrar a história de minha formação acadêmica fez reafirmar o papel que assumi o de homem das letras, que em nenhum momento me distanciava da educação. Este foi o principal motivo para que minha escrita não almejasse o fazer histórico, o fazer sociológico ou o fazer antropológico entre outros fazeres.

A literatura é a forma pela qual a pesquisa me aproxima do mundo, é através dela que mantenho o diálogo com a produção científica e com os demais sujeitos de meu tempo. É através dela que me comunico sem a pretensão da verdade, mas certo de travar o debate motivador de transformações. A literatura é meu elo de comunicação, minha linguagem. Dentro dos mecanismos da cultura ela é a âncora da pesquisa que aporta os problemas levantados e sobre a qual firmo momentaneamente dados valiosos para as análises. É importante salientar que não é interesse da pesquisa fazer da literatura um meio de explicação do real, tratar as imagens obtidas nas obras como reflexo de algo que esteja fora de si mesma, fazer dos personagens fictícios representações de indivíduos com nomes, datas de nascimento e endereços mais que materiais. Não, não se cometera aqui este equívoco.

Todavia as semelhanças não são meras coincidências. A literatura não é simplesmente construída a partir do mundo que nos cerca, ela participa da construção deste mundo e é, sobretudo, este processo que interessa a este estudo. Para este trabalho a literatura centraliza as reflexões a partir de três aspectos de observação: o do discurso, o da memória e o do imaginário.

As questões levantadas em meio ao estranhamento da realidade social presente na minha história pessoal, bem como na história de uma coletividade levam a constatação do problema educacional brasileiro que não consegue respostas em si mesmo. A violência física

sofrida recentemente por professores em greve, no estado do Ceará demonstra que nunca estivemos distantes de nosso passado colonial, que nunca nossas práticas deixaram de ser organizadas a partir de uma base autoritária que expõe a fragilidade da sociedade brasileira em efetivar transformações substanciais das relações. Por que a educação pública não consegue, e muitas vezes é terminantemente proibida, de chegar a quadros satisfatórios de instrução no país?

Não se pode ser ingênuo em acreditar que um sistema educacional, por mais perfeito, é suficiente para que os indivíduos formados por suas instituições sejam considerados em patamar de igualdade, que sobre os mesmos não serão lançados olhares avaliativos em busca de caracteres reprobatórios, tais como sexo, raça, origem social entre outros. Tais problemas e as representações deles ou não na literatura levam a construir a hipótese que a dinâmica de nossas relações sociais se sustentam até hoje no discurso colonial.

A crítica pós-colonial desenvolvida neste trabalho parte do pressuposto que identifica a literatura como uma manifestação discursiva. Os discursos estão veiculados nas narrativas, e mesmo no campo ficcional eles acabam interferindo de forma efetiva nas práticas da realidade, reverberando ideias e conceitos como também negando suas aplicações. Seria ingênuo concluir que para a educação a literatura nada teria a acrescentar além de seu caráter disciplinar disposto no currículo escolar. Deve-se levar em conta que, seguindo o pensamento foucaultiano, as formações discursivas estão sempre em conexão com outras, fazendo parte de uma rede discursiva mais extensa que determinam as práticas e os papéis dos sujeitos em sociedade, que os limitam, que estipulam suas ações.

Para uma compreensão crítica sobre o objeto de análise na investigação e para que o leitor acompanhe a jornada pelas singularidades do nosso passado histórico e suas reverberações, assim como os termos mais utilizados durante o texto traço no primeiro capítulo, Prolegômenos para uma crítica pós-colonial, os conceitos e categorias que nos sugerem reflexões, as implicações epistemológicas que fazem da relação nação/educação/literatura, um campo riquíssimo de especulações para a crítica pós-colonial; os mecanismos de controle e exclusão que fazem da colonização um fenômeno patológico e relevante para o entendimento das relações sociais no Brasil contemporâneo. Ainda nele se referencia a crítica pós-colonial a partir dos trabalhos de três estudiosos de grande importância para esta vertente de pesquisa: Homi Bhabha e Edward Said e Michel Foucault.

O pensamento destes estudiosos baliza a investigação e a análise das narrativas, mas não finda nos mesmos. São eles pontos de intersecção e diálogos teóricos com outros pensadores que se dedicam a manutenção da humanidade e da dignidade da vida no nosso mundo. Os teóricos se aproximam e se afastam do tema dando possibilidades de uma visão fragmentada de um todo. Este não se esgota sobre os moldes de análise.

Todavia, os modelos não são considerados estruturas de encaixe dos dados coletados e de suas respectivas análises, mas a possibilidade geradora de questões. Pontuamos ainda, com extrema necessidade, as noções de discurso com as quais o trabalho trata a literatura sob a perspectiva foucaultiana, em que os sujeitos agem e interagem num processo histórico contínuo. Estes processos desencadeiam uma serie de construções que aparentem demonstram um edifício textual homogêneo. E isto remete a problematização da produção literária e da produção histórica como resultados que precisam ser avaliados, pois seus fatores não condizem com a prova dos nove.

Advêm daí que a escrita literária e a escrita da história, entre outros elementos em comum, dividem um em particular. Este está relacionado com as finalidades dos distintos campos de conhecimento e de seus respectivos trabalhos com as palavras. Ambas escritas podem ser caracterizadas pela contiguidade com o espaço lacunar de suas narrativas.

Lacuna, -ae, segundo o Dicionário de latim de Ernesto Faria(1994), em seu sentido figurado está para vácuo, brecha, defeito, e principalmente para o entendimento que buscamos nestas reflexões, falta de. SELGMANN-SILVA (2003) faz uma importante colocação sobre os vazios a compor a memória ele diz que “a linguagem é antes de mais nada o traço - substituto e nunca perfeito e satisfatório - de uma falta, de uma ausência” (SELGMANN-SILVA, 2003, p. 48). É esta falta de que aquece, movimenta, reconfigura os sentidos disponibilizados pelos textos. A falta de é uma ausência que não pode ser anulada sem que seja aberta outra cavidade, outra brecha infinitamente num jogo interminável de memória. Jogo onde faltam peças e na tentativa de montagem dos painéis são usadas partes de outros, elementos de outras imagens, porém com encaixe e um resultado aparentemente satisfatório de completitude.

As ausências, como se pode ligeiramente concluir, desafiam a concretude com a qual a história sempre quis representar a si mesma. Já no fazer literário, estas mesmas carências, para a literatura, sempre estiveram a afirmar o seu valor estético. A ausência é a afirmação da

subjetividade que caracteriza o fazer artístico, o trabalho conotativo da linguagem. Quanto à história, ou melhor dizendo, aquela a que convencionamos de tradicional, é a negação de qualquer deficiência na montagem de seus complexos quebra-cabeças. O passado para um é, portanto, uma construção poética obstinadamente reelaborada, e para o outro uma construção documental impossível de ser interpelada. Para um é a imaginação, para outro a razão. “Como processo criador, o imaginário reconstrói ou transforma o real.” (LAPLANTINE; TRINDADE, 2003, p.08)

De uma forma ou de outra as relações são interpostas mediante o uso das lacunas, entre outras similitudes. Outras polêmicas coabitam as fronteiras entre elas, não podíamos prosseguir sem destacar as relações com o real que provocam as discussões entre a ficcionalidade da história e a historicidade da literatura. Esta problemática não se faz presente diretamente neste trabalho, mas entre as lacunas abertas no desenvolvimento das interpretações, os encontros são inevitáveis a ponto de “Os nexos psicológicos entre os eventos que a narração omite ficam por conta do ouvinte, que poderá reproduzi-la a sua vontade; daí o narrado possuir uma amplitude de vibrações que falta à informação.” (BOSI, 2007, p. 86), confirma que a importância do leitor, ou dos leitores, na reconstrução dos sentidos.

O segundo capítulo denominei de “*Fiat* Brasil! Nação, uma invenção”. É uma referência ao projeto nacionalista que se inicia aqui logo após a Independência e que faz da literatura carro chefe para a fundação da nação brasileira, numa ação de constituir imagens identitárias do país de maneira que venha fortalecer a unidade entre, é claro, parte da sociedade letrada. Discute-se que ideias estão gerindo o construto Brasil na literatura do século XIX e como estas ideias modelam a educação que deveria ser oferecida para formar brasileiros. Neste nos debruçamos sobre algumas obras e autores românticos que na composição de suas obras deixam implícitos os projetos de realidades sociais. A motivação parte de como a educação é representada nesta época, mas politicamente empenhada em consolidar o Estado-Nação brasileiro.

O objetivo deste capítulo é traçar um entendimento sobre a poética dos romances românticos e como os mesmos reforçam a ideia de uma coletividade nacional marcada pelo anonimato das minorias femininas e negras. Algumas questões são levantadas a princípio. Como os autores, seguindo uma dinâmica de interdição, foram apagando quase que completamente a figura do índio do campo ficcional? Como o patriarcalismo legou ao plano

da exclusão as personagens femininas? Como o negro foi silenciado das narrativas? E como o pensamento educacional começa a ser processado de forma a negar o acesso dos indivíduos do sexo feminino, e das identidades étnicas não-brancas colonizadoras?

Para tanto nos servirá como objeto *Iracema, o Guarani e Ubirajara*. A trilogia indianista de José de Alencar é ponto de partida para entender que espaço o índio vai ocupar nas narrativas de fundação do país e que instrumentos tornam a figura do índio rejeitada na criação literária brasileira de todo século XIX. Busca-se saber por que os mesmos irão desaparecer quase que completamente dos romances escritos no país desde então? Traçamos um comparativo sobre as imagens ficcionais entre *Iracema* e *Senhora* de José de Alencar *Inocência* do Visconde de Taunay, na busca do entendimento do papel da mulher na ficção brasileira em momentos distintos de ambientação dos romances.

Perguntas surgem a partir destas colocações: houve alguma diferença para a imagem telúrica da heroína silvícola e a moça educada da burguesia nos romances citados? É preciso salientar que a inventividade romântica de Alencar compõe através de metáforas nativistas uma alegoria da pátria, que dialogam diretamente com a literatura de informação do século XVI. A estrutura alegórica é o fio que tece e amarra períodos tão longos de produção de enunciados, que embora se constituam por suas particularidades exibem fronteiras ainda muito frágeis na construção do imaginário nacional. São estas fragilidades que prenunciam as mudanças nos sentidos.

No terceiro capítulo busco a interceptação de vários discursos que ainda no século XIX reproduzem a lógica colonialista e notadamente vão aplicar-se a ideia de educação. Torna-se do interesse da investigação mostrar momentos distintos e pela grande importância dos romances como criação imagética do país e das implicações capitais do Brasil Império. Bernardo Guimarães (1825-1884) e *A escrava Isaura* (1875) nos ajuda a entender a exclusões. A exclusão negra através dos paradoxos construídos sob a suposta ideia de identidade racial no Brasil, como única obra em que a figura do escravo assume papel principal da trama, quem é esta escrava? Quais os significados para a montagem desta heroína, que subverte a senzala e vai habitar a casa grande? A exclusão da mulher cerceada de sua participação pública no andamento do estado ou mesmo personificando o ideal estético e étnico da burguesia?

Vamos tecer analogias a outras personagens e obras no sentido de entender a sistematização dos sectarismos sociais no Brasil. Por exemplo, *Inocência* de Taunay mostra a

transição de uma escrita ufanista, e serve para comparar quadros de colonização e saber. Estes autores não serão estudados como uma individualidade, mas como uma contingência, não negaremos aos autores as atuações dos mesmos no cenário político, mas sobretudo pensamos como estas obras por si só são ações sobre o imaginário, e sobre as realidades de seu tempo e, é importante ressaltar, um tempo de poucos leitores.

Fica a propósito destas primeiras reflexões entender como estes romances acabam por serem imortalizados pelo cânone literário. Ainda nelas traçamos a mudança que se opera do romantismo ao realismo/naturalismo das representações do país e do papel da educação nas relações com os personagens provenientes deste novo período. *O cortiço e Memórias de um sargento de milícias* são comparados por possuírem os elementos em comum, a saber, o colono, o negro, o mestiço, a mulher todos em franca relação com a educação e os destinos dos personagens.

O quarto capítulo, Considerações Finais, é o desfecho das primeiras impressões e análise que deram origem a esta pesquisa. Porém nele não encontramos respostas e sim, mais perguntas. As respostas estariam forjando uma situação harmoniosa para o problema que não se extingue, mas ganham outros aspectos com os quais a sociedade, sobretudo, os educadores não devam esquecer. Cruzam-se resultados e informações sobre as obras estudadas e os sentidos da educação expressos em suas narrativas, mas não esgotamos estes sentidos, pois eles estão num processo *continuum* de diferenciação. A conclusão de uma pesquisa é antes de tudo uma bifurcação onde os objetivos se dividem ou se especializam.

Cabe por fim ressaltar a importância deste estudo. Embora os romances aqui relacionados já tenham sido estudados exaustivamente pela crítica literária e servido de objeto para as demais ciências humanas, sabe-se que suas respectivas importâncias não se esgotam. As pesquisas que tratam da literatura geralmente se caracterizam por dois aspectos, um que trata a literatura como referência da realidade e outra que trata a literatura como um aspecto da linguagem que se fecha em si mesma, auto-explicável, autossuficiente. Não negamos nenhuma destas instâncias, mas ao tratar a literatura como *performance* discursiva, propomos que as literaturas são formadoras da realidade, que elas fazem parte de um logos que categoriza, que anima e administra a realidade. E que se a educação surge como ideia poderosa no século XIX aliada ao progresso e ao desenvolvimento da nação, o discurso literário será uma destas instâncias onde as práticas se processam.

1.0 PROLEGOMENOS PARA UMA CRÍTICA PÓS-COLONIAL

Neste capítulo, tecem-se algumas considerações metodológicas para o tratamento dos dados e da utilização dos conceitos das categorias de análise. Em um primeiro momento situam-se as ideias sobre a educação. O trabalho se volta para a reflexão sobre os sistemas de ensino efetivados ou consensuais e conseqüentemente ao desenvolvimento da sociedade brasileira. As metáforas são aqui instrumentos de reflexão, aparentemente sob a subjetivação da realidade leituras se tornam possíveis para a questão educacional no país. Uma entre outras perguntas são levantadas: como nos últimos tempos a educação passou a configurar o sentido da incerteza da não garantia de um futuro tranquilo e de bem estar, fazendo com que cada vez mais ela seja desacreditada pelos que mais precisam dela enquanto serviço público e direito universal básico de cada cidadão? É ressaltada a importância das narrativas na construção do ideário nacional e junto dele a ideia de educação que a implementa. Como a literatura pode elucidar as representações de uma nação e dos que dentro dela serão assistidos ou não por políticas públicas entre elas as de ensino? A cada passo dado rumo a uma modernização da educação, de um pensamento mais material sobre como deve ser a educação percebe-se que as estatísticas nos levam para outros lados, os abismos não param de crescer.

1.1 O sentido do presente ou metáforas do problema da educação nacional

Neste país de analfabetismo, não se encontra ninguém que tenha intimidade com a noção de ciência. (DEL PRIORE, 2008, p.37)

Não devem, pois, entrar em consideração; não temos de ser solidários com os erros de observação ou de lógica cometidos por nossos antepassados; mas podemos e devemos encarar à questão, sem nos ocupar das soluções que lhe têm sido dadas; isto é deixando de lado tudo o que a educação tem sido, devemos indagar agora o que ela deve ser. (DURKHEIM, 1967, p.35)

A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desse uns 9% não lêem letra de mão, 70% fazem em profunda ignorância. Não saber ler o Sr. Meireles Queles: é não saber o que ele vale, o que ele pensa, o que ele quer; nem se realmente pode querer ou pensar. (ASSIS, 1994, p.18-19)

Que bom seria se partindo da fórmula postulada por Durkheim chegássemos a uma educação e a um sistema educacional que pudesse remediar todas as mazelas de nosso

presente histórico; que mesmo de uma forte imersão sobre as necessidades da sociedade conseguíssemos uma receita justa e infalível para assegurar o direito ao conhecimento, e, conseqüentemente, aportássemos em uma nova era onde as desigualdades não se fariam presentes, onde o saber promoveria o sufrágio universal. Quimeras... Embora as dificuldades não desabilitem tais esforços, é preciso usar de um pouco de pessimismo para visualizar que a educação por si só não é capaz de transformar o conjunto de contingências sociais partindo de um aqui e um agora, e ora de uma boa dose de otimismo para continuar tentando chegar a um termo mais eficaz de uma ação educativa. A exemplo deste princípio de modificação podemos lembrar que embora na sociedade a liberdade sexual esteja presente, já no fim do século XX, seu tema ainda é um tabu nas instituições de ensino ainda sob forte atmosfera conservadora.

Mesmo sabendo que Durkheim não nutria a ilusão de que a educação tenha em si a propriedade de salvação da sociedade, ainda assim é de difícil compreensão este abandonar o que possa ter sido e ir de encontro ao que possa ser sem cuidar para que entre os tempos dos verbos não identifiquemos criteriosamente o que insiste em permanecer. Ao depararmos-nos com a afirmação registrada em uma missiva que a autora Mary Del Priori usa como fonte para construção da biografia da Condessa de Barral (2008) surge a seguinte pergunta: quantos de nós não nos deparamos vez ou outra com esse enunciado em variados momentos de nossas trajetórias? Quantos não foram ou serão levados a circunstância de familiaridade ao ler tal enunciação?

Nas palavras de Machado, diga-se de passagem, o maior nome de nossa literatura e negro⁵, ao deparar-se com os números sobre o analfabetismo no país no século XIX, descobre-se a triste estatística da ignorância que excede os limites do analfabetismo linguístico beirando a participação política dos mesmos indivíduos. Ser uma nação que não lê é entre outras afirmações uma dedução que possibilita o estreitamento da realidade e da fala. O que é mais estarrecedor no conteúdo das epígrafes é que, embora a educação objetive um fim que seja igual para todos, suas ações são carregadas de um fracasso contingente; a ignorância é então elevada como uma realidade necessária à manutenção da ordem. Mas não se pode mencionar tal propriedade, não se pode divulgá-la oficialmente. Historicamente

⁵As tentativas de branqueamento do escritor não são poucas. Daí a importância de afirmar a cor de pele do escritor que em sua qualidade literária não carece de apresentações. Recentemente a Caixa Econômica Federal colocou em rede nacional uma propaganda onde o Bruxo do Cosme Velho, alcunha do escritor, fora assumido por um ator de tez branca, este com certeza não é um fato isolado, mas é de suma importância entendermos a natureza destes acontecimentos.

seguimos melhorando índices, diminuindo números, mas cada vez mais reproduzindo a ideia de um país sem cultura, sem educação, que em nada mudou das impressões dos viajantes que aqui aportaram no século XVI. A favor de quem se proferem tais enunciados?

Já em uma rápida reflexão sobre o pensamento do filósofo, somos remetidos a aspectos caros de uma racionalidade que rejeita as arestas preferindo as superfícies, estas relativamente tão insuficientes quando quantificadas as primeiras. De forma geral, a *tabula rasa* não se aplica aos indivíduos, pois estes estão reorganizando suas bagagens intituladas de subjetividades. Nem tão pouco as instituições de ensino, como as demais esferas de uma sociedade estão sob efeito contínuo de suas experiências. A pedagogização dos vencedores em uma dada sociedade inicia-se bem antes dos limites das escolas ou dos espaços de aprendizagem. O passado não importa para quem vive no paraíso. Só os expulsos podem reivindicar a abertura dos portões, seu espaço, sua ambrosia.

A priori somos levados a imaginar que em dado momento livrar-se dos andrajos que nos vestiam, e por roupas novas seria o suficiente para transformar os que estavam dentro delas, e conseguíssemos assim nos livrar de vez das limitações que os trapos nos incutiam. Mesmo depois de novos tecidos e de uma nova moda como de uma nova tecnologia que se aplique ao vestuário das pessoas, é preciso curar desde as feridas mais profundas às mais superficiais dos corpos que ainda se comportam sobre a imagem de seus antigos farrapos. Se pensarmos a educação como algo que ao se modificar mudaria tudo em sua volta, talvez não precisássemos temer apontar que o rei está nu, e que nus fôssemos tão belos quanto.

Retomando a afirmação anterior da epígrafe deste capítulo, registrada no século XVIII, e retirada da obra da historiadora Mary Del Priori, *A condessa de Barral (2008)*, é fácil de nos depararmos em meios a tantas transformações que os molambos da ignorância surgem muito mais como pele, que se renova, ou quando não muito se resseca. Esta epiderme são as mais palpáveis vestiduras colocadas sobre os indivíduos, por que não dizer sobre todo um povo. A afirmação faz parte de um conjunto de discursos incrustados sobre a epiderme do corpo social, sobre nossa memória. Daí é interessante notar como o processo que desconfia da ação do estado em promover os direitos universais se instaura de forma tão concreta na atualidade, e que do colonial, despótico ou mesmo ao republicano a cidadania ainda é uma utopia a qual precisamos transpor para o campo das práticas efetivas.

Indo mais além da metáfora dos panos e dos vestidos, podemos nos deparar com outra sem forma, sem membros, sem corpo. Porém de uma materialidade proeminente. Passemos, pois, a fantasmagoria para entender que há algo que se põe por baixo do lençol e que o faz flutuar com intenções ainda não reveladas, mas de uma consequência certa: a de tornar inabitável um espaço, a de proibir o acesso a certos cômodos, o de manter sobre as escuras, e até mesmo deflagrar o culto aos enigmas indecifráveis. Sob o lençol há uma voz que não pára de urrar, há uma força que arrasta correntes das quais ainda temos medo, talvez por em tão pouco tempo elas ativarem a memória da escravidão. Os fantasmas não estão mortos, vivem sobre a virtualidade de um passado, do qual não se quer lembranças, mas se mostra pulsante na geografia das grandes cidades, no sistema de saúde que mata ao invés de curar, na combatividade aos sistemas de cotas ou quaisquer que sejam as políticas compensatórias como em outros fatos infelizmente cotidianos e corriqueiros.

Veza ou outra, os fantasmas passam por nós nas ruas, pegam os mesmos ônibus, esperam na fila das urgências médicas, sentam-se nas cadeiras ao lado no curso de Educação Brasileira, sentem fome e sede. Descobrimos que “eles” também somos nós. Mas há os que não são nomeados, ou porque não se quer, ou por uma pluralidade de nomes e alcunhas tornam complexo seu banimento. É necessário despir os fantasmas, retirar de sobre nós o lençol manchado a suor e sangue que nos recobre, ou se assim preferirmos mantermo-nos cobertos, seguindo em frente para réplica dos contextos. Sigamos pois elaborando projetos para o futuro... Sigamos e deixemos para atrás a sombra. Caminhemos à luz, sem olhar para atrás sobre risco de nos transformarmos em estátuas de sal.

Um fantasma assombra as estatísticas sociais e suscita discursos e práticas culturais fornecendo um contínuo reviver da história. Se hoje o Brasil vive atualmente em campanhas publicitárias do governo e aparece nos noticiários a apropriação da imagem de um gigante em crescimento, de uma nação já autônoma e em vias de ascensão como grande potência econômica mundial; observa-se, contudo, que a glória momentânea não ofusca a miséria tradicionalmente estabelecida nos quadros que retratam o país.

Esta miséria é mantida como verdade através dos tempos, fazendo parte de um conjunto de ideias e práticas que contribuíram para um discurso que parece não cessar nunca, atualizado e reverberado em todas as instâncias da sociedade brasileira, na sua autoimagem

como na sua identidade imagológica⁶ a partir de afirmações, no tocante a educação, como a de que “o Brasil é o país do analfabetismo” entre outras que fixam estereótipos negativos impondo limites ao seu progresso econômico e mantendo seus arranjos sociais sob a égide do Terceiro Mundo.

É bom frisar que estas identidades são construídas em uma via de mão dupla. Tanto há um olhar externo que nos atém à miséria e ao subdesenvolvimento como também os olhos do país, em uma observação mais interna, se voltam para manutenção de explicações que conjuram estampas pessimistas e caóticas de sua sociedade, muitas vezes em conformidade as que se originam em seu exterior. Ambas, porém mostram quanto suas absorções surgem como significantes ao longo da história.

Ainda que impotente sobre que caminho tomar para a realização de um ideal, o de uma sociedade com maior justiça social e de uma educação a serviço desta ação, é que se busca aqui um instrumento de operacionalização de mudanças longe das racionalidades que não presentificam o antes dos sujeitos. Não adianta reproduzirmos as metáforas e alegorias da miséria e da ignorância instituindo um sentido ontológico do Brasil, cristalizando um continuar sendo a despeito das transformações. Os usos das palavras sugerem por si só uma categorização que não é imagem de um processo de análise, mas de seu domínio. A esfinge esta a nos oferecer enigmas que não podem mais ser decifrados e por isto mesmo perdem a sua função. O homem não é mais a resposta, os portões mantêm-se cerrados, e o presente a reatualização do ritual.

1.2 Do pós-colonial ao colonial. Do problema dos termos a instauração do problema

Finalmente nos encontramos aqui entre a cruz e a espada. Sempre soubemos que o desmantelamento do paradigma colonial faria emergir das profundezas estranhos demônios, e que esses monstros viriam arrastando todo tipo de material subterrâneo. Contudo, as guinadas, saltos e inversões na forma como o argumento têm sido conduzidos nos devem alertar para o sono da razão que vai além da Razão, para a maneira como o desejo brinca com o poder e o saber, na perigosa aventura de pensar no limite ou além do limite. (HALL, 2003, p. 126)

⁶A imagologia é um ramo da Literatura Comparada. Ela tece comparações entre literaturas e outros textos das culturas de forma que o estrangeiro é um elemento importante para a interpretação dos estágios da cultura dos países relacionados. Nasce pelos idos do século XVIII, na Alemanha com Lessing e Goethe, com os irmãos Schlegel e Mme. de Staël, como meio de definir a psicologia de um povo pelo estudo de sua literatura. (SOUSA, 2004)

A citação de Hall na epígrafe desse texto antevê as demais contradições e os problemas que envolvem os conceitos e as definições dos termos sob a égide de um paradigma colonial. O que deveria ser exato apresenta variados aspectos pelos quais a conceituação surge necessariamente através de contextos específicos. Colonial ou pós-colonial? Eis a questão. Ou mesmo o que quer dizer os termos neo-colonialismo e descolonização tão recentes no vocabulário da história e do pensamento ocidental? As questões que envolvem tais significações não cessam daí a necessidade de uma genealogia de seus usos e conseqüentemente o entendimento dos mecanismos de normatividade e significação dos mesmos.

Segundo Hall (2003), esta postura estratégica para leitura não se torna possível, sem que antes sejam tomados posicionamentos perante a ficção da razão criada e difundida por um eurocentrismo através de suas narrativas, embora não sejam poucas as demais narrativas de oposição. A mineração neste caso é cuidadosa e imprevisível pois não se trata de achar discursos que valham ouro ou prata, nem tão pouco enunciados com o brilho dos diamantes, mas de reavaliar os seixos de encontrar usos e necessidades para naturezas e propriedades até então desprezadas.

Entende-se que as “verdades” históricas construídas no espaço de atuação do paradigma colonial apresentam-se como uma arquitetura palpável e sólida capazes de explicar a campanha dos bons contra os maus, de estipular zonas de pertencimento de classes, da esquematização doutrinária de um mundo maniqueísta no qual os indivíduos são repartidos no meio social como joio e trigo.

Todas as afirmativas e negativas que surgem dos discursos colonialistas tem por objetivos sistematizar, orientar, determinar a participação dos sujeitos em dada comunidade através de uma natureza essencial dos mesmos. Essas “verdades” que são as valias e a concretude do poder exercido instituem-se através dos binarismos pelos quais se fixam e enumeram-se as oposições entre lá/cá, centro/periferia, metrópole/colônia, civilização/barbárie. As mesmas forçam um sistema de representação pelo qual as ciências sociais construíram saberes pertinentes, os quais comungam inadvertidamente ao invés de um posicionamento avesso de extirpar a dominação e exploração dos indivíduos. Para destrinchar os sentidos construídos a partir da colonização reza a regra que se achesse o oceano das oposições fictícias atentos ao leme, mas cautelosos à atração das rochas sobre os cascos de nossas embarcações formadas de tão frágeis argumentos e incertezas.

Consequentemente a tradição que difundiu tais visões de mundo cerceiam os discursos da diferença, determinam espaços para seu acontecimento, interdita as ações discursivas que não fazem parte do comensal. As sociedades coloniais e os estudos a elas pertinentes precisam, pois, serem vistas para além das estruturas binárias de explicação da realidade visualizando pontes de acesso, tuneis, labirintos, escadas e torres por onde a estática aparência do mundo colonizado seja abalada em sua primazia da exposição sobre as relações e as práticas do mundo colonial. Hall (2003) nos propõe irmos de encontro aos fantasmas, aos demônios, às sombras desalinhas das estruturas e que assim possamos questionar o “estatuto de verdade” (FOUCAULT, 2006) escrito sobre o passado colonial, desabilitando suas normatividades, sua pedagogização social.

As reflexões que se tecem a partir deste trabalho de início devem dispor as implicações e circunstâncias de utilização de alguns termos. São eles, a saber: colonização, imperialismo, colonial, colonialismo, neocolonial, esboçadas pelas suas referências históricas; anticolonial, descolonização, pós-colonial que surgem como resposta aos significados circunscritos no primeiro grupo de termos. Neste último grupo está imbricada a ideia de leitura que torna possível ir além das generalizações dispostas pelo pensamento eurocêntrico detentor das explicações e conceitos do fenômeno colonial por muito tempo.

Grosso modo, pensando em uma estrutura semântica da palavra colonial, mas não se deixando seduzir pelo seu sirênico canto, os sentidos do termo confluem sobre uma explicação de mundo usada para agrupar uma série de eventos econômicos, políticos e culturais centrados ora no processo de expansão marítima da Europa no século XVI ou da expansão imperialista que delimitou territórios de exploração a partir do século XVIII. Em ambos os casos o colono, estrangeiro, sujeito da ação de colonizar, de habitar de cultivar a terra, remete-se a contingências e práticas agrícolas desde Grécia Antiga.

Segundo Ferro (2006) a tradição histórica ocidental difundiu que estes vocábulos estiveram fora de sua escrita durante um longo período de doze séculos que vai do Império Romano até o século XV. A tradição defendeu a ideia que a colonização foi uma prática própria da Era Moderna, nova como o Novo Mundo. Contos da tradição.

De certa forma, o mundo ocidental já conhecia estes vocábulos, as circunstâncias de uso e algumas das suas aplicações bem antes deste mito de origem. Na busca de uma genealogia das ações, estas sempre transpassadas pelas transformações adicionais ou quando

refletimos sobre o desenvolvimento das práticas colonialistas não se pode deixar de fora o caso da Rússia que no século XI já realizava expedições coloniais e que no século XII desenvolveu uma grande empreitada expansionista com a dominação inclusão de territórios. Declara o historiador: “De sorte que, parece claro, não se deve iniciar a história da colonização com os Grandes Descobrimentos ultramarinhos...” (FERRO, 2006, p.19), para ele mesmo ressaltando a importância desta fase para a dimensão do fenômeno da colonização não se deve apagar a fase do expansionismo como atividade colonizadora. A colonização vai se caracterizando não por um movimento único na história de uma ou outra nação, mas como movimentos ininterruptos na história da humanidade.

Ania Loomba (1998) contribui consideravelmente para o entendimento da colonização como prática inscrita nas mais diversas culturas nas mais diversas civilizações nos territórios mais longínquos do planeta em suma na história da humanidade.

Colonialismo pode ser definido como a conquista e o controle de terras de outras pessoas e bens. Mas o colonialismo, neste sentido, não é apenas a expansão de várias potências européias na Ásia, África ou das Américas a partir do século XVI, tem sido uma característica recorrente e generalizada da história humana. Na sua altura no século II d.C., o Império Romano se estendia de Arménia para o Atlântico. Com Genghis Khan no século XIII, os mongóis conquistaram o Oriente Médio, bem como a China. (LOOMBA, 1998, p.2) ⁷

Marc Ferro (2006) no capítulo inicial de sua *História das colonizações* lança a seguinte questão sobre os sentidos dos vocábulos colonização e imperialismo: “terá a expressão mudado de sentido?” (Ferro, 2006, p.17). Quando ressaltamos os mecanismos de significação das palavras e de textos pela perspectiva linguística não nos resta saída que não a de ressaltar a dinamicidade e a interferência das práticas e dos usos discursivos moldando o significativo a contextos históricos determinados.

⁷ Colonialism can be defined as the conquest and control of other people's land and goods. But colonialism in this sense is not merely the expansion of various European powers into Asia, Africa or the Americas from the sixteenth century onwards; it has been a recurrent and widespread feature of human history. At its height in the second century A.D., the Roman Empire stretched from Armenia to the Atlantic. Under Genghis Khan in the thirteenth century, the Mongols conquered the Middle East as well as China. (LOOMBA, 1998, p.2) ⁷

O que é novo aparentemente para as relações do século dos descobrimentos, se assim podemos chamar a época das conquistas, são outros produtos da ação de colonizar, que não mais a terra, território, campo. A colonização passou a ser notadamente uma ação que se desenvolvia sobre indivíduos, sobre pessoas que passaram a ser denominados como colonizados. No desenrolar das disciplinas humanas a ação de sujeitos sobre sujeitos ou é levada ao extremismo, ou retirada das pautas de explicações científicas. Todas estas pautas são necessárias para ler a partitura tensa da construção dos sentidos para os termos relacionados à colonização no espaço análise crítica pós-colonial. Daí que as estratégias de articulação do pensamento careçam de um mergulho sobre a turva fonte do tempo e a construção de histórica de conceitos sobre o tema.

Provavelmente o leitor deve estar perguntando: O que é a Crítica Pós-Colonial? Até mesmo porque este ramo dos Estudos Culturais, hoje cada vez mais autônomo, ainda é pouco difundido e de resumida ação no meio acadêmico brasileiro. Porém deve-se afirmar que não soa de todo estranho aos nossos ouvidos por se uma postura crítica que povoa as discussões acadêmicas há muito tempo.

No Brasil a problemática da colonização não é uma novidade. Sem ter que instituir uma origem, pode-se dizer a grosso modo que Gilberto Freire em sua obra *Casa grande e senzala* (1933) já problematizava o legado colonial na estruturação da sociedade brasileira; Sergio Buarque de Holanda em *A visão do paraíso* (1936) tece um criterioso estudo sobre o imaginário imposto ao Brasil colônia pelos exploradores; Caio Prado Jr questiona o período colonial em seus sentidos na *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942); Alfredo Bosi, em sua *Dialética da Colonização* (1992), já abalizava as relações de significação do processo histórico na escrita literária barroca brasileira; assim como Antônio Candido e muitos outros tocaram na colonização como maneira de entendê-la e de entender o tempo em que eles promoviam o contato. Contudo não é possível falar em uma estrutura teórica metodológica pelo ecletismo das abordagens e pela ausência de pesquisas que salvaguardem uma teoria crítica pós-colonial em língua portuguesa.

Isto não quer dizer que se deve segundo a tradição histórica ocidental, apontada por Ferro (2006), persistir na crítica eurocêntrica e conscientemente pesada. Para este autor: “a memória histórica européia atribuiu-se um derradeiro privilégio, este de denegrir suas próprias atrocidades de avaliá-las ela mesma, com uma intransigência excepcional” (FERRO, 2006, p.11). É de suma importância destacar que a colonização foi sempre registrada a partir

das variadas óticas da metrópole. Se antepor a esse registro é uma tarefa iminente na atualidade dos povos colonizados contra todo o enquadramento e manipulação dos documentos e fontes sobre o assunto.

De certo, as tentativas de apreender o passado colonial não se esgotam, pela dinâmica em que elas processam rupturas de conceitos e tradições teóricas impossibilitadas pelos limites traçados por seus métodos de análise. O que não se pode ignorar é que o colonialismo não é construído através de teorias, ele se desenvolveu em circunstâncias materiais em varias regiões do mundo de forma similar em alguns aspectos, porém em arranjos singulares em cada sociedade que atuou.

Isto confirma uma de suas propriedades mais relevantes: a de ter seus significados modificados em momentos históricos particulares e de ter resultados particulares de nação a nação. Sobre a extensão dos compêndios disponíveis ainda temos dificuldade em perceber o que não foi dito pela oficialidade dos documentos, o que foi silenciado nas instaurações dos problemas, o que foi colocado nos porões de nossa vivencia histórica, mas que ironicamente por um processo fermentação ganha a superfície em um novo estado.

A problematização do passado tem seus matizes, um conjunto inenarrável de notas que desestabilizam a segurança ilusória das generalizações. No caso da América Latina a colonização espanhola se diferenciou da portuguesa como ação não apenas pelo patrocínio distinto de ambas, sobretudo pela reação dos povos colonizados. Isto quer dizer que os interesses exploratórios do reino português têm um lastro comum em sua ação colonizadora em Goa, Cabo Verde, Angola como nas demais colônias, porém os mecanismos de controle foram em suma diferenciados pela reação destas colônias aos da maquinaria colonial. Cada empreitada resultou em formas variadas que devem ser destacadas pelas leituras do passado.

Consideravelmente os reveses dessas ações estão ainda sobre uma necessidade de entendimento que se prolonga como fome durante os anos que resulta em um processo de autofagia se alimentando da matéria que a sustenta para manter-se viva, todavia a custo da anomalia de sua imagem. Sobre estas implicações se instaura uma tensão conceitual sobre o pós-colonialismo e colonialismo, quando a primeira assume *status* e significação desabilitando o segundo? Estaria mesmo o colonial superado pela historicidade das relações e das vigências de outros padrões, ou mesmo o primeiro sob “pós” é uma tentativa de apagar

contradições que elegeram a categorização dos colonizadores e colonizados numa referência direta a análise marxista do problema? Stuart Hall (2003) dirá que não.

Para Hall (2003) é importante salientar que a utilização dos termos colonial e pós-colonial não são garantias de ações acertadas nem tão pouco de posturas politicamente corretas. O fato é que ambas esperam por rupturas narrativas que interconectem a cronologia das práticas a episteme das mesmas. Torna-se então necessário ultrapassar os limites da descrição, que constrói em si mesma a aparência imutável das relações, e ir de encontro à construção de sentidos que se multiplicam a partir de suas interseções e dos mais variados pontos de contato da experiência histórica.

O colonialismo não se resume em um período histórico com início e fim determinados, o tempo só é compreendido dentro de uma narrativa, ele também faz parte da ilusão e da apreensão do mundo que cerca cada narrador. Sob estas circunstâncias, deve-se entender do colonial ao pós-colonial o referencial de observação deve ser mantido para que se determinem os períodos do fluxo e conseqüentemente às significações e aplicações das categorias de entendimento neste processo contínuo.

Porém para que tenhamos o corte temporal preciso deve-se ao mesmo tempo determinar o eixo espacial tencionado pela cultura. Estaríamos pactuados com o erro ao supor que tanto o colonialismo quanto o neo-colonialismo se processam de forma igual em todas as sociedades em que estiveram e se fazem presentes, nem tão pouco que as mesmas experiências não estão sob os efeitos múltiplos da complexidade de interesses de uma única sociedade? O reducionismo da razão e a sua predileção pelos esquemas explicativos podem afirmar que sim.

Em suma em seu caráter mais metodológico a crítica pós-colonial enfrenta as barreiras na reconstrução dos sentidos nos vácuos desconsiderados na reconstituição histórica. Incidem sobre ela outras questões, outros problemas eventuais como o fenômeno da modernidade e suas temáticas diversas. Encontro a crítica pós-colonial em disfarces multifacetados com suas máscaras não menos coloridas; em discursos que elegem espaços de tradução cultural onde a hibridação funde os dois lados da moeda usada para proferir sentenças possíveis sobre a realidade das sociedades colonizadas e suas práticas; destaca-se a partir daí como atividade comparativa conciliadora, mas desconfiada dos alicerces e em busca constante dos

desequilíbrios, das inconstâncias e das instabilidades do pensamento teleológico admoestando a concepção de sujeito científica e a sua imediata manutenção das ordens.

A revisão dos conceitos, principalmente os que estão ligados aos esquemas binários e suas aplicabilidades, deve tomar um local central nas discussões para que não se percam a suas finalidades, a provocação do leitor e a revogação da ideia de leitura passiva. “Conseqüentemente o termo, pós-colonialismo, não se restringe a descrever uma determinada sociedade ou uma época. Ele relê a ‘colonização’ como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural” (HALL, 2003, p.107).

Contudo a vertente teórica de crítica pós-colonial tem seu mito de origem fora das sociedades onde seu nascimento seria mais seguro, as nações da América latina, o terceiro mundo ou mesmo os países explorados pelo imperialismo moderno. A crítica pós-colonial surge logo após a Segunda Guerra como uma resposta à desestruturação dos impérios modernos que colonizaram boa parte do mundo não europeu. Uma obra basilar para entender a crítica pós-colonial é o livro de Edward Said, *Orientalismo* (1978), nele o autor demonstra como a dominação do oriente se estruturou por uma rede de ações de representação discursiva dos povos dominados. Nesse sentido, poderíamos dizer que a máquina colonizadora do imperialismo moderno fixou através do estereótipo os colonizados, garantindo domínios que iam além da exploração econômica, que chegavam a interferir nas almas e conseqüentemente na autoimagem dos povos explorados.

Autores como Bhabha (2007) insistem, porém, na ambivalência desta representação, para ele o sistema colonial permite pensar como tanto a imagem do colonizado é produzida pelo colonizador, como a recíproca também é verdadeira em uma extensa rede de enunciados e práticas que compõem o discurso colonial ou mesmo “O Velho Mundo somente começou a existir quando os navegantes descobriram e conquistaram o Novo Mundo” (IANNI, 1996, p. 11), logo as cargas de subjetivação não são fixadas por um único agente, elas estão interconectadas num jogo ininterrupto de significação. Mas está é uma discussão que desenvolveremos adiante no momento exclusivo para as análises da narrativa. Passemos então à utilização da literatura como fio para a trama das reflexões sobre o discurso colonial e a educação brasileira.

1.3 Literatura e discurso

O campo de estudo da crítica pós-colonial é determinado primeiramente a partir da produção literária e artística cultural subsequentes à Segunda Guerra que problematizam as memórias da colonização. Esta vertente de estudo é identificada como *corpus* primário e foi de suma importância para a divulgação do vocabulário investigativo. Há também um *corpus* legível formado de um conjunto textual produzido a partir do século XVI nas diversas sociedades que viveram o sistema colonial de forma efetiva. É neste último que esta pesquisa se insere.

Para prosseguir, entender o movimento nacionalista no Brasil e as ideias que tinham para uma educação nacional faz-se de grande relevância. E que embora se pleiteie uma realidade que se confirme com documentos e relatos, busca-se o discurso literário como conclusão que os primeiros, documentos e relatos, não passam de linguagem e podem ser refutados da mesma forma quanto à aproximação da realidade.

É importante entender como a ideia de nação se constituiu sobre as ações do estado brasileiro consequentemente como a mesma povoou as referências aos bens e serviços públicos transformados em imagens literárias, em signos, em elementos da linguagem. E neste jogo representativo entender que “para que, numa troca, uma coisa possa representar outra, é preciso que elas existam já carregadas de valor; e, contudo, o valor só existe no interior da representação (atual ou possível), isto é, no interior da troca ou da permutabilidade.” (FOUCAULT, 2000, p. 263). O sistema de ensino e sua clientela refletem não só uma ordem burocrática mais também ideológica da sociedade, e esta última constitui o prato principal dos enunciados que alimentam e são alimentados pela escrita literária.

As várias instituições de uma sociedade são regidas por estatutos que guardam semelhanças entre si; as mesmas se criam em espaços de comunicação e de interpelação dos sujeitos. Uma cadeia representativa, um labirinto a ser desbravado sem fio que valha, sem pódio, sem retorno. Interpretando as palavras de Althusser, um intrínseco e declarado sistema sem escapatória, pois

Até uma criança sabe que uma formação social que não reproduz as condições de produção ao mesmo tempo que produz, não sobreviverá nem por um ano. Portanto, a condição última da produção é a reprodução das condições de produção (ALTHUSSER, 1985, p. 53)

Uma relação de causa e efeito convencionada a existência de um ingrediente de força que caracteriza ou ajuda a caracterizar a afinidade entre estado burocrático e a prática educativa. Automaticamente e de forma tautológica, constitui-se um vetor de procedência, uma lei de origem pela qual seu elemento primário dotaria de caracteres afins seus elementos secundários: o estado seria então imagem e semelhança para todas as ações institucionais que partam deste ou sejam observadas nele. Neste ínterim, pode-se entender que a educação, ideia e prática, não é ponto de partida para a organização do Estado - é o estado que determina quais os espaços ela vai ocupar, em que períodos isso vai acontecer e que finalidades e papéis a educação vai desempenhar em sua pantomima sócio burocrática. Mas teria mesmo o Estado esta propriedade autônoma e categorizante da realidade?

A resposta à pergunta é bem mais complexa do que se presume. Percebe-se que não são as instituições burocráticas ou não que servem ao Aparelho ideológico do Estado como defendia Althusser ou mesmo um elemento na cadeia de reprodução de valores culturais das classes dominantes sem o levante de uma força repressora efetiva como elucidaria Bourdieu (1930-2002) ao descrever a função do sistema escolar:

o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da “ordem social” uma vez que a evolução das relações de força entre as classes tende a excluir de modo mais completo a imposição de uma hierarquia fundada na afirmação bruta e brutal das relações de força. (BOURDIEU, 2001, p.311)

O estado moderno esta longe de ser um organismo homogêneo e sólido com que a leitura desavisada dos referidos autores torne visível. Afirmações como “as ideologias não nascem nos AIE, mas das classes sociais a voltas com a luta de classes: de duas condições de existência, de suas práticas, de sua experiência de luta etc.” (ALTHUSSER 1985 p. 46-47) sugerem quebras na visualização de uma estrutura social que não pode ser mexida. O Estado estaria propenso a imagem de uma instável conformação de classes e interesses onde suas partículas formadoras em atividade constante estariam deslocando pequenos blocos do mosaico aparente do Estado como um todo.

Isto sugere a seguinte reflexão: que embora o processo educativo não dependa apenas da iniciativa estatal, podendo fazer parte da organização civil, enquanto acontecimento, ele tem sua existência entranhada em uma rede discursiva que o controla e o normatiza, e que fora dela a educação perde seu sentido coletivo. E esta mesma estrutura não é um aparato de tal classe ou mesmo de um grupo nomeado da sociedade, seria ao invés disto instâncias de poder e conseqüentemente do saber que o configura. Daí fugir um pouco da oficialidade dos

documentos e dos conhecimentos que eles tecem para ir de encontro às suas áreas mais marginais do saber, porém grande carga significativa. Os romances do século XIX perfeitamente servem sob estes aspectos como objeto de investigação.

A literatura assume seu aspecto de confluência dos discursos em seu interior e as margens dela. Se restringirmos o ser da literatura a um mero aspecto da linguagem corre-se o duplo risco de desmerecimento da linguagem e do texto literário. Para esta dissertação o que impulsiona o desenvolvimento das análises é a hipótese de que as obras literárias como evento enunciativo, são agentes participativos da construção da realidade. Hipótese esta que bebe nos apontamentos feitos por Foucault (2008) sobre a essência da modalidade discursiva, diz ele:

Já que é preciso, às vezes, acentuar ausências, embora as mais evidentes, direi que, em todas essas pesquisas em que avancei ainda tão pouco, gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2008, p.54-55)

Desta forma sua importância é altamente acentuada e deve ser considerada para além das circunstâncias funcionais ou retóricas de uma língua. Pesam sobre o texto literário determinadas funcionalidades e propriedades que tornam possível suas especificidades de ação discursiva.

Mesmo o conceito de enunciado não deve ser estreitado no seu aspecto puramente linguístico, pois para Foucault como para toda a teoria pós-estruturalista a língua não se encontra em estágio anterior aos acontecimentos de forma a profetizar ações, de instaurar uma verdade à maneira tautológica onde condicionalmente se estabelecem as relações entre palavras e eventos. Foucault chama a atenção para as propriedades de aparição e funcionamento dos enunciados, pois ele é “sempre um acontecimento, que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente.” (FOUCAULT, 2008, p. 31); ele completa “trata-se de uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que [estas] apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.” (FOUCAULT, 2008, p. 98). Deve-se entender a partir de então que os discursos sobre a educação nacional estão

veiculados na literatura de forma que não poderiam ser ativados em outra forma de produção textual.

Por mais que os tempos mudem e com eles as temáticas, os heróis, os enredos e a forma de narrar as histórias, um conjunto de textos aos quais recaem a classificação de clássicos para a literatura nacional firmam sua inegável necessidade, sua elementaridade para a cultura de um país. Sobre estes textos incidem as descrições ou mesmo a constituição de um discurso identitário regendo uma consciência de um nós que caracteriza o chamado povo brasileiro. Ao cuidar destes textos importa saber aqui como eles fazem e fizeram parte de práticas voltadas para este nós. Práticas como a educação popular garantida pelo estatuto da modernização da sociedade brasileira.

A modalidade da leitura permeia as reflexões. Nota-se que os romances do século XIX arrebatam até hoje grande massa de leitores e seguidores por diversas razões das quais é importante destacar duas delas relacionadas de forma significativa com esta pesquisa sem que se ater somente a um aspecto unicamente semiótico. A primeira delas explicita a importância destas obras na constituição da cultura nacional, neste caso as narrativas escritas e legitimadas pelo cânone fazem parte de um cabedal cultural e são imprescindíveis na tessitura da ideia de nação.

A outra razão reside na criação literária por si só, em seu valor estético e na reatualização de suas fábulas na releitura constante destes textos em uma infinidade de veículos e meios como música, cinema, artes plásticas, televisão. As narrativas passam a constituírem novos textos que as recontam e as modificam, que se transformam inúmeras vezes mantendo-se como algo não efetivamente só ligado a um passado, mas imbricado aos aspectos cotidianos da vida nacional. Neste caso, nota-se que todas as formas de distinção estética são aparatos de interdição e de circulação ideológicos, conseqüentemente é necessária a visualização dos efeitos que as obras podem efetivar em um grupo mesmo heterogêneo de leitores em dado momento histórico.

Para o manejo dos textos e de seus enunciados é preciso que certos procedimentos viabilizem a separação de campos de domínios das relações entre as literaturas e as práticas sociais e também estabeleça vínculos pelas interseções entre os enunciados. Conseqüentemente, rejeita-se qualquer leitura reducionista ou aliada a um único ramo teórico no qual as narrativas sejam “perfeitamente explicadas”. Adverte Foucault: “A obra não pode

ser considerada como unidade imediata, nem como unidade certa, nem como unidade homogênea.” (FOUCAULT, 2008, p. 27).

No processo de análise, deve-se opor ao sentido da obra, a estrutura da obra, ou mesmo a intenção do autor, proposições que determinam as obras a um espaço cômodo e muitas vezes utópico. Foucault (2000, p.12) afirma que são as heterotopias que precisam ser destacadas como regiões de conflito de todas as expectativas previamente determinadas como armadilhas para o desenvolvimento do raciocínio crítico. Os romances sugerem à pesquisa um *corpus* para investigação mediante as proximidades e similitudes que estes textos assumem comparando suas propriedades e características e apontando para além dos seus esqueletos estruturais e semânticos. Nisto as obras escolhidas para o estudo, por mais distanciadas pelo tempo e pela produção subjetiva dos seus autores, mantêm entre si conjunturas sócio culturais historicamente determinadas e ainda são norteadas por diversos diálogos que as constituem de forma complexa e desafiadora para os pesquisadores.

As obras literárias passam a ser consideradas como fenômenos discursivos, conseqüentemente a possibilidade de especulação está veiculada aos principais conceitos da teoria foucaultiana do discurso tais como enunciação, sujeito do discurso, práticas discursivas, heterogeneidade, apontando possibilidades concretas de leitura e análise não mais aliadas à redução sociológica na obra com seus espaços tempo e personagens produtos de uma ficção distanciada da ação política e da transformação da sociedade.

Apontados os textos e os campos de contato entre as obras é preciso discorrer sobre as possibilidades não cogitadas no corpo das mesmas, resultando assim de uma leitura não aliada aos liames dos convencionalismos e da racionalidade que dizem como se deve proceder sobre tais produções, como elas podem. Ser consideradas e quais finalidades devem aludir. No caso a literatura sempre foi utilizada como meio de representação da realidade e não como parte da ação motora de criação dos fenômenos e dos eventos sociais. Segundo a tradição racionalista, paira sobre o texto literário o peso da mímese platônica e seu afastamento do real. É justamente neste momento que a Foucault nos arrebatava para a relação saber e poder abalando as condições de relevância da literatura para pesquisas que se debruçam sobre as humanidades.

Em *Arqueologia do saber* (2008) e *As palavras e as coisas* (2000) Foucault nos apresenta considerações importantes sobre os discursos que contribuem de forma efetiva para

o tratamento metodológico dos textos literários. Aliás, o pensador produziu uma gama extensiva de textos e críticas sobre a literatura e as artes em geral pelos quais podemos afirmar que embora de estâncias distintas o estético e o artístico estiveram na sua produção amarrados à ideia de discursividade e de poder.

Seguindo o pensamento por ele esboçado, o estudo dos textos não se retém a ideia de que os discursos neles expressos resultam somente em emaranhados de signos e significantes que demonstram determinados conteúdos, os quais conseqüentemente explicitam tal ou qual significado, muitas vezes dito oculto, velado ou mesmo distorcido de maneira que suas intenções sejam lidas por poucos como ferramenta intencional ou mesmo guardião de segredos.

Aliás, de forma afirmativa, percebe-se que o oculto não existe já que todas as relações são visíveis e o que os torna camuflados ou não é a importância dada a uma leitura, a uma instrumentação do ler que torna única e aniquila as diferenças através da manipulação dos critérios de observação. Mas o que notamos na leitura do conjunto da obra de Foucault é que as estruturas postas na ordem do dia pelos discursos estão mais que expressos, mais que objetivos, suscitando relações e ações nas práticas sociais onde estes discursos circulam.

Em suma, não foi delegado a eles certas funções, mas são os mesmos que provocam as interferências e que disponibilizam seu próprio funcionamento. Fazer uma análise discursiva remete-se ao perscrutar das relações históricas, de práticas concretas e cotidianas na vida dos indivíduos. Estas características são por outro lado significativas a ponto de elucidar um princípio de aparição dos discursos.

A exemplo, pode-se afirmar que os romances indianistas de José de Alencar, entre os demais romances do século XIX, fazem parte de uma formação discursiva que cria realidades tanto sobre o ponto de vista fictício como na veracidade das práticas que eles suscitam. A afirmação vai de encontro às proposições tomadas por Foucault nos três volumes de sua História da sexualidade, em que ele demonstra que há um dupla e recíproca subordinação entre as práticas discursivas e as práticas não discursivas e que estas relações são mantidas através de uma trama coesa fortalecida entre discurso e prática pelos dispositivos discursivos que criam os saberes e áreas de aproximação entre os conhecimentos tecidos.

Recapitulando, no universo linguístico existem relações que vão além da simples utilização de sinais gráficos e registros fônicos, da compilação de palavras e frases, que não

podem mais compreender a linguagem como um fenômeno de mera expressão em dada situação de comunicação, pois o discurso apresenta regularidades em sua própria existência, através das quais é possível chegar a uma rede de conceitos inerentes a sua própria existência. Estes conceitos administrados pelo discurso são impostos a todos os indivíduos falantes que usam da fala ou que tentam falar circunscritos por uma região determinada pelo campo discursivo (Foucault, 2008, p.70).

Na formação dos enunciados é importante destacar não os signos que estes carregam. Seria até redundante a tarefa de defini-los desta forma já que todos eles possuem signos são relações entre significantes e possuem um conteúdo expresso, o que não pode ficar fora da observação e que, para a constituição dos mesmos, eles devem apresentar um referente (sinteticamente uma relação entre conceitos), um sujeito (um espaço que tem que ser ocupado), um campo associado (como propriedade de inter-relação com outros campos de conhecimentos de onde ele possa ser reafirmado em várias situações) e uma materialidade específica consistindo em uma forma de dizer e reprodução do que é dito a partir de recursos técnicos particulares. (Foucault, 2008)

Seguindo estes indícios, algumas considerações começam a surgir perante o exercício de análise das conjunturas brasileiras nos últimos três séculos. A primeira delas apresenta educação, literatura e nação como um trinômio consolidado na difusão de práticas políticas e das mentalidades que gerem e são geridas por poéticas sociais singulares. Assim narrativas literárias podem ser documentos valiosos à reflexão sobre a nação tanto pela possível realidade que ela espelha, quanto pela realidade que ela cria, *mimese* e *poiesis* na tessitura da nação.

É bom salientar que uma nação não surge de forma espontânea, e sim, dá instrumentalização ideológica do nacionalismo. Nas palavras de Hobsbawm (1998), “o nacionalismo vem antes das nações” e assevera: “As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”. No trinômio, portanto, educação e literatura aparecem como fatores antecessores à nação, onde a ordem dos dois primeiros são comutativas e cambiáveis entre si, mas que para um primeiro momento serão imprescindíveis ao terceiro fator.

Quando partimos da ideia de que nos romances a memória discursiva está presente constituindo um imaginário não só colonial, como nacional, e mesmo institucional, começam

a aparecer determinadas implicações que exigem maior cuidado com a manipulação dos dados. Neste caso, os trechos que reconstróem um passado seiscentista, entre outros momentos, são pequenos lampejos diluídos em uma obra ficcional como a de José de Alencar corre em erro reduzir a realidade a obra pois as imagens nelas inseridas não pôde constituir um todo, mas uma nesga da enorme colcha de retalhos discursivos onde os contrastes não podem ser suprimidos.

Notadamente o discurso literário como modo de aparição e do exercício da linguagem é pouco considerado nos estudos da memória se nele não estão visivelmente ligados realidade e ficção como é o caso dos romances históricos. Cabe aqui observar que “Tornada realidade histórica espessa e consistente, a linguagem constitui o lugar das tradições, dos hábitos mudos do pensamento, do espírito obscuro dos povos; acumula uma memória fatal que não se conhece nem mesmo como memória.” (FOUCAULT, 2000, p. 411). E estes aspectos ainda estão distantes ou são poucos para completar o quebra-cabeça compondo a imagem perfeita do passado.

Falta uma gama de discursos e experiências vividas principalmente pelas classes minoritárias que não tiveram acesso à leitura dos romances como também não participavam da construção cívica de nossa imaginação cívico intelectual. O povo mesmo não deixando de ser tocado pelos intelectuais, também forçaram mudanças e manutenções de discursos durante os tempos. Achar que os intelectuais brasileiros foram capazes de motivarem as transformações e o aliciamento do povo às suas ideologias é sem tirar nem por uma idéia o quanto esdrúxula de participação política e social.

Outra implicação é que de fato não nos é permitido tocar o passado senão pelas frestas e lacunas que constituem seu corpo. A memória é uma forma dar aos espaços vazios uma estética. A educação e a literatura são veículos de difusão da ideia de nação, sendo que a mesma não passa nunca de um projeto reformulado continuamente através da história.

Se partimos do vocábulo nação percebemos que seus usos remetem a nascimento, e ao conjunto de habitantes de uma província, de um país e de um reino (Hobsbawm,1998) isto nos remete a constatação de que não havia uma nação, nem mesmo uma literatura nacional, nem tão pouco um sistema de educação nacional brasileiro anterior a independência principalmente nas suas primeiras décadas. É obvio que personagens históricos já tramavam a

dissolução do reino português, porém devamos persistir que os símbolos e *marteris* do novo país passam a ser construídos com maior empenho após o grito do Ipiranga.

No Brasil o nacionalismo nasce, a partir de uma mobilização, tardio com e como o romantismo. É importante notar que Hobsbawm destaca como um dos três princípios básicos para a formação da nação a “existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito” (HOBSBAWM, 1998, p.49).

Conclui-se, entretanto que o Brasil Império não se ajusta a este critério, a ideia de nação foi se constituindo após o Sete de setembro de 1822, precisamente um tempo depois em 1836 na cidade de Paris pela iniciativa de jovens estudantes brasileiros que lá moravam e publicaram *Niterói, Revista Brasiliense*, os primeiros passos de uma literatura romântica dedicada a poesia que tinha por epigrafe “Tudo pelo Brasil, e para os brasileiros”.

Isto não quer dizer que o pensamento emancipatório não existisse antes disso, que a literatura não houvesse interceptado desejos de liberdade, ou mesmo exaltasse um passado histórico comum para um grupo de pessoas que viviam em terras brasileiras, a questão é que o Brasil não existia enquanto nação. Se éramos colônia, com todas as formas de interdição que pode ter uma colônia, e passamos a reino unido, sem que contestássemos o subjugo da metrópole, viemos ser império sem que revogássemos a autoridade *regis* consanguínea. Proliferamos etiquetas sociais coloniais sem que nos déssemos conta.

1.4 Colonização, imaginário social e educação

Historicamente o Brasil, entre os demais países colonizados pela Europa a partir do século XVI, foi aquele onde as bandeiras da metrópole estiveram por mais tempo hasteadas, ou mesmo permanentemente, fazendo sempre presente o controle, a coerção e a interdição no meio social brasileiro nas práticas e nos sentidos e nas imagens que a sociedade brasileira fez e faz de si. A pedagogia da colonização marcou a ferro a cultura brasileira em vários aspectos do cotidiano não só pela relação de dependência, tão polemizada e debatida por diversos intelectuais brasileiros, mas sobre tudo pela fixação de uma identidade nacional pontuada pela ignorância.

O fato é que a colonização não materializou nossa dependência, mas cristalizou o *ethos* da desabilitação de toda uma sociedade, cerceando sua autonomia e maioridade. Dependentes ou não, incorporamos o discurso do colonialismo que nega a capacidade

intelectual e moral dos indivíduos localizados à margem da metrópole, distantes da imagem do colonizador português, igualmente estereotipado.

Os discursos coloniais difundidos desde o século XVI nos relatos dos conquistadores e viajantes, da presença jesuítica, dos sermões às missivas, das manifestações poéticas, dos barrocos aos arcades, e chegando até o romance folhetinesco do século XIX insistem em um aspecto da construção da identidade dos sujeitos, fictícios ou não, próprios destas formações discursivas que é a fixidez.

Este aspecto é responsável pela manutenção de determinados caracteres atribuídos principalmente aos colonizados a fim de estender as relações de poder entre eles, mas nunca sem suscitar o contra-discurso que nasce muitas vezes tímido no entremeio destes caracteres.

Segundo Bhabha: “A fixidez, como signo da diferença cultural/histórica/racial no discurso do colonialismo, é um modo de representação paradoxal: conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca.” (BHABHA, 2007, p.105). Para Bhabha, a reflexão acima do colonialismo deve fugir à tendência de lê-lo através de maniqueísmos de forma que a leitura promova que “o ponto de intervenção deveria ser deslocado do imediato reconhecimento das imagens como positivas ou negativas para uma compreensão dos processos de subjetivação tornados possíveis (e plausíveis) através do discurso do estereótipo.” (BHABHA, 2007, p.106). Destacar nos estereótipos é eleger não somente o que é se repete como também aquilo que é acrescentado como signos de diferença e de dinâmica cultural.

A pedagogização do colonizado instaurou marcos difíceis de serem arrancados, bandeiras quase impossíveis de serem derrubadas, pois fixados na alma do país, ou simplesmente na imagem que fazemos dela. E se antes seus liames eram de caráter externo, com o passar dos anos tais cicatrizes são melhores vistas nas paredes internas de seus órgãos, na ideia pessoal de suas instituições, em suas relações interpessoais e cotidianas.

A educação esteve sob a influência destas balizas, ela serviu como agente de manutenção destes discursos. Ela age diretamente sobre a formação ideológica dos seus alunos, nela são estipulados os limites que marcam o comportamento social, ela serve como propriedade para a manutenção do *ethos* nacional dizendo quem será posto para dentro desta ordem; quem realmente fará parte dos eleitos aos bens e serviços do Estado; quem é capaz,

como se a capacidade não estivesse relacionada à condição a *priori* democrática onde todos são iguais.

Todavia, quando problemas como do analfabetismo persistem na história como uma novela que se repete interminavelmente juntamente com os seus discursos, cabe sair da janela, abandonar o caráter de observadores e cronistas do presente para tomar consciência crítica da realidade. É preciso perguntar por qual motivo a narrativa do analfabetismo se reproduz como uma constante. Para esboçar uma ação mesmo que distante da solução, mas empenhada nela, a história da nação brasileira deve ser destacada como linha de costura entre presente e educação traçando a finalidade desta última.

Historicamente, em 1822, os laços de dependência foram partidos, desestabilizando as relações de dominação e fundando um novo tempo jurídico-administrativo e ressaltando a diferença cultural como meio de legitimação, mas as mudanças dos sentidos que fundaram a nação brasileira no grito não foram se quer significativas na urdidura das contingências posteriores, o grito não existiu, como também a épica imagem de uma independência não foi suficiente para suplantar o peso da tributação feita a Portugal pela nossa emancipação. Cabe ressaltar que no Brasil esse processo de automação se deu muito tempo depois, e com certo atraso em relação aos demais países do Novo Mundo. Mas, e socialmente, como se deu a transformação?

A questão se desenvolve a partir da efetividade desta libertação, desta autonomia histórica. É improvável, segundo a velocidade das transformações sociais, pensar que uma estrutura dominante (seja ela de ordem econômica, linguística, tecnológica,...), se extinga ao mesmo tempo de suas marcas históricas, quando revogada por outra que a substitui. Não é certo dizer que as trocas se dão na mesma urgência e consecutividade em que decretos e autos são proclamados? Basta observar como nos autodenominamos, como explicamos nossas mazelas sociais e como naturalizamos enredos de miséria. Mas a supervalorização das identidades produzidas no espaço colonial escondem um maniqueísmo perigoso, pois:

A imagem é apenas e sempre um acessório da autoridade e da identidade; ela não deve nunca ser lida mimeticamente como a aparência de uma realidade. O acesso a imagem da identidade só é possível na *negação* de qualquer ideia de originalidade ou plenitude; o processo de deslocamento e diferenciação (ausência/presença, representação/repetição) torna-a uma realidade liminar. A imagem é a um só tempo uma substituição metafórica, uma ilusão de presença, e, justamente por isso, uma metonímia, um signo de sua ausência e perda. (BHABHA, 2007, p.85-86)

Pelo senso comum, pode-se pensar que quando órfãos de uma ordem burocrática, automaticamente substituída por outra diferente, a sua antecessora é completamente substituída, esquecida. Todavia, a ação de uma ordem tende a se prolongar, pois o imaginário social leva muito mais tempo para ser deposto. Segundo Castoriadis (2004) este imaginário fica incrustado nas práticas e nas relações sociais instituindo a realidade de uma determinada coletividade. Não é o estabelecimento de uma lei que determina as relações de dependência homem/mulher, não é a capacidade jurídica que determina a igualdade entre os sexos. A lei pode existir, mas seu poder de tecer a realidade social limita-se às fronteiras da mentalidade de uma determinada comunidade, de uma determinada cultura, sempre em processo de construção de sentidos.

Uma vez criadas, tanto as significações imaginárias sociais quanto as instituições se cristalizam e se solidificam, e é isso que chamo de imaginário social instituído, o qual assegura a continuidade da sociedade, a reprodução e a repetição das mesmas formas que a partir daí regulam a vida dos homens e que permanecem o tempo necessário para que uma mudança histórica lenta ou uma nova criação maciça venha transformá-las radicalmente por outras. (CASTORIADIS, 2004, p.130)

Para Castoriadis, o imaginário não é uma mera produção do pensamento que beira o fantástico e a fruição livre do pensamento. Ele, o imaginário, é uma capacidade instituinte da sociedade. Logo pensamento e práticas estão indissociáveis na produção imaginativa de um *corpus* social. As imagens então produzidas interferem ativamente nas realidades que não deixam de ser contingenciadas pelas fatuidades históricas. E mais, para LAPLANTINE (2003) o imaginário se constitui “a partir dos significados contidos na história individual e coletiva”, ele seria parte de uma memória traumática que força a problematização das contradições do presente. Segundo ele, o imaginário seria, então, a solução fantasiosa das contradições reais. (LAPLANTINE; TRINDADE, 2003, p. 35). É neste ponto de ebulição do contraditório que a narrativa se estabelece como foco de confluência das memórias e esquecimentos assumindo sua configuração estética, neste trabalho sobre a estrutura do romance.

A escrita literária, mesmo não tendo a finalidade de ser a verdade, está diretamente agindo sobre as concepções da mesma. É preciso entender que "os acontecimentos dividem o tempo, mas não o preenchem." (HALBWACHS, 1990, p.17). A literatura é um espaço onde interagem memória, discurso e imaginário, não necessariamente nesta ordem, sem uma ordem precisa, concomitante em todas estas instâncias. É pela linguagem que elas tomam vida sob a utilização das palavras, pela formação dos enunciados:

As palavras também são mais numerosas do que as letras, e as combinações de palavras são mais numerosas do que as próprias palavras. O que há de novo em cada página, não são as palavras, nem mesmo os membros da frase: tudo isto reteríamos bem depressa. O que é preciso reter agora ou compreender, aquilo sobre o que a atenção deve se concentrar é a combinação dos temas elementares, das combinações de notas ou de palavras já conhecidas. Assim se encontra reduzida e simplificada a tarefa da memória. (HALBWACHS, 1990, p.170)

O discurso perpassa a memória. Não de maneira homogênea, mas por todos os lados, por todas as direções, até mesmo aquelas ainda não formuladas, mas anunciadas, a espreita para o momento certo de sua erupção que se dá em momento determinado, num espaço determinado em relações singulares. Descobre-se que os textos literários bebem na memória que não é uma experiência única de um autor. Para aquele que escreve pra aquele que lê, para os que não lêem ou lerão nunca estas ações terão um aspecto isolado pelo simples motivo de que “temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem” . (HALBWACHS, 1990, p.26).

A memória, por sua vez também atravessa o discurso modificando suas rotas, refazendo suas considerações, seus domínios, suas imagens. Ambos constituem imagem, não aquela que referencia o acontecimento, mas a que o subjetiva, o que prepara a realidade com condimentos e temperos a transformar o sabor e tornar mais fácil a ação de digeri-la, pois de outra forma seria impossível ou trabalhosa a ingestão. É necessário que se perceba que determinadas metodologias do trabalho com a memória, partem em sua maioria do seu aspecto mais descritivo e referencial. Na reconstituição de um passado os estudos se debruçam para relatos que são rotulados de entrada como memórias, só não se sabe até onde aquele discurso é subjetivado indo além da materialidade dos fatos.

Toda obra de memória é criação da realidade. Daí nos perguntamos: por que não partir de textos fictícios, de textos que não se declaram memória, mas não deixam de revelar um passado linguístico, uma gramática dos costumes, uma normatização do trato social, as aspirações e angústia de uma coletividade, por mais limitada que ela seja? Nos romances históricos⁸ ou não, é possível apreender principalmente determinados discursos que foram tomados como estatuto de verdade durante determinado tempo. É o caso das literaturas de fundação com as quais trabalharemos no próximo capítulo.

⁸“Trata-se de um gênero híbrido, na medida em que é próprio da sua essência a conjugação da ficcionalidade inerente ao romance e de certa verdade, apanágio do discurso da História.” (MARINHO, 1999, p. 12). Romances históricos são caracterizados principalmente por conterem personagens históricos sem que as ações desenvolvidas sejam uma reconstituição de fatos históricos, mas da criação fictícia das circunstâncias de determinado acontecimento.

Faz-se de suma importância destacar que certas configurações do romance brasileiro estão aliadas à necessidade de construção de um passado histórico que fizesse jus ao ideário nacionalista. É neste ponto que “Dizendo-se sempre herdeiro das tradições e da memória coletiva do povo, o romance histórico desenvolveu-se junto com um a historiografia de exaltação nacional a partir das primeiras décadas do século XIX” (DECCA, 1997, p. 205). Daí as referências a nomes e fatos serem tão importantes: a literatura tinha um papel declarado naquele momento: o de construir narrativas de soberania. Porém é preciso entender que o discurso de memória também serve a um poder e a um saber que tecem a realidade a ser consentida e afirmada socialmente, pois

“A construção da memória nacional se realiza através do esquecimento. Ela é o resultado de um a amnésia seletiva. Esquecer significa confirmar determinadas lembranças, apagando os rastros de outras, mais incômodas e menos consensuais.” (ORTIZ, 1994, p.139)

Romances como *Iracema* são enunciados míticos que participam até hoje da legitimação do genocídio das sociedades indígenas como da exclusão dos mesmos da participação social. Longe de dizer que esta é uma possibilidade melhor que outra, deve-se questionar o porquê da dificuldade em se trabalhar com a ficção. A resposta muito mais complexa pode-se ao menos nos servir de inspiração ao pensamento sobre a História que tem em si caráter inconcluso:

A história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado. Ou, se o quisermos, ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência. (HALBWACHS, 1990, p.67)

Neste caso, conclui-se que são nas literaturas que as memórias são difundidas, que elas submergem da lodosa e turva consciência histórica para ser reatualizada. São nas narrativas ficcionais que a memória encontra sua condição de existência proferindo que "para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância” (DAVALLON, 2007, p.25). Sustentar a discussão sobre o passado colonial é ultrapassar as barreiras da insignificância, é por em contradição os argumentos apáticos de uma tradição histórica carcomida pelo mofo de suas verdades impostas.

2. 0 FIAT BRASIL! NAÇÃO, UMA INVENÇÃO

Neste capítulo são tecidas considerações sobre obras do Romantismo, período de forte produção literária de cunho predominantemente nacionalista. Sob estes aspectos destacam-se os romances indianistas, narrativas fundacionais⁹ que possuíam um objetivo incontestado de criar um passado histórico e mítico da nação, remetendo-se ao momento de perpetração da colonização e dando a ela valor histórico e estético nos quais este trabalho se debruça. O etnocentrismo da construção das nações coloniais do século XVI bem como a construção da alteridade são temas abordados nas análises. Pensa-se sobre um dos esteriótipos que figurou em vários textos sobre identidade dos colonizados, o colonizado recebeu o diagnóstico cruel de inoperante condição para o conhecimento, para a educação, em outras palavras à selvageria. É discutida a utilização da figura do índio como herói nacional na fase romântica brasileira e a invisibilidade que os mesmos tiveram na ficção e na participação social após este período. Algumas questões iniciais surgem como motivadoras da análise: como as narrativas se empenham em produzir uma gramática das relações sociais? Como esta gramática se relaciona com o desenvolvimento e construção dos sentidos da educação nacional?

2.1 Da natureza da nação à nação da natureza

A terceira fase, a infância de nossa literatura, começada com a independência política, ainda não terminou; espera escritores que lhe dêem os últimos traços e formem o verdadeiro gosto nacional, fazendo calar as pretensões, hoje tão acesas, de

⁹ As narrativas fundacionais se caracterizam pelo uso de símbolos e mitos de origem, descarta a utilização dos fatos discrepantes para implementar uma memória conciliadora. Já a narrativa de formação se baseia nos fatos problematizando o presente a partir das divergências e contradições que envolvem os acontecimentos históricos. Todavia em ambos é clara a força ideológica capaz de torna verdade a imaginação ou de tornar ficção o que se constitui como verdade. Para Chauí Diferentemente da formação, a fundação se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar. Não só isso. A marca peculiar da fundação é a maneira como ela põe a transcendência e a imanência do momento fundador: a fundação aparece como emanando da sociedade (em nosso caso, da nação) e, simultaneamente, como engendrando essa própria sociedade (ou a nação) da qual ela emana. (CHAUI, 2000, p.07)

nos recolonizarem pela alma e pelo coração, já que não o podem pelo braço. (ALENCAR, 1982, p. 150)

O romantismo¹⁰ resultou numa das épocas mais expressivas da produção literária no Brasil, para João Ribeiro “o momento decisivo da definição da nossa nacionalidade, traduzia as alterações de uma sociedade em que novos fatores surgiam e velhos fatores mudavam de sentido e força”. (RIBEIRO JUNIOR, 1982, p.57). Fora também tempo decisivo para a formação de uma literatura nacional que necessitava mais do que nunca assumir características próprias e definidoras de uma identidade. Ação que se explica por uma razão crucial: naquele momento o nacionalismo era um dos pressupostos de maior recorrência romântica e o contexto político favorecia as associações e o comprometimento com as ideias positivistas de progresso com as quais Brasil carecia instrumentalizar.

Criar uma literatura que nos desse os matizes das cores da nação foi o principal objetivo de um conjunto de textos produzidos nessa época. Se uma escola literária é definida por sua periodicidade e inter-relações entre textos e autores, pode-se afirmar que o romantismo brasileiro embora apresente bases significativas de ampla utilização sua dinâmica produção fora em muitos exemplos polêmica e dissonante.

Quanto à formação da nação brasileira e da caracterização de seu rosto, é certo que este processo de auto-afirmação não se finalizou naquele momento e nem principiou ali. A partir da produção colonial árcade e logo os textos cultivados no então Reino Unido de Portugal até a nossa Independência particularizavam posicionamentos de escolha de temas ligados ao nativismo e à História do país, ressaltando o que poderíamos chamar de textos de identidade, nos quais há a intenção de produzir um caráter homogêneo para nação brasileira. Sem dúvidas, uma quimera!

Todavia, é preciso destacar que por mais que sejam encontradas nas literaturas que precederam o movimento romântico brasileiro esta disposição a dar um colorido próprio à escrita literária, esta ação não prefigura por si só um movimento nacionalista. É categórica a afirmação de que não é com a independência que se funda o estado nacional brasileiro. O 7 de setembro de 1822 não é o ano de confluência de forças emancipadoras, elas ou não existiam

¹⁰ Neste período da literatura brasileira é determinado como marco inicial o ano de 1836 com a publicação, na França, da *Nichtheroy* - Revista Brasiliense, por Gonçalves de Magalhães da publicação de *Suspiros Poéticos* de Gonçalves de Magalhães.

ou eram de uma inconsistência política incapaz de deflagrar sobre o estrondo de um brado retumbante uma independência político-administrativa.

Entretanto a fraca mobilização popular na independência por outro lado resultou fortalecimento ideológico da classe intelectual em especial da atuação literária.

A independência importa de maneira decisiva no desenvolvimento da ideia romântica, para qual contribuiu pelo menos com três elementos que se podem considerar como redefinição de posições análogas do Arcadismo: (a) desejo de exprimir uma nova ordem de sentimentos, agora reputados de primeiro plano, como o orgulho patriótico, extensão do antigo nativismo; (b) desejo de criar uma literatura independente, diversa, não apenas uma literatura, de vez que, aparecendo o Classicismo como manifestação do passado colonial, o nacionalismo literário e a busca de modelos novos, nem clássicos nem portugueses, davam um sentimento de libertação relativamente à mãe-pátria; finalmente (c) a noção já referida de atividade intelectual não mais apenas como prova de valor do brasileiro e esclarecimento mental do país, mas tarefa patriótica na construção nacional. (CANDIDO, 1981, p. 11).

Pode-se dizer que a nação brasileira nasceu romântica. Ela é um produto das mobilizações políticas e dos usos discursivos entorno da consolidação do estado “emancipado” a partir da independência. Estas ações formaram-se e foram dando forma a um extenso grupo de instituições demarcadas pelo predicativo nacionais.

Febre no cenário civilizado europeu, o nacionalismo já havia fincado sua bandeira nas terras do Novo Mundo. As literaturas como outras modalidades da vida cultural destes países foram assumindo no Brasil Império um caráter individualizante, particularizando a existência de uma entidade nacional definida e autônoma. Evidenciam-se através deles os aspectos aglutinadores de um *corpus* patriótico que viriam a celebrar a temporalidade e justificar sua independência. Eram estas propriedades românticas que resultavam em duas das principais características do período literário a história e o nativismo. Ambas as modalidades de desenvolvimento do discurso literário irão prescrever obstáculos ao progresso positivista que em cenário brasileiro esteve paradoxalmente aliado à imagem de um nativismo caboclo ignorante e afastado da imagem de um país civilizado.

São a partir destas características que se destaca o primeiro grande conjunto de imagens literárias para este estudo e sem dúvida um dos mais importantes por apresentar uma propriedade perene no imaginário nacional que se configura: o da nação de natureza exuberante e divina. No que tange a natureza no romantismo brasileiro certas considerações são unânimes: ela particularizava uma diferença elementar dos europeus chegando a indicar a

originalidade de nossos autores *versus* os moldes estrangeiros. Estas diferenças por outro lado fazem parte de configurações mais complexas.

A caracterização do espaço assevera a distância entre a nação e a educação, pois a ideia de um mundo natural não condiz com os pensamentos sobre a educação. Um espaço educado afasta-se pelo requinte e sofisticação do mundo civilizado. A natureza dita intacta parece desafiar a ação do homem, parece pedir ávida que o mundo seja transformado que as sombras da floresta sejam dissipadas pelo extermínio da paisagem bruta. Mas como mudar aquilo que se define como essência? Embora se possa adiantar que neste conjunto as ambivalências vão coabitar os sentidos disponibilizados. Se a nação é imagem do paraíso terreal também será face do abominável e pecaminoso mundo dos trópicos. Por hora nos situemos perante as utopias românticas e seus objetivos.

A consciência da missão emancipadora podia ser facilmente destacada no pensamento expresso de alguns atores sociais. Por exemplo, Machado de Assis em seu texto *Notícia da atual literatura brasileira, Instinto de nacionalidade* dá demonstração desta consciência que se formava no seio da jovem pátria e da missão que tinham para com as gerações futuras: “Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo.” (MACHADO, 1997, p. 256).

Essa separação não foi um empenho único da literatura, na verdade fazia parte de um conjunto de ações nacionalistas no país que encontrava na natureza seu mais valioso argumento. “Pela primeira vez, teve o Brasil um movimento com raízes bem fincadas no solo e nas realidades nacionais, inspirado exclusivamente nas grandes emoções coletivas.” (COUTINHO, 1986, p.29). E nem um nem outro elemento da natureza se assemelhava ao povo da jovem pátria como o índio este personagem resultante da simbiose entre do humano com a *fisis*. A figura do indígena substituía, para críticos e escritores que faziam parte dum projeto de nacionalização da literatura, o herói romântico do velho mundo.

O nacionalismo romântico assumiu um caráter muito próprio no Brasil, sob a forma do *indianismo*. Casando a doutrina do “bom selvagem” de Rousseau com as tendências lusóforas, o nativismo brasileiro encontrou no índio e sua civilização um símbolo de independência espiritual, política, social e literária. (COUTINHO, 1986, p.24)

O nativismo, que eleva a natureza como essência do sentimento patriótico, é como propriedade espiritual de uma nação, as chaves para entender certas com figurações sociais

dentro das obras e as que estão fora delas fazendo parte de um discurso que versa sobre a nação brasileira e o que lhe é natural.

Porém, é preciso destacar que este nem sempre este é um casamento feliz, já que o que diferencia o código literário romântico brasileiro: a natureza, é também o reduto sombrio e habitado por entidades malignas e avessa ao período literário cristão. Por exemplo, em muitos momentos da trilogia indianista de Alencar, a natureza é povoada por entidades espirituais maléficas (como em *Iracema*) e o “mau espírito da floresta.” (ALENCAR, 194, p. 17). Em *O guarani*, a natureza é o lugar onde os índios ainda não subjugados pela força colonial, são representados sob a égide demoníaca como na passagem em que Peri está prestes a enfrentar a morte pelas mãos da tribo inimiga.

À medida que se animavam, a cadência apressava-se: de modo que a marcha triunfal dos guerreiros se tornava uma dança macabra, uma corrida veloz, uma valsa fantástica, em que todos esses vultos horrendos, cobertos de penas que brilhavam à luz do sol, passavam como espíritos satânicos envoltos na chama eterna. (ALENCAR, 1978, p. 175)

Todas as tramas se encaminham para um grande paradoxo do nativismo romântico brasileiro que é a insustentável ligação entre o progresso que deveria existir para que também existisse a nação e a natureza que delegava o primitivismo da sociedade brasileira. A partir deste ponto a referência de Peri é muito mais um atestado de que o índio, herói nacional, podia ser domesticado, mas não educado os essencialismos cuidam da representação como suporte de sustentação da relações sociais reveladas principalmente nas diferenças entre Ceci e Peri que faz com que a ligação sentimental da primeira com o segundo aconteça de forma fraternal e nunca sob o aspecto passional. Ceci, e não Peri, pode sustentar os sentidos preteridos para nação brasileira naquele instante, pois:

A representação (mental) que o grupo se faz de si mesmo só pode se perpetuar no e pelo trabalho incessante de representação (teatral) pelo qual os agentes produzem e reproduzem, na e pela ficção, a aparência ao menos de conformidade à verdade ideal do grupo, a seu ideal de verdade (BOURDIEU, 2004, p.18).

Dentro deste vasto universo textual nativista, observa-se que alguns aspectos agiram na diferenciação da produção poética. O indianismo é um destes aspectos que surge não somente no romantismo, mas em momentos bem particulares da história literária, política e cultural do país. Tratarei de ambos, nativismo e indianismo, nas narrativas de José de Alencar fazendo a ressalva aos que mais se interessarem pelo tema que na produção poética encontraremos desde as épicas tropicais do século XVIII, como *Caramuru* e *Uruguai*, como a

poesia de Gonçalves Dias, quão grande é rico e vasto o material possível de ser estudado dado um período maior para as reflexões.

Contudo é pela problematização ou representação de um passado histórico que o *Guarani, Iracema e Ubirajara* são de suma importância para entender o processo de criação do imaginário nacional, aferindo a partir daí o pensamento que balizava a ideia de educação. Contudo deste conjunto de textos que retratam os indígenas como heróis nacionais é que surgem os primeiros conceitos binários usados no jogo de fixações para a determinação das identidades coloniais na literatura do século XIX. As oposições que se estabelecem a partir das ideias de civilização/barbárie. Outros binarismos convergem sobre as implicações semânticas da oposição. Ora elas estão implícitas, ora concomitantes ou lhes são consecutivas. Passemos então ao entendimento dos vocábulos situados nos pólos da dicotomia.

2.2 Civilização e barbárie ou “Não comerás o teu próximo”

Àqueles que superam os outros em prudência e razão, mesmo que não sejam superiores em força física, aqueles são, por natureza, os senhores; ao contrário, porém, os preguiçosos, os espíritos lentos, mesmo que tenham as forças físicas para cumprir todas as tarefas necessárias, são por natureza servos. E é justo e útil que sejam servos, e vemos isso sancionado pela própria lei divina. Tais são as nações bárbaras e desumanas, estranhas à vida civil e aos costumes pacíficos. (SEPULVEDA, apud: LAPLANTINE, 2003, p. 26)

A palavra civilização etimologicamente vem do latim. O substantivo *civitas* estava relacionado à condição de cidadão, de morador da cidade, ao conjunto de moradores de uma cidade como também a sede de um governo. Em um dos seus desdobramentos o termo ele também será usado para designar a alma nobre e elevada. Ainda encontramos as palavras *civilis* que está relacionada aos direitos do cidadão. Os termos estão desde a antiguidade clássica servindo de indício para destacar quem pertence, ou que tem direitos dentro de um grupo.

É preciso lembrar que para a Roma Antiga nem todos os habitantes da cidade eram cidadãos, automaticamente a palavra não servia apenas para destacar quem estava ou não dentro dos territórios da cidade, mas quem deveria ser excluído da participação de certos eventos da vida pública e do exercício político. Já o termo *civilização*, produto do ato de civilizar, de tornar indivíduos parte de um grupo com condutas morais e éticas peculiares e

sob uma forma única de governo é algo consideravelmente recente no universo linguístico europeu.

No século XVI, *civilizado* já é utilizado. Lê-se em Sepulveda em 1550 que para a colonização, para o domínio extensivo sobre o Novo Mundo ser ou não ser civilizado era a questão. Mediante as respostas dadas era possível concretizar, avançar na colonização sem outros questionamentos morais, éticos e religiosos. Rousseau utiliza a palavra *civil* como elemento de repartição da sociedade, de diferenciação entre os indivíduos, de dominação e de exploração seguindo o gradiente de significação que até então não conhecia usos ligados a inclusão e sim de uma diferenciação excludente. A propriedade é para ele o termo mais próximo da condição mundo civilizado.

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não poupou ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: ‘Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!’”. (ROUSSEAU, 1997. p. 87.)

Saindo da reflexão etimológica e se atendo as implicações de uso, cabe aqui algumas questões para prosseguir com as análises: O que vem a ser a civilização pretensa pelo romantismo brasileiro no século XIX? O que caracteriza uma sociedade civilizada? As mesmas estão sobre uma relação de pertencimento, ou não, ou a civilidade é medida em termos objetivos? Que papel assume a figura do índio frente a referencia de civilidade?

É preciso notar que ideia europeia de civilização faz parte de um conjunto de discursos que circularam pela Europa atrelados ao desenvolvimento da ideia de cultura e da formação dos estados nacionais. “Ela se torna motivo de exaltação para todos aqueles que respondem ao seu apelo; ou, inversamente, fundamenta uma condenação: tudo que não é a civilização tudo que lhe resiste, tudo que a ameaça, fará figura de monstro ou de mal absoluto.” (STAROBINSKI, 2001, p. 33). E é no advento da Era Moderna que seu uso será cada vez mais utilizado.

Segundo Nibert Elias (2001), a civilização resultou do entrelace de vários acontecimentos que produziram em dado momento esboços de civilidade. Antes a ideia de civilização partia de um conjunto de regras de etiqueta para diferenciar os países europeus por

seu grau de requinte, a palavra civilização vai apreender sentidos bem mais complexos e ser utilizada como recurso de legitimação da dominação dos povos que habitavam os territórios recém-conquistados com as grandes navegações.

Porém cabe ressaltar que o impacto produzido pelo contato do homem europeu e as comunidades ameríndias tencionou processos de significação ainda hoje intermináveis. Se as identidades, como demonstra Said (1990), sofreram a ação efetiva da polarização entre oriente e ocidente pelo conjunto de discurso que cristalizavam a alteridade, pode-se concluir que de certa forma, esta polarização afeta os países da América Latina pelo exotismo, pelo horror, pela atração que o olhar europeu se debruçou sobre estes povos. E que por substituição pode-se dizer que um dia a América também foi oriente. Deslumbrados ou horrorizados as apreensões do choque das grandes navegações dispuseram fronteiras tênues por onde os dois mundos passaram a transitar.

Quem era mesmo os bárbaros? Os índios com seus rituais antropofágicos que matavam de forma ritualística e cheia de pompa aqueles que trariam a difusão de qualidades a sua gente? O sacrificado era introjetado na memória e no corpo dos que faziam parte do comensal. Ou seriam os europeus, que ao dizimar nações indígenas inteiras rejeitava qualquer contribuição para suas culturas, ou mesmo a participação no mundo que era erigido sob os corpos dos conquistados? Ao que parece, a civilização necessitava de circunstâncias e propriedades não possuídas pelos povos ameríndios. O discurso que se manteve hegemônico e que a civilidade era incoerente a estes povos. O que dizer das nações e dos países que nasceram deste choque entre os dois mundos?

Diz que quer ser christão e não comer carne humana, nem ter mais de uma mulher e outras cousas; sómente que há de ir a guerra, e os que captivar, vendel-os e servir-se delles, porque estes desta terra comem-se uns aos outros, digo os contrarios. E' gente que nenhum conhecimento tem de Deus (NÓBREGA, 1988, p.72)¹¹.

De certo o canibalismo foi o principal argumento para a conquista e extermínio dos povos ameríndios. Nóbrega (1988) resalta o costume como propriedade que anula qualquer tipo de conversão. Bestas tropicais que fim teriam os indígenas senão a expurgação de suas vidas? Seres sem alma passaram pelos ditames da violência colonial na figura de colonizadores que em matéria de civilidade deixaram toda fé e amor ao próximo sucumbir à espada em riste na empreitada contra as tribos indígenas que habitavam todo o continente

¹¹ A escrita original do texto foi obedecida em sua transcrição.

americano. Alguns que se salvaram ou deixaram o litoral e foram em busca do interior ou foram cativados com benevolência a ponto de figurarem como sombras na sociedade.

O processo civilizador foi ao longo do tempo estruturando um *ethos* europeu a partir de símbolos e códigos de conduta moral partilhados pelos indivíduos que faziam parte de um grupo social. (Elias, 1994, p. 48). Daí o que contribuía para o reconhecimento e a diferenciação entre países do Velho Mundo vem constituir uma das categorias principais de reconhecimento de uma alteridade e da necessidade de interferência dos civilizados sobre os bárbaros:

O que significa dizer que o serviço ou a defesa da civilização poderão, eventualmente, legitimar o recurso à violência. O anticivilizado, o bárbaro devem ser postos fora de condição de prejudicar, se não podem ser educados ou com vertidos. (STAROBINSKI, 2001, p. 33).

É pois desta violência que se processou e se processam vários dispositivos que legitimam a incapacidade da população, ou de grande parte dela, de gerir seus destinos de usar de seu livre arbítrio, de promover suas necessidades. São estes discursos que fendem abismos que mesmo ficcionais distanciam as ex-colônias de alto grau de civilidade só possível pela assimilação da imagem do colonizador como fez os Estados Unidos ao dominar a aparição da imagem do negro e do índio desde os registros escritos até a atuação em suas aventuras da conquista do Oeste.

2.3 O guarani, Iracema, Ubirajara: do mito à alegoria

A língua de que usam toda pela costa é uma [...]. Carece de três letras, convém a saber, não se acha nela f, nem l, nem R, cousa digna de espanto, porque assi não têm Fé, nem Lei, nem Rei: e desta maneira vivem desordenadamente sem terem além disto conta, nem peso, nem medido (GANDAVO, 2008, p.35).

José de Alencar, autor de grande imaginação, produziu romances que representam verdadeiros ícones da literatura brasileira chegando a fazer parte dos símbolos que participam dos rituais patrióticos de pertença da nação brasileira. Reverenciado, mas também condenado por alguns que não veem em sua obra uma crítica da realidade, suas obras se mostram como uma das mais lidas e parafraseadas, se observada a produção artística e cultural no Brasil. Passemos por uma breve descrição das obras relacionadas nesta análise.

O romance *O guarani* se desenvolve século XVII, na região sudeste do país precisamente em terras fluminenses. No domínio do fidalgo português D. Antônio de Mariz e de um núcleo familiar composto por sua mulher D. Laureana, seu filho Diogo, sua filha Cecília, Ceci, e sua sobrinha Isabel, na verdade sua filha bastarda. Além de outros personagens como Aires Gomes, fiel servo de D. Antônio; um aventureiro italiano, Loredano e ex-padre em busca das minas de prata que havia na região, e que alimentava incontida paixão Ceci; e Álvaro, jovem apaixonado enamorado por Ceci que rejeitado rende-se aos encantos de Isabel; o índio Peri, guerreiro goitacá salvador de Ceci compõe o espaço de ação das personagens. Peri serve à moça com verdadeira idolatria.

A trama do romance começa quando Diogo mata sem querer uma índia aimoré, o que desemboca em grande conflito e ataque de vingança que não se conclui com a morte de Isabel e Ceci devido à coragem de Peri. Este salva Ceci em outras passagens com na tentativa de sequestros de Loredano. Os aimorés não desistem da vingança. Peri tenta salvar sua amada ingerindo uma dose muito forte de veneno para em batalha ser vencido e ser devorado por todos inimigos, causando a morte da tribo. O plano não dá certo, Álvaro consegue salvá-lo. Na casa de D. Antônio, Peri vai a busca do antídoto trazendo o corpo de Álvaro, morto em guerra contra os inimigos. Isabel suicida-se junto a seu amado.

Loredano é capturado e condenado à morte, mas outro perigo é iminente. Persiste a ameaça dos aimorés. A trágica solução é explodir a casa e morrerem como verdadeiros cristãos. Peri, no entanto, oferece-se para salvar Ceci, que está desacordada devido a uma bebida dada pelo próprio pai. D. Antônio aceita sob uma única condição: que o jovem índio se torne cristão e leve Ceci até a casa da tia no Rio de Janeiro. Peri aceita, é batizado, e foge com a jovem adormecida, enquanto a casa explode, Ceci acorda sabendo do triste fim da família e que Peri ficará com ela no Rio de Janeiro, decide ir com ele. Um dilúvio acontece e a narrativa termina com a imagem de ambos sumindo rio abaixo no horizonte.

O romance *Iracema* (1865), subtulado *Lenda do Ceará*, é considerado um poema em prosa. Narra a trama amorosa da índia que dá nome a obra com Martin, figura do colonizador português que naufraga na costa do nordeste brasileiro. Pode-se dizer que o romance de José de Alencar se configura como uma alegoria do processo de colonização. Embora um nome de origem tupi Iracema é um anagrama da palavra América.

Nas análises que sucedem esta pesquisa, deve-se entender que a alegoria além de um recurso de criação de imagens é também um processo conciliador dos sentidos, uma forma de conter as tensões significativas no seu interior. “O signo, se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade.” (BAKHTIN, 2006, p.46). Daí que problematizar a dimensão estética das imagens literárias é também acionar temas tabus na sociedade brasileira durante anos. Libertar de sua cela escura o que sempre causou pânico na manutenção da ordem nacional.

Martim faz referência ao deus greco-romano da guerra Marte. Segundo romance da trilogia indianista de Alencar, *Iracema* se destaca como uma construção literária em que o autor deixa transparecer um trabalho intenso com a linguagem utilizando a língua tupi como artefato para construção das figuras e da sonoridade do texto. Além disso, Alencar usa como recurso da história, bem característico dos três romances para recontá-la, em meio a sua criatividade literária, onde não falta fantasia.

O mundo em que Iracema vive é desestruturado pela chegada de Martim, que é levado para o seio da tribo e para espaços tabus da sociedade indígena. Nasce o grande amor entre os dois e é Iracema que depois de embebedar o português promove o enlace carnal e amoroso quebrando o tabu de sua virgindade. Isso desencadeia a ira do povo tabajara e faz com que Iracema e Martim fujam. Martim ajudado pelos potiguaras consegue fugir, mas deixa Iracema grávida na promessa de voltar. De Iracema nasce Moacir e de tristeza morre em instantes, antes da volta do amado. Na imagem final, Martin, o português; Moacir, o mestiço e Poti, o aliado indígena, atravessam o mar na jangada, uma criação metafórica da nação brasileira.

Ubirajara (1874) é o último livro do conjunto de obras indianistas de José de Alencar. Nele, o autor se preocupa especialmente na descrição criativa por certo de grande atmosfera antropológica da nação indígena, e de grande intertextualidade com os textos de missionários jesuítas e viajantes aventureiros do século XVI. Para o escritor o argumento da obra reside na cultura indígena berço de nossa nacionalidade. Nas circunstâncias amorosas expostas se coadunam as da honra, narrando as aventuras dos personagens silvícolas antes do contato com do homem branco na representação de um Brasil primitivo.

De forte tendência épica, o texto é dividido em nove capítulos. Jaguarê sai de sua taba em busca do reconhecimento como guerreiro da superação de um grande inimigo, Pojucã,

vitória que lhe atribui o nome guerreiro de Ubirajara, senhor da lança. Logo após vai em busca de outra noiva deixando Jandira a esperar por ele e vai em busca de Araci, filha do chefe da nação tocantim. Como Jurandir adquirir o direito de guerrear para o imeneu com Araci, vence e consuma-se a união.

Derivam-se na trama várias guerras entre araguaiaias e tocantins, tocantins e tapuias. Ubirajara dobra o arco de Itaquê, em cumprimento da lenda que diz que para haver uma sucessão os guerreiros tocantins devem pegar o arco de Itaquê, dobrá-lo e atirar com ele. Ubirajara consegue e torna-se assim o novo chefe da nação de Pojucã e Araci, fazendo com isso a união das nações de guerreiros. Na passagem final do romance os heróis percebem a chegada do colonizador e a trama acaba. Tem-se assim o início de novas tramas. Ele é o último romance da trilogia, mas tende ser o primeiro em relação cronológica dos fatos históricos da colonização contados a partir da literatura de Alencar.

Até hoje, do cinema à ópera, a literatura indianista alencariana serve de mote para a produção de novas obras. Uma indagação então emerge da visualização dos romances indianistas: seriam eles fruto de uma imaginação privilegiada do autor, no sentido que remete a uma origem, como reforço a temporalidade do povo brasileiro? Ou mesmo um comentário tal qual nos afirma Foucault (2008), se relacionarmos suas narrativas românticas a literatura de informação do século XVI? Fora ele leitor contumaz destes escritos usados como substância para a escrita das narrativas?

É até redundante afirmar que sim, quando tratamos de Alencar, pois ele mesmo já teria revelado por diversas vezes em vários momentos que os romances nascem da leitura dos relatos dos conquistadores do século XVI. É instigador perceber como Alencar, tomado da reflexão sobre o passado colonial tenta criar uma atmosfera de veracidade para suas obras, induzindo ao leitor por meio de referências não ficcionais que a fábula que conta está mergulhada na realidade e no passado histórico o qual ele tenta reconstruir.

O mote para os romances são sempre dados reais que o narrador intercepta e direciona para uma narrativa denominada inspirada. A memória é mãe de todas as musas é eleita para conduzir o narrador ao submundo da realidade para alcançar o que ficou escondido, ao que foi carcomido e por esta razão precisa ser reconstituído, restaurado. Vê como, em *O guarani*, o narrador encontra seu ponto de partida para escrita em um antigo manuscrito que “Estava abandonado e quase todo estragado pela umidade e pelo cupim, esse roedor eterno, que antes

do dilúvio já se havia agarrado à arca de Noé, e pôde assim escapar ao cataclisma.” (ALENCAR, 1978, p.11). a escrita surge como salvação de uma memória e como alicerce para histórias vindouras.

Novamente o autor deixa transcorrer ressalvas à leitura na apreensão de problemas de interpretação. O que teme Alencar enchendo seu texto de itinerários de reflexão e ponderando sempre as atitudes dos personagens que levam a dedução de uma necessidade de relevar as atitudes no mínimo estranhas aos seus olhos e aos do leitor sobre as práticas indígenas que se não muito selvagens, demasiadamente aventureiras. O narrador prescreve do ato de reconstituição e criação do passado: “Previno-lhe que encontrará cenas que não são comuns atualmente, não as condene à primeira leitura, antes de ver as outras que as explicam.” (ALENCAR, 1978, p.09).

Se os romances devem ser lidos com certa previdência, o autor que dá voz aos seus narradores está na defesa de que deve ser lido mesmo em débito com algo, mas consecutivamente em favor de alguma coisa maior que a primeira. Se é de um passado que os romances se referem também apontam para um futuro e um presente que se constitui à medida que é lido. Não importando se o leitor é ou não contemporâneo ao texto. Os romances alencarianos remetem-nos a um “olhar o que fomos” e inquirem “veja o que nos tornamos”. Na alegoria de um mundo selvagem se inscrevem a ilusão de um progresso conciliador.

Sem dúvida a leitura das notas, prólogos e glosas que o autor insere em suas obras nos mostra que o conjunto de textos escritos pelos conquistadores do Velho Mundo como intertexto e como base para uma reelaboração do passado. Porém não é pela conformidade com a leitura de mundo ali inscrita que Alencar lê estes textos. Ele diz no prólogo de *Ubirajara* intitulado Advertência que:

Os historiadores, cronistas e viajantes da primeira época, senão de todo o período colonial, devem ser lidos à luz de uma crítica severa. É indispensável sobretudo escoimar os fatos comprovados, das fábulas a que serviam de mote, e das apreciações a que os sujeitavam espíritos acanhados, por demais imbuídos de uma intolerância ríspida. (ALENCAR, 1984, p.11)

Daí, conclui-se que a trilogia indianista é uma releitura do passado colonial e das primeiras estampas produzidas pela metrópole sobre o novo território conquistado. Porém mesmo tentando usar de uma perspectiva crítica sobre as leituras podemos perceber que a tensão da civilização sobre a selvageria nunca é desfeita. Se os brasileiros são filhos desta união ilícita ou não, a bastardia soa como predestinação. Há uma preocupação de Alencar:

que na produção das obras a ficção estabeleça significados entre dois tipos de texto sem tomar partido declaradamente por algum deles. A literatura indianista alencariana se produz na interseção entre a visão deslumbrada e a visão escandalizada das metrópoles sobre os povos colonizados. O que decorre é senão personagens deslocados e em trânsito.

Assim é Martim que, na figura do colonizador, carrega em si controversos sentimentos que o uni a nova terra, mas não é capaz de desfazer os laços com sua terra natal, como se observa no trecho a seguir:

Os olhos do guerreiro branco se dilataram pela vasta imensidade; seu peito suspirou. Esse mar beijava também as brancas areias do Potengi, seu berço natal, onde ele vira a luz americana.

Arrojou-se nas ondas e pensou banhar seu corpo nas águas da pátria, como banhara sua alma nas saudades dela. (ALENCAR, 1994, p.55)

Mas se o herói branco é dividido, se a ele o lá e o cá geram uma carga significativa própria dos conquistadores ditada pelo espaço, os conquistados situam-se no entremeio do tempo, caracterizando seu deslocamento em um antes e um depois insustentáveis para a heroína, que era símbolo de seu povo e de seu habitat. Iracema é ao mesmo tempo memória e esquecimento como na passagem: “Iracema lembrou-se que tinha sido ingrata para a jandaia esquecendo-a no tempo da felicidade; e agora ela vinha para a consolar no tempo da desventura.” (ALENCAR, 1994, p.72). Tanto para um como para outro a colonização é fonte de desagregação.

No conjunto das obras de Alencar, o mapeamento do Brasil por diversas vezes já foi muito comentado num esforço de não só expor regionalidades, mas de dar unidade ao espaço nacional poético pela bravura e pelos valores de certo teor clássico aos homens do sul, sudeste e nordeste. Os enredos de grande propensão imagética são parte das características deste escritor com uma particularidade inspiradora. Mas a visão sobre o índio e sobre a terra faz parte de um aparato discursivo desenvolvido desde o século XVI com as crônicas da conquista colonial. A literatura de Alencar faz referências à literatura dos cronistas do século XVI e, embora tenha outros propósitos emancipadores, cristaliza a visão de dois mundos separados pela ideia de civilização e barbárie com a qual os registros do período das navegações e conquistas dispuseram o mundo.

A literatura indianista de Alencar é construída sobre a imagem do índio nobre e guerreiro nada que deixasse a desejar qualquer romance de cavalaria medieval ou mesmo as

epopéias clássicas onde as qualidades são em fim retomadas como vínculo tênue entre as sociedades ameríndias e o ocidente. Tênué, pois embora o autor tenha se empenhado em erguer ao máximo os heróicos povoadores das Américas seu discurso está contaminado por demais pelo discurso colonial do século XVI. E mesmo sob a áurea de bondade e inocência, a prefiguração destes personagens é delimitada pela barbárie por sua principal característica, a selvageria.

Fixa-se em suas obras o índio, símbolo da nação brasileira, conotado ou não pela adjetivação rousseauriana de sua bondade. Ou mesmo quando os personagens são valorizados de alguma forma, cabe ressaltar sua origem ética a fim de separar o que eles são e o que nós somos, eles selvagens e nós bárbaros: “No meio de homens civilizados, era um índio ignorante, nascido de uma raça bárbara, a quem a civilização repelia e marcava o lugar de cativo.” (ALENCAR, 1976, p. 213).

É interessante notar que esta qualificação vence as barreiras do tempo para fixarem-se nas práticas e nos processos de construção de imagens sobre o país. “O estereótipo também pode ser visto como aquela forma particular, ‘fixada’, do sujeito colonial que facilita as relações coloniais e estabelece uma forma discursiva de oposição racial e cultural em termos da qual é exercido o poder colonial.” (BHABHA, 1998, p.121)

A caracterização de personagens dos romances inscreve as obras em um jogo complexo de significados. Em *O guarani*, Peri é vestido e caracterizado de armas tal qual ao herói da antiguidade clássica, seus valores, sua índole perpassa o conjunto de adjetivações consagradas aos ocidentais. Em muitos momentos, a ingenuidade do personagem assume uma debilidade, uma inconformação com o pensamento lógico e racional. Na passagem da caçada, homem e bicho estão de igual para igual, ambos sob a insígnia da natureza: “Assim, durante um curto instante, a fera e o selvagem mediram-se mutuamente, com os olhos nos olhos um do outro; depois o tigre agachou-se, e ia formar o salto, quando a cavalgata apareceu na entrada da clareira.” (ALENCAR, 1978, p. 21)

Peri é limitado, e contido sobre os domínios da ignorância com a qual foram taxados os primeiros habitantes do território brasileiro. É esta a imagem da nação que mais incomoda a ponto de rejeitarmos a presença contínua destes povos na nossa história e de sobre o artefato da miscigenação apagar quase totalmente a imagem destes povos da nossa sociedade. Elas

passam a se tornarem invisíveis, eles perdem o corpo vão habitar os espaços cabidos aos fantasmas. E quando aparecem são em extratos insignificantes das estatísticas públicas.

Porém não é somente o índio que sofre a ação das indeterminações das fronteiras entre o mundo civilizado e mundo selvagem. É importante destacar que na história da formação dos sentidos semânticos nem um termo nem outro da dicotomia civilização/barbárie formaram um bloco fixo de significações. “Duas ideias se fundem no conceito de civilização. Por um lado, ela constitui um contraconceito geral a outro estágio da sociedade, a barbárie.” (ELIAS, 1994, p. 62)

As antigas feitorias coloniais dispunham na obra de um elemento transformador, de uma exigência de condutas que passam a não ser nem uma coisa nem outra. Ao conjunto dos personagens das obras indianistas de Alencar partilham de características dos dois mundos.

Ele mantinha, como todos os capitães de descobertas daqueles tempos coloniais, uma banda de aventureiros que lhe serviam as suas explorações e correrias pelo interior; eram homens ousados, destemidos, reunindo ao mesmo tempo aos recursos do homem civilizado a astúcia e agilidade do índio de quem haviam aprendido; eram uma espécie de guerrilheiros, soldados e selvagens ao mesmo tempo.” (ALENCAR, 1978, p.15)

Já em *Iracema*, a guerreira heroína é muito similar com as virgens guerreiras da mitologia clássica, é uma Diana dos trópicos, uma Atlanta silvícola das terras americanas, um arranjo similar e telúrico da rica natureza das Américas. Iracema, em quem repousa a insígnia do novo mundo, é a natureza que precisa ser dominada, devastada, arruinada para que de seus escombros nasçam a uma nova sociedade.

Em *Ubirajara*, o herói é fixado sobre recursos cada vez mais aliados à ciência e à categorização promovidas pela metrópole sobre o selvagem. Ubirajara se constroi como lenda e é espectador da colonização. Quando a metrópole chega ele é retirado de cena, ele não passa mais a ser o sujeito das ações, ele assume o papel de espectador das transformações. Na genealogia da nação e da realidade do século XIX, Ubirajara é o galho morto do qual seus feitos nada acrescentam a mundo civilizado do império brasileiro.

Contudo a fixação da imagem do índio como representação do mundo selvagem, sem cultura, impróprio à educação não é um fato isolado em meio às práticas coloniais, é acima de tudo um mecanismo de dominação e de produção do outro. Seja ele negro africano, indiano,

árabe, maia, inca ou asteca, o olhar que a colonização vai por sobre os indivíduos colonizados será norteado pelo conceito de selvageria, que está mais para sentença à ignorância. Said (1990) chama atenção para que o que realmente importa na significação e na construção das identidades no processo de orientalização é sem dúvida o domínio sobre a atuação destes indivíduos que no caso da colonização se produz não só como materialização de características dos povos conquistados e subjugados pela máquina colonizadora, mas também a construção de esteriótipos da metrópole sobre a égide da diferença. Há um entrelace entre conhecimento e a exploração contíguas analogamente aos campos de poder e saber caracterizados por Foucault (2008).

Não importa saber se as civilizações inca, maia e asteca escandalizavam os sistemas agrícolas do ocidente, se a vida urbana era altamente organizada e com serviços de saneamento e abastecimento de água avançados para o mundo europeu. O mundo tinha uma ordem que deveria ser mantida, a ordem onde se dispunham os que iluminados pela ciência e por deus tinham o direito sobre tudo e todos que estavam fora dos domínios.

Parece que também não importam as identidades nacionais se portugueses, se espanhóis, se ingleses, ou holandeses, em todos estes casos eles faziam parte de um conjunto de possibilidades de conquistadores, a referência a uma ocidentalidade. Daí a problemática do índio ser tão importante para rastrear os sistemas de ensino no país em suas práticas. O que se produziu é parte deste sistema meritocrático tão colonial quanto. Que não só limita a participação quando diz quem vai ou não fazer parte destes espaços. Se o índio foi elevado a símbolo do povo brasileiro ele não veio fazer parte do mesmo. Ele, na genealogia traçada pela colonização, não só foi dizimado em sua extensão como fora apagado em sua representação. Os mitos e as lendas caminham para esta mudança e pela rejeição no primeiro momento da ideia de miscigenação.

Da escrita de Alencar os prólogos, as glosas e notas são de grande importância não só para que se leia o texto onde a linguagem transcorre sob forte recurso de utilização de vocábulos da língua indígena, que para o leitor do século XIX ou o leitor do século XXI ainda é de grande necessidade na construção dos sentidos das cenas narradas. Nas obras indianistas do autor está presente um código que fora esquecido, que jaz adormecido ou mesmo silenciado pela máquina colonizadora. E nesta característica os romances são índices da intensa ideologia nacionalista que se volta para as reformas pombalinas e a imposição da língua oficial.

Alencar, longe de idealizar uma nova língua, lança mão da diferença, da transformação, da disjunção entre a língua portuguesa dos colonizadores e a língua portuguesa do Brasil. Muitas vezes criticado, sua atitude de escrever usando como recurso a utilização da matriz tupi faz parte da instituição da mestiçagem e da cultura brasileira como aporte à independência cultural, à identidade da nação. Esquecem-se seus críticos ao alegarem excesso de imaginação que a trama e a construção linguística das narrativas estão carregadas de uma ideologia que se volta para a leitura da colonização e de seus efeitos na formação de nossa sociedade.

Esta leitura dimensiona um processo de descolonização deflagrado anos após a independência, além de delinear os caminhos a serem tomados pela sociedade. Nestes termos, a literatura destaca-se como mecanismo discursivo de persuasão e de ação sobre a realidade.

Alencar também bebe na ideia de uma evolução entre povos, a ideia de que embora nobre e valoroso, o índio é a representação de uma sociedade primitiva, de algo que não pode sustentar por si só a ideia de independência, pois seu primitivismo, segundo Alencar, denota ingenuidade, acanhamento, natureza grosseira. Em outras palavras: selvageria. Daí a impossível missão de incluídos na sociedade, de fazê-los parte do cotidiano. É necessário que a imagem do índio esteja viva quando nos remetemos à nação, mas a mesma não suporta a participação efetiva destes indivíduos. *Iracema* fornece a solução para o dilema: a morte. Eis o grande impasse idílico do qual a ideia de educação no país bebeu com muito afinco, e que hoje absorve em pequenas, mas substanciais goladas.

Nos momentos finais da trama, a heroína se esvai alimentando a natureza e sua cria. *Iracema* deixa a narrativa no momento exato onde a construção de uma nova ordem se instaura. Os índios perdem sua linguagem, suas crenças, passando a ser aliados, convertidos e aculturados pela máquina da colonização, desestruturando os limites de posse do mundo branco sobre o indígena do qual só restara o rumor. Em *O guarani*, Ceci é levada para o interior de uma cultura que não é mais a que fora denominada como sua, como cultura branca.

Todavia esta já havia se transformado, já se encontrava no contato com a natureza e o índio, já sofria a transformação dos costumes. E se anteriormente a civilização, na figura do colono português, tinha alguma pretensão de bondade, ela como realização estética romântica do mundo corrompido é rejeitada. Peri e Ceci são elos de uma nova ordem, mas um elo

perdido. Alencar se debruça na fatuidade histórica para remontá-la no imaginário nacional, para buscar novos itinerários patrióticos, embora ainda sob a égide patriarcal escravocrata.

Como processo criador, o imaginário re-constrói ou transforma o real. [...] O imaginário, ao libertar-se do real que são as imagens primeiras, pode inventar, fingir, improvisar, estabelecer correlações entre os objetos de maneira improvável e sintetizar ou fundir essas imagens. (LAPLANTINE; TRINDADE, 2003, p.08)

Distintamente do que aconteceu com os negros, que sempre foram base de um problema a ser resolvido frente às forças liberais e a sociedade escravocrata que deflagraram uma controvertida liberdade, os índios sofreram na história do Brasil o apagamento ou a clausura cultural em parte explicada pela lógica colonialista por definição sectarista e racista que se evidencia por regras e estágios bem definidos:

- 1º Descobrir e pôr em evidência as diferenças entre colonizador e colonizado.
- 2º Valorizar essas diferenças, em proveito do colonizador e em detrimento do colonizado.
- 3º Levar essas diferenças ao absoluto, afirmando que são definitivas, e agir a fim de que se tornem tais. (MEMMI, 1977, p. 69)

Mesmo sendo elementos diferentes entre si, negros e índios são “o outro”, no discurso colonial. Nas literaturas, eles passaram por muito tempo pela invisibilidade, deixando de ser personagens e passando à moldura da representação da sociedade brasileira. Os índios passaram a não ser mais nomeados. Consecutivamente, a ação a identificar estes indivíduos em nossa sociedade passou a ser algo de extrema dificuldade de apreensão, já que eles passaram a ocupar de forma condicional a sua existência num mundo fictício da repetição da imagem do colonizador. A alteridade serve neste contexto para limitar a atuação de indivíduos ou mesmo designar suas competências no campo educativo.

3.0 HISTÓRIAS DE EXCLUSÃO

Neste capítulo destaca-se algumas formas de interdição ao saber que vão caracterizar os sentidos para educação nacional. As alegorias não param de construir Brasil que mesmo fictício já materializam sentidos e consensos para o cotidiano do país. As instâncias se reconfiguram carecendo de novas tramas onde educação e modernização são primordiais, contudo não o suficiente para universalização de direitos tal qual exigia a Revolução Francesa, modelo de reflexo turvo para uma sociedade de privilégios e resistente a ideia de libertação dos escravos. O nativismo assume novos enunciados que mantêm o diálogo com formações discursivas coloniais. Império ou República defende-se continuamente superioridade tecnológica da metrópole, o que é estrangeiro, e a inferioridade intelectual da colônia, o que nos é “próprio” e “essencial”. Contudo estas formações se diferenciam e constituem-se de novos dispositivos de interdição no interior dos discursos. Partindo desta constatação verifica-se que em muitos das obras do século XIX a educação começa a surgir com força como prerrogativa de transformação social e política, mas que ao mesmo tempo se encontra infectada pela mentalidade dos sectarismos de um Brasil Colônia.

3.1 A construção das incapacidades

[...]em nome de uma predefinição de “mediocridade” intelectual e da restrição contínua e violenta à esfera doméstica e às funções definidas como “as únicas dignas” do sexo feminino (casamento e maternidade), que foram afastadas as mulheres do mundo do saber e mantidas ignorantes, analfabetas ou apenas educadas com verniz social, aprendendo um pouco de francês, bordado, etiqueta. E muita religião, é claro.(PRADA, 2004, p. 32 -34)

Como já foi dito, na fase romântica vários autores puderam construir ideologicamente caracteres de uma identidade nacional fictícia. Identidade esta que durante os anos foram se cristalizando em um conjunto de objetos, símbolos do imaginário nacional, popularizando-se, constituindo uma série de conceitos sobre o povo brasileiro e sua face, operando o senso comum. Estas construções servem como fronteiras que limitam a participação dos indivíduos em sociedade e do interior da vida pública.

Neste caso as instituições como a educação e seus espaços e práticas de atuação são afetados de forma incisiva. Para as sociedades marcadas pela colonização, como a brasileira, são nos espaços educativos que incidem com muita clareza os aparelhos de interdição. E estes espaços no Brasil do século XIX são quase inexistentes, mesmo sendo apreciados por leis e normatizações a exemplo da Constituição de 1824 onde em seu artigo 179, parágrafo XXXII diz que: “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos.” (Nogueira, 2001, p. 103). É preciso presumir que “todos” e cidadãos” são palavras de uso determinado longe de um sentido “ao pé da letra”. Além de que o caminho que vai do que determinam as leis à sua efetivação na sociedade passam por uma série de rarefação, chegando à disjunção daquilo que está expresso na escrita da mesma e a sua aplicação. A exegese precisa pontuar que não são todos os indivíduos que podem ser beneficiados pela lei, pois não são todos eles considerados cidadãos.

Mulheres, negros e índios por muito tempo foram os não-cidadãos. Sofreram e sofrem até hoje com os estigmas originados por esta consciência nacional romântica centrada na exaltação da natureza e da religiosidade nativista e que por outro lado perpetuaram imagens negativas dos sujeitos colonizados. De um lado os que podiam ter acesso ao bens do Estado do outro os que não podiam ser definidos senão pela diferença, pela desigualdade. Longe de afirmar quem foi o mais prejudicado, quem foi o mais vigiado e punido pela mentalidade colonial apresada na nação burocrática, pode-se destacar a situação da mulher como ponto de interseção entre os vários mecanismos de exclusão. A figura feminina é sem dúvida na construção da nação um elemento controverso e cheio de liames de complexa interpretação para os que se dedicam a estudar o tema com afinco. É inegável que sofreram e sofrem com a mentalidade colonialista sublinhar no cotidiano do país. Sobre a mulher os interditos de gênero raça e classe social incidem de forma contínua.

Dá a importância em destacar a mulher sobre a qual, nas palavras de Bonnici (2005), sobrevieram duplamente as forças ora da opressão colonial motivadas pela metrópole, ora da clássica submissão patriarcal, estipulando fictícias diferenças biológicas para seus argumentos capazes de mostrar a superioridade do homem sobre a figura feminina. Sobre a mulher os discursos vão duplamente insistir em sua inferioridade quando não em sua malignidade latente, natural, um essencialismo típico do poder.

A nação como narrativa com seus elementos e personagens é constituída de dispositivos discursivos que na literatura não está somente ali disposto para ilustrar uma

realidade extra-obra, mas para participar diretamente do *modus vivendi* no interior do Estado, principalmente se esta mesma literatura ganha dimensões simbólicas e sgnicas que ordenam a execução de práticas concretas das relações entre os sujeitos. O dispositivo pode sim ser desabilitado, fazer outras ligações acionar outras práticas, atingir outras instancias do mundo dito concreto, porém ele surge como forma de manutenção das ordens, ele é aliado da repetição. É a repetição demoníaca do ser que cria margens e deposita nelas os sujeitos marcados pela diferença, os sujeitos minoritários.

A participação da mulher dentro destas narrativas é foco de grande relevância. Desvendar no jogo de representações que envolvem as personagens no projeto de Brasil que se propagava no século XIX nos mostra que, em pleno positivismo onde as diferenças pontuadas pela ciência da época não constituíam em seu estatuto primeiro saberes segregadores, vai deflagrar que o sexo como princípio articulador dos discursos utilizados como instrumento de aferir valores e de manter poderes sobre os indivíduos femininos. Tudo isto num Brasil onde a participação da mulher na vida pública fora sinônimo de prostituição ou de trabalho marginalizado. Na palavras de Foucault “a noção de “sexo” permitiu agrupar, de acordo com uma unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres e permitiu fazer funcionar esta unidade fictícia como princípio causal.” (FOUCAULT, 1988, p.168). Um discurso sustentado milenarmente pelo ocidente que encontra nas práticas coloniais a possibilidade de agrupar diversos grupos em um conjunto maior dos subjugados constituindo saberes para defini-los pois nesta disposição dos sujeitos no mundo perpassado pelo história colonial “somente quem dispõe de autoridade legítima, ou seja, de autoridade conferida pelo poder, pode impor suas próprias definições de si mesmos e a dos outros” (CUCHE, 1999, p. 1999).

Passemos pois a uma leitura comparada de algumas personagens que expõe tais mecanismos. Comparemos *Iracema (1865)* e *Senhora de José de Alencar*, e *Inocência* de Visconde de Taunay. Iracema, Aurélia e Inocência são perfis femininos distintos quanto a sua ambientação no romantismo, aspectos diferenciados na história da literatura e da nação e interseções de tratamento do elemento feminino na vida interna do país. É através da construção destas personagens observa-se uma mentalidade intrínseca mesmo que naquele momento a ordem fosse modernizar o país e para isto educá-lo, o saber continuou propriedade de determinados grupos dentro do extrato social, e não um direito extensivo, daí ser necessário estipular competências para cada um.

As narrativas falam de personagens localizadas. O primeiro passo para a compreensão dos dados é sua particularização em períodos e espaços diferenciados. Cada um representa uma forma de ver a pátria, a terra de origem, o berço de um povo. O que várias vezes se verifica é que ao caracterizar as personagens consecutivamente os traços que definem os personagens fictícios participam também da tessitura do ‘caráter nacional’. As identidades neste caso é um aspecto localizado. Pode-se afirmar que nas três obras atmosferas de abordagens são concluídas em segmentos assim divididos: o nativismo, o romance urbano, e o regionalismo crítico.

Cada um destes momentos fornece discursos de identidade nacional visitados e revisitados durante toda história literária do país, fixando posturas principalmente no meio dos discursos populares e do senso comum. Não há entre eles porém supremacia de força, trata-se de enunciados independentes, suas peculiaridades fornecem visões diferenciadas do Brasil no que tange os espaços, porém seus efeitos sustentam ambivalências entre eles. O sertão de *Iracema* é um universo espacial diferente do sertão de *Inocência* que é o oposto do espaço urbano de *Senhora* mas cada um se relaciona com o outro num jogo de diferenças que tendem a identidades distintas, se tomadas as personagens como modelos de representações, e conformidade de interdição. Todavia este espaço é a construção de um Brasil incivilizado e bruto que surge como revolução e discrepância em Canudos.

É na atmosfera nativista que *Iracema* é criado, “O nacionalismo romântico assumiu um caráter muito próprio no Brasil, sob a forma do *indianismo*. Casando a doutrina do ‘bom selvagem’ de Rousseau com as tendências lusófonas, o nativismo brasileiro encontrou no índio e sua civilização um símbolo de independência espiritual, política, social e literária.” (COUTINHO, 1986, p.24). Infere-se daí uma ancestralidade dos relatos que são repassados através da oralidade como registro popular, chegando à escrita, passando a sua oficialização enquanto texto. *Iracema* supõe um povo que antecede a colonização.

Vê-se que o conjunto das ações vividas pelos personagens terá como testemunha a natureza circundante, irrefutável observadora perante a qual, em sua existência divina, eleva à condição de verdade tudo que é, foi e continuará sendo dito em seus domínios, pois ela é local das origens e reminiscências. Claros são os fins: difundir um projeto de nação através da literatura, definindo fronteiras distintivas entre a literatura nacional e as letras lusitanas. Essa separação não foi um empenho único da literatura, na verdade fazia parte de um conjunto de ações nacionalistas no país que encontrava na natureza seu mais valioso argumento.

Iracema romance de intento mítico-poético, em que José de Alencar institui a fundação do país no momento da conjunção da raça branca e indígena, formadoras do povo brasileiro. Cabe salientar que, para este momento, a participação negra não é cogitada, pois o Brasil ainda dependia da mão de obra escrava, e em hipótese alguma poderia elevar à categoria de raça a engrenagem principal de sua economia.

Segundo Coutinho, na mentalidade social da época o negro “não era filho da terra” (1986, p. 259), por isso não podia figurar nestas narrativas, não como se fosse os brancos colonizadores, assim como Martim, que aqui chegaram. Não se podiam aceitar semelhanças com a diferença explorada. A sociedade escravocrata consumidora da literatura alencariana nunca aceitaria supor naquele momento a junção das três raças. O cadinho das raças será um conceito ainda não aplicável para os meados do século XIX, a mestiçagem não foi desde o início um conceito tão bem aceito. A pátria sempre viveu sob a sombra do preconceito. Ambas as raças (branca e indígena), numa analogia quase santa com a saga bíblica de Moisés, revelam a sacralidade e o direito constituído dos eleitos.

A personagem, *Iracema*, é uma construção do meio e do homem, uma simbiose na qual suas características físicas e psicológicas revelam as terras americanas de que é filha, unindo fauna e flora numa expressão de exuberância e magnificência. Em uma das passagens mais famosas da literatura brasileira Alencar personifica a heroína:

Iracema, a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna, e mais longos que o talhe da palmeira.
O favo da jati não era doce como seu sorriso; nem a baunilha rendia no bosque como seu hálito perfumado.
Mais rápida que a ema selvagem, a morena virgem corria o sertão e as matas do Ipu, onde campeava sua guerreira nação tabajara. (ALENCAR, 1987, p.16)

Para o autor, trata-se, o romance de uma obra “primitiva, que se pode chamar aborígine, são as lendas e mitos da terra selvagem e conquistada; são as tradições que embalsamaram a infância do povo, e ele escutava como o filho a quem a mãe acalenta no berço com as canções da pátria, que abandonou...” (*apud.* BOSI, 1982, p. 150). Um universo indômito que não pode parrelhar-se com o progresso.

A função da heroína dentro da fábula tem suma importância na sobrevivência da comunidade dos tabajaras da qual faz parte e vem a ser desarticuladora. É ela a zeladora dos ritos das juremeiras sagradas, mas é proibida de participar dos sonhos promovidos por Tupã, e de presenciar os desejos dos guerreiros. De caráter profundamente mítico, a trajetória da personagem está envolvida por uma atmosfera religiosa, de onde exerce poderes de salvação, gênese, e também de morte. É vetada a ela a vida pública. “Iracema, depois que ofereceu aos chefes o licor de Tupã, saiu dos bosques. Não permitia o rito que ela assistisse ao sono dos guerreiros e ouvisse falar os sonhos.” (ALENCAR, 1987, p.47). No mundo onde ela ascende às chamas das celebrações, produz com suas mãos o vinho inspirador, não é permitido a Iracema participar em pé de igualdade dos cultos. Não lhe é permitido conhecer o prazer, o seu corpo pelo qual o deus Tupã perpetua seus vínculos com o seu povo. O cristianismo impõe à narrativa seus dogmas, castigando o abrigo primeiro da vida e do princípio primário de identidade.

A morte é inevitável à filha órfã das matas, é preciso salientar que como em outras narrativas literárias desse período, a personagem central da trama não tem uma linhagem predecessora matriarcal. Ela é também a única personagem feminina a desempenhar ação e a exercer uma fala mesmo que sob forte manipulação. Morrer é para Iracema o resultado malgrado de suas ações desarticuladoras da cultura de sua gente. E o arrependimento que demonstra no fim é incapaz de reverter a sucessão dos fatos, o mundo com o qual ela se identificava e representava agoniza sob a ação de Martim e seus aliados. Num momento onde a construção da ação é urgente, nem um passado de glórias nem a nobreza de seus valores.

Denota-se que a utilização da imagem feminina constituiu uma forma peculiar de persuasão e de veiculação de ideias. A mulher assume importância simbólica “pois a mulher, assim como os anjos da teofania plotina, contrariamente ao homem, possui um a dupla natureza que é a dupla natureza do *symbolon*: criadora de um sentido e, ao mesmo tempo, receptáculo concreto desse sentido. A mulher é, portanto, o símbolo dos símbolos, [...]” (DURAND, 1988, p.36), indo representar não só a propriedade como também as intocadas terras da América.

Em *Senhora*, dito romance urbano, Aurélia personagem central pode representar uma gama de personagens femininos ambientados na corte com suas pompas e disparidades. Esta personagem mantém um vínculo com as leitoras que elas se relacionam, revelando suas aspirações burguesas de ascensão social pelo casamento. “Quem não se recorda de Aurélia

Camargo, que atravessou o firmamento da corte como brilhante meteoro, e apagou-se de repente no meio do deslumbramento que produzira seu fulgor?” (ALENCAR, 2000, p. 17).

Mas não esperem desta narrativa uma conformidade ao tratamento temático romântico. O matrimônio é desde o começo desmascarado deixando de ser um evento espiritual de união e revelando suas imbricações capitalista de patrimônio. A narrativa constitui uma crítica aos costumes a partir da caracterização dos personagens. Mas algo se processa de diferente a uma sondagem psico-social que mostra uma nova preocupação com uma sociedade que precisa moralizar-se, elemento este que pode ser visto na imagem de Seixas e consecutivamente dos sentidos que a educação prescreve para os núcleos urbanos. É o que se vê no trecho a seguir:

Havia nessa contradição da consciência de Seixas com a sua vontade uma anomalia psicológica, da qual não são raros os exemplos na sociedade atual. O falseamento de certos princípios da moral, dissimulado pela educação e conveniências sociais, vai criando esses aleijões de homens de bem. (ALENCAR, 2000, p.94)

A educação é uma máscara da civilidade e não uma garantia para uma sociedade que não conhece o trabalho livre.

Filho de um empregado público e órfão aos dezoito anos, Seixas foi obrigado a abandonar seus estudos na Faculdade de São Paulo pela impossibilidade em que se achou sua mãe de continuar-lhe a mesada. (ALENCAR, 2000, p.40)

Já Aurélia é considerada rica, órfã e dotada de uma inteligência sobrecomum ao gênero segundo o narrador. Observa-se que a conjunção mulher animal não muda quando muda o espaço que a abriga: “ a ferocidade da mulher enganada, sanha de leoa ferida nunca teve para exprimi-la,... as notas que destacavam-se dos lábios de Aurélia lembrava o silvo da serpente”(ALENCAR,2000, p. 24). Sobre a heroína recaem fora o poder financeiro as vicitudes típicas das mulheres convencionadas pela mentalidade da época.embora a obra sistematize criticas ao sistema que o origina. O modelo moral de educação promove o reacionarismo do molde nacional que e seus asujeitamentos como na passagem donde Dona Camila assegura o modelo moral da mulher brasileira.

Quando mais tarde a razão devia adverti-lo, já o doce hábito das confidências a havia adormecido. Felizmente D. Camila tinha dado a suas filhas a mesma vigorosa educação

brasileira, já bem rara em nossos dias, que, se não fazia donzelas românticas, preparava a mulher para as sublimes abnegações que protegem a família e fazem da humilde casa um santuário. (ALENCAR, 2000, p.42)

A uma necessidade conceitual de fazer com que as personagens femininas não sejam dotadas de humanidade, e mesmo em uma sociedade desfigurada pela usura capitalista, não sobrem aparições que não as fora do recato e do lar. Após perpetrar sua vingança, ao final dos estouros e revelações Aurélia é afinal uma mulher subjugada pela ideia do “santo amor conjugal” (ALENCAR, 2000, p. 215). Apagando-se de vez para o imaginário que a fizera brilhar.

Por término a fase de transição e declínio dos ideais românticos, o romance regionalista. *Inocência* fornece novas circunstâncias para a utilização do elemento feminino e da narração da nação bem como assegura sentidos para uma modernização urgente de um Brasil iletrado.

3.2 Ignorâncias, sezões, e outras pestes tropicais

Na leitura da obra *Inocência* (1872) do Visconde de Taunay (1843-1899), o universo sertanejo é representado, servindo de cenário a uma história de amor segundo o gosto romântico: impossível e derramado. Mas não se deve julgar as aparentes sentimentalidades como únicos aspectos visíveis em toda obra. Aliam-se à trama amorosa uma série de conceitos culturais e imagens do Brasil, através de personagem de origens localizadas e contextualizadas como também tipos sociais que tornam possível a definição do romance como uma apoteótica demonstração literária de identidades. A obra possui um jogo característico que promove a reflexão do passado colonial brasileiro e das relações singulares entre saber e sociedade a partir do papel significante de seus personagens.

O romance faz parte de um conjunto de discursos literários que narram a nação e permitem a construção desta comunidade imaginada, porém o próprio desempenha papel peculiar no período romântico. Não que *Inocência* não seja uma literatura idealizada a partir do código romântico, mas que observa-se uma enormidade de propriedades que o afastam esteticamente das demais obras da fase. É uma tentativa de descrever um outro Brasil incivilizado, iletrado, o que não é o litorâneo, das capitais ou da corte. Altamente influenciado pela cultura europeia, com suas saias e cartolas, com suas etiquetas, com sua educação.

Taunay acreditava que o sertão, melhor ambientaria a face do país, que lá, isolados da sociedade corrompida, encontraríamos o genes do povo brasileiro. Um povo brasileiro ainda não tocado pela emancipação política e intelectual. A educação, mesmo quando não apontada, fomenta sentidos opostos à tradição e credices culturais. Neste espaço interagem personagens que são identificados e se identificam de várias formas, sob diferentes aspectos de gênero, naturalidades e nacionalidades por exemplo. Se para as narrativas indígenas a natureza é posta como sombra tanto na disposição espacial como na figura de seus heróis nativos. Em *Inocência*, o sertão é tal qual as florestas do habitada por feras, espíritos e maleitas e reduto da ignorância, do esquecimento. Um sertão diferente do sertão de Euclides da Cunha, mas ambos perpassados pelo clamor do interior do país.

É pois na personificação dos personagens do romance que se pode ver as configurações dissonantes da obra. Servindo-se do trecho a seguir, pode-se dele subtrair vários destes matizes de identidades e cultura. E, principalmente, do jogo de oposições que fortalecem caracteres de certa personalidade. É necessário ressaltar que durante o texto uma oposição chamará a atenção pelo seu ineditismo: a nação brasileira será descrita pela paradoxal antítese natureza dadivosa *versus* natureza monstruosa. Lembrando que o nativismo é colocado no romantismo e no nacionalismo como um dos principais argumentos de soberania. Até então as imagens relacionadas ao Brasil estavam para o primeiro aspecto, corroborando a ideia do paraíso terreal. E este comportamento não só afastava o Brasil da ideia de progresso como não conseguia conciliar a civilidade e educação ao mundo natural. Vê como nas afirmativas de Pereira o paraíso terreal ainda é retomado.

—Salta! atalhou Pereira exultando de prazer, então viva cá o nosso Brasil!
 Nele ninguém se lembra até de ter fome. Quando nada se tenha que comer, vai-se no mato, e fura-se mel de jataí e manduri, ou chupa-se miolo de macaubeira. Isto é cá por estas bandas; porque nas cidades, basta estender a mão, logo chovem esmolos... Assim é que entendo uma terra... o mais é desgraça e consumição. . .
 —Decerto! corroborou o alemão, o Brasil é um país muito fértil e muito rico. Dá café para meio mundo beber e ainda há de dar para todo o globo, quando tiver mais gente... mais população...
 —Bem eu sempre digo, acudiu Pereira tocando no ombro de Cirino e deitando-lhe uns olhos de triunfo. Lá fora é que nos conhecem, nos fazem justiça...(TAUNAY, 1993, p. 53)

Neste momento das discussões, chama a atenção a postura em que a nação brasileira é vista sob o aspecto de região agroprodutora e de forma positiva tanto para Meyer, naturalista alemão que vem estudar a fauna e a flora do país, quanto para Pereira, sertanejo pai de

Inocência. Nos dois casos persiste uma bondade extrema da terra para com o homem, como a concretização da profecia de Caminha que dizia que aqui em si plantando tudo dá.

De certo, uma fala colonial. E este parece ser um dos discursos mais utilizados até hoje em demonstração de exaltação patriótica. Porém os enunciados são colocados em contrariedade. E se no discurso que prescreve para uma terra que não carecia de grandes tecnologias e sim de mais mão-de-obra, o narrador, voz evidentemente incomodada do autor assente outros olhares sobre a pátria. Em vários momentos é assim que o narrador se posiciona quanto ao sertão: “Por toda a parte melancolia; de todos os lados tétricas perspectivas” (TAUNAY, 1993, p. 10) de uma natureza indômita longe de um conjunto vasto de idealizações, do modelo de vida urbana, que também não era das melhores, numa demonstração crítica das desigualdades do país:

Ali começa o sertão chamado bruto.
Pousos sucedem a pousos, e nenhum teto habitado ou em ruínas, nenhuma palhoça ou tapera dá abrigo ao caminhante contra a frialdade das noites, contra o temporal que ameaça, ou a chuva que está caindo. (TAUNAY, 1993, p. 9)

É oportuno dizer que estes encontros por parte destes dois personagens não duram muito tempo dentro da narrativa. Mesmo sem razões concretas, desconfianças típicas do sentimento nacionalista de aversão ao diferente criam fronteiras entre eles. E estas, no campo simbólico, estão a apontar para regiões sociais diferentes a da civilidade e a da barbárie.

Passemos ao outro ponto: a de gênero. Inocência é a personagem principal do romance, como outras heroínas da literatura brasileira é órfã de mãe, sendo negada sua linhagem matriarcal. O trato patriarcalista é, por vezes, paradoxal quando a descreve “Pobrezinha... Por esta não há de vir o mal ao mundo... É uma pombinha do céu... Tão boa, tão carinhosa!... E feiticeira!!! Não posso com ela.. só o pensar em que tenho de entregá-la nas mãos de um homem, bole comigo todo...” (TAUNAY, 1993, p.31), aquela que é boa não pode ser feiticeira, logo se percebe a sugestão da mulher como propriedade de um senhor. Esta mesma personagem tem voz e chega a definir-se num momento mais adiante da narrativa:

-Deixe-me falar, deixe contar-lhe o que me enche o peito... Depois ficarei sossegada... Sou filha dos sertões; nunca morei em povoados, nunca li em livros, nem tive quem me ensinasse coisa alguma... Se eu o magoar, desculpe, será sem querer... Lembra-me que, há já um tempão, pararam aqui umas mulheres com uns homens e eu perguntei a papai por que é que ele não as mandava entrar cá para dentro, como é de costume com famílias... O pai me respondeu: - Não, Nocência,, são mulheres perdidas, de vida alegre. Fiquei muito assombrada.--Mas, então, melhor, se são alegres hão de divertir-me.--Aquilo é gente airada, sem-vergonha, secundou ele. --Tive tanto dó delas que mecê não imagina. Depois fui espiar.. caíam tontas no chão... pitavam e cantavam muito alto com modos tão feios, que me

fizeram corar por elas! E são os homens que fazem ficar assim as coitadas!... Antes morrer... (TAUNAY, 1993, p.87)

Inocência, apesar do recato, tenta subverter a ordem posta, na tentativa de diferenciação e auto-identificação pessoal. Reconhece outras mulheres e justifica as ações corrompidas das mesmas pela ação do homem, que ela recusa na tentativa de gerir sua própria identidade, pois “somente quem dispõe de autoridade legítima, ou seja, de autoridade conferida pelo poder, pode impor suas próprias definições de si mesmos e a dos outros” (CUCHE, 1999, p. 1999). Mas não é só dela a que sua fala se refere, é sim do próprio Brasil do século XIX, oculto do cenário das nações tecnologicamente avançadas da época, dos países de progresso. O Brasil analfabeto e incivilizado, porém se encontram contrastes a respeito do papel da mulher frente a realidade nacional. Nos trechos a seguir ideias se opõem: “Juntem-se a isso os preconceitos sobre o recato doméstico, a responsabilidade de vedar o santuário da família aos olhos de todos, o amor extremoso à filha, em quem não depositava, contudo, como mulher que era, confiança alguma...”(TAUNAY, 1993, p. 87)

E esta opinião injuriosa sobre as mulheres é em geral corrente nos nossos sertões e traz como consequência imediata e prática, além da rigorosa clausura em que são mantidas, não só o casamento convencionado entre parentes muitos chegados para filhos de menor de idade, mas, sobretudo os números crimes cometidos, mal se suspeita possibilidade de qualquer intriga amorosa entre pessoa da família e algum estranho. (TAUNAY, 1993, p. 59)

As mulheres ocupam o gineceu, o espaço doméstico longe das discussões, dos fatos sociais e políticos de sua comunidade, não se produzem relações de pertencimento a um mundo coletivo. São elas objetos e propriedades do mundo masculino sem idoneidade. Receptáculos de maldições e perigos a ordem patriarcal cega, mas não justa. O furor dos ideais capitalista delega a estas personagens o “mundo feliz dos casamentos”, o matrimônio é a única oportunidade de redenção. O narrador se coloca: “Sempre as mesmas teorias de Pereira: a mesma grosseria repassada de desprezo ao sexo fraco, a mesma suscetibilidade para desconfiar de qualquer palavra que lhes parecesse menos bem aos prevenidos ouvidos.” (TAUNAY, 1993, p. 113)

Cabe ainda aqui fazer uma análise comparativa da imagens do Brasil e os demais países em um breve comentário sobre as naturalidades e nacionalidades dispostas ao longo da obra. Para tanto é necessário que se entenda que vários aspectos acabam construindo estas identidades. O primeiro aspecto seria a localização, a procedência, a ligação material e

transcendente que o habitat impõe ao sujeito no século XIX. Há no romance a ploriferação das identidades locais e de suas idiossincrasias que afasta qualquer tentativa de homogeneização nacional pelas características de uma determinada comunidade em um sistema social mais amplo. Dizer-se mineiro, carioca, e até mesmo sertanejo particulariza as experiências individuais e comunitárias a um sentimento de pertença nacional, de aspecto macro-cosmico. Já quando é mencionada uma Alemanha as dimensões se alargam a ponte de constituir outras relações num campo vasto de alteridades nacionais. Dando lugar a identidade cultural naturalizada por uma necessidade de justificar a origem.”(CUCHE, 1999, p. 180). Mas em todas elas nas relações de proximidades e afastamentos criam-se uma tensão significativa caracterizando as pessoas e seus sistemas sociais de forma valorativa.

Porém longe de idealizações do feminino encontramos contrastes a respeito do papel da mulher frente a realidade nacional. Nos trechos a seguir ideias se opõem: “Juntem-se a isso os preconceitos sobre o recato doméstico, a responsabilidade de vedar o santuário da família aos olhos de todos, o amor extremoso à filha, em quem não depositava, contudo, como mulher que era, confiança alguma ..”(TAUNAY, 1993, p. 59). Não é necessário muito esforço para perceber quanto o patriarcado acaba criando uma tensão entre o espaço público e o privado, e como é preciso manter vigília dos costumes dos quais a mulher é sempre um motivo de desconfiança, sempre uma possibilidade de transgressão. Em outro trecho pode-se elucidar estas relações:

Esta opinião injuriosa sobre as mulheres é em geral corrente nos nossos sertões e traz como conseqüência imediata e prática, além da rigorosa clausura em que são mantidas, não só o casamento convencionado entre parentes muito chegados para filhos de menor idade, mas sobretudo os numerosos crimes cometidos, mal se suspeita possibilidade de qualquer intriga amorosa entre pessoa da família e algum estranho.TAUNAY, 1993, p. 31)

As mulheres ocupam o gineceu, o espaço doméstico longe das discussões, dos fatos sociais e políticos de sua comunidade, não se produzem relações de pertencimento a um mundo coletivo. São elas objetos e propriedades do mundo masculino sem idoneidade. Receptáculos de maldições e perigos a ordem patriarcal cega, mas não justa. O furor dos ideais capitalista delegam a estas personagens o “mundo feliz dos casamentos”, o matrimônio é a única oportunidade de redenção. O narrador se coloca: “Sempre as mesmas teorias de

Pereira: a mesma grosseria repassada de desprezo ao sexo fraco, a mesma suscetibilidade para desconfiar de qualquer palavra que lhes parecesse menos bem aos prevenidos ouvidos” (TAUNAY, 1993, p. 113).

A literatura para a consolidação da ideia da nação brasileira não é apenas um elemento constitutivo resultante das aspirações de um tempo. Nela duelam ideias que por sua força de sugestão se mantêm vivas no imaginário popular. São cruzados e dialogam pelos tempos. Como se opõem e se afirmam num mesmo recorte temporal. Tal qual se observa em *Iracema* e *Inocência*, romances da nossa época romântica, como narrações perpetuam caracteres que exaltam a natureza como elemento primordial a formação da nação. A ponto de estarem lado a lado nas campanhas nacionalistas perpetradas na história do país até hoje. Seja de que forma, o transcendentalismo das imagens de uma nação natural.

É importante salientar: três aspectos literários que por persistirem nas obras acabavam revelando não só uma maneira de escrita mas uma lógica intrínseca a que vê na mulher condições ou mesmo caráter afeito a educação.

3.3 A escrava Isaura

Neste momento do trabalho dá-se o encontro com a literatura romântica de Bernardo Guimarães, literatura até certo ponto engajada na luta abolicionista e nas questões locais de fragmentação de uma narratividade predominantemente urbana. A obra intercepta temas variados e problemáticas levantadas pela crítica pós-colonial como a questão racial, a condição da mulher e de forma ampla a elaboração dos discursos de transformação social que estão ligados matricialmente à postura anticolonial.

No romance de Bernardo Guimarães algumas disposições remetem ao fascínio da educação para o Brasil imperial sem deixar de mencionar as ideias abolicionistas que geram grande reboliço para o cotidiano da capital e de todas as províncias do império. A educação é tão importante que ela vai assumir um pseudo papel da caracterização dos personagens da obra como vai assumir a condição de importância para nomear os indivíduos na sociedade. De grande relevância na defesa da ideia da literatura como agente criador e transformador da

sociedade A escrava Isaura é mais que um romance, é sobre tudo uma demonstração de interdição e dialogismo discursivo.

A escrava Isaura é publicado em 1875, num período de muita efervescência das ideias abolicionistas no país. O romance foi notadamente um estouro, hoje certamente estaria na lista dos mais vendidos por seu grande sucesso editorial que permitiu que Bernardo Guimarães se tornasse um dos mais populares romancistas de sua época. O autor queria alcançar com esta obra as instâncias de uma literatura panfletária antiescravagista e libertária. Às margens do Paraíba se localiza, no romance, a propriedade escravista produtora de açúcar pertencente ao comendador Almeida. Este era muito rico, mas por motivos de doença e idade buscava na corte a distração para suas enfermidades e preocupações. É nesta fazenda que a heroína Isaura, filha de uma escrava com um emigrante português, Miguel, que fora outrora feitor a serviço do pai de Leôncio. Isaura é de grande beleza física, pois branca de pele; de grande beleza espiritual, cristã fervorosa; tem também dotes intelectuais incomparáveis, pois recebera educação da falecida mãe de Leôncio. Este nutre grande desejo por Isaura que o renega aos seus galanteios e foge de suas investidas.

A paixão do senhor escravocrata é tão arrebatadora que Leôncio deixa transparecer suas intenções de forma incisiva e despreocupada das convenções sociais da época. Os assaltos e as investidas eróticas de Leôncio à Isaura são tão grandes que desencadeiam uma separação entre ele e Malvina, sua esposa, que mediante os acontecimentos vai morar com seus pais deixando sob a sorte das intenções de Leôncio a pobre escrava.

Com a intenção de modificar a aversão da escrava, Leôncio determina que Isaura passe a ter uma vida como a de todos os escravos e a manda para senzala para que ela trabalhe como as outras escravas da fazenda no intuito de que, pelo cansaço e pelas dores do trabalho forçado, ela viesse a apagar o brio pessoal. Isaura suporta a sua condição se opondo aos desejos e as intenções de Leôncio que a ameaça colocá-la no tronco. É quando, depois da recusa de Leôncio em aceitar o valor correspondente a alforria de Isaura acertados entre o seu pai e Miguel, este último foge com a moça para Pernambuco.

Lá Isaura vai viver com o nome de Elvira e se apaixonará por Álvaro, rico e invejado jovem pernambucano, que a amando pretende logo se casar com a bela moça. Porém, antes de revelar sua verdadeira identidade, a heroína vê-se desmascarada em um baile. O amor que tudo suporta, que não vê além das razões do coração, a bem da moda romântica, não consegue

impedir que Leôncio a capture e leve consigo a escrava, objeto de suas paixões e obsessões. Álvaro, ainda tenta impedir Leôncio tentando comprá-la sem efeito. Leôncio falido e com o objetivo de conseguir um empréstimo do pai de Malvina, consegue se reconciliar com a mulher, afirmando que Isaura é quem o seduzira. Logo Isaura é obrigada a casar com Belchior, homem disforme e jardineiro da fazenda.

Entretanto, no dia das bodas todos são surpreendidos com a chegada de Álvaro que após comprar as dívidas de Leôncio vai cobrar-lhe os bens adquiridos, tornando-se proprietário de tudo, inclusive de seus escravos. Leôncio suicida-se. E a história parte para um fim tranquilo e feliz. Uma literatura sem dúvida cheia de artifícios românticos facilmente percebíveis e de uma fluidez espantosa que fez e faz até hoje grande séquito de seguidores.

Todavia se inscreve no romance a problemática da caracterização da heroína. O ideário romântico aliado à ideologia burguesa não suporta neste período uma personagem de tão grande importância sobre a pele. A trama se desenvolve num tempo determinado “Era nos primeiros anos do reinado do Sr. D. Pedro II.” (GUIMARÃES, 1991, p. 03).

Considerado um romance regionalista, *A escrava Isaura* é ambientada “No fértil e opulento município de Campos de Goitacases, à margem do Paraíba, a pouca distância da vila de Campos, havia uma linda e magnífica fazenda.” (GUIMARÃES, 1991, p. 03). O autor usa dos quadros bucólicos do país para construir sua obra, mas, sobretudo na história de Isaura, podemos ver se construir, na voz do narrador, as diferenças entre a vida urbana e a vida no campo, relativizando as benesses das duas sem muito negativá-las. Falar de uma localidade controversa aos salões imperiais constitui um traço forte na escrita do autor como se o mesmo buscasse o pitoresco e o pastoril como meio de referenciar crítica sobre a capital e os centros urbanos das províncias. Longe é claro de uma cópia fiel do campo, mas uma crítica árdua à urbe.

Quando na atualidade se indaga sobre a finalidade da educação no mundo e sobretudo no Brasil automaticamente outras questões são desencadeadas. As nossas tão firmadas associações com o mundo do capital conduzem o pensamento a escalas de classificação das coisas em termos monetários que qualquer outro sistema de valoração são ou colocados em segundo plano ou mesmo adequado à gramática das relações sociais. Daí se pode dizer que a educação não serve mais à formação dos indivíduos, a liberdade que o conhecimento produz a

capacitação ou a maioria do homem. Ela se mostra servil a um sistema econômico e cultural.

Subjaz no pensamento de Kant “homem não pode tornar-se um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz.” (Kant, 1996, p.15). Kant com certeza ficaria estarecido com os desusos da ideia de educação no mundo marcado pela colonização. Todavia o próprio lança mão de um conceito sobre a educação como um meio de adequação dos indivíduos à sociedade.

Habituar o educando a suportar que a sua liberdade seja submetida ao constrangimento de outrem e que, ao mesmo tempo, dirija corretamente a sua liberdade. Sem esta condição, não haverá nele senão algo mecânico; e o homem, terminada a sua educação, não saberá usar sua liberdade. É necessário que ele sinta logo a inevitável resistência da sociedade, para que aprenda a conhecer o quanto é difícil bastar-se a si mesmo, tolerar as privações e adquirir o que é necessário para tornar-se independente (KANT, 1996, p.34)

Neste ínterim a educação é um instrumento de domesticação, de subjugação dos sujeitos. E se alguns dos participantes da sociedade não são atados ao desejo da mesma, isto não quer dizer que o indivíduo usou da liberdade e do livre arbítrio para negar sua conformação negando-se participar do processo educativo.

O que parece ser liberdade não é nada mais que pura subserviência à lógica que se nega, esta atitude é também explicada pelo desejo da sociedade. A sociedade manipula os cordões que desencadeiam as práticas dos sujeitos. Lembrando Foucault a ilusão de autonomia se expressa nos sujeitos quando: “Expressando seus pensamentos em palavras de que não são senhores, alojando-as em formas verbais cujas dimensões históricas lhes escapam, os homens, crendo que seus propósitos lhes obedecem, não sabem que são eles que se submetem às suas exigências.” (FOUCAULT, 2000, p. 411). As exigências desta entidade social. Todavia o que determina, o que pensa esta lógica pode ser transformado e conjuntamente o espetáculo do cotidiano.

Pensando nos anos de dominação colonial e os períodos que o sucederam apreendemos que um contra-discurso foi operado. Se antes o discurso era condicionado a enunciados que opunham as colônias ao processo educativo considerando a selvageria como traço distintivo entre a metrópole e elas, logo após se foram processando deslocamento e reconfiguração destes princípios. Dentro da obra a figura de Isaura a é tencionada de

forma controversa. O narrador constrói a figura da personagem através de antíteses de forma sutil para criar empatia com o leitor que devera futuramente defender a liberdade da heroína. Observem como a cor da pele se dilui entre os outros elementos da primeira imagem da personagem e seus afazeres:

Acha-se ali sozinha e sentada ao piano uma bela e nobre figura de moça. As linhas do perfil desenham-se distintamente entre o ébano da caixa do piano, e as bastas madeixas ainda mais negras do que ele. São tão puras e suaves essas linhas, que fascinam os olhos, enlevam a mente, e paralisam toda análise. A tez é como o marfim do teclado, alva que não deslumbra, embaçada por uma nuance delicada, que não sabereis dizer se é leve palidez ou cor-de-rosa desmaiada. O colo donoso e do mais puro lavor sustenta com graça inefável o busto maravilhoso. Os cabelos soltos e fortemente ondulados se despenham caracolando pelos ombros em espessos e luzidios rolos, e como franjas negras escondiam quase completamente o dorso da cadeira, a que se achava recostada. Na frente calma e lisa como mármore polido, a luz do ocaso esbatia um róseo e suave reflexo; di-la-feis misteriosa lâmpada de alabastro guardando no seio diáfano o fogo celeste da inspiração. (GUIMARÃES, 1991, p. 04)

Isaura esta longe de parecer fisicamente com seus semelhantes em condição, os escravos. Ela personifica a figura das jovens leitoras; sobre ela recaem a primazia da perfeição nos moldes românticos, e neste ínterim a escravidão dos iguais é insuportável. O autor se põem contrário a escravidão mas não dela como um todo, e só, e somente só, dos que são marcados por dotes comuns. Tanto que entre Malvina, esposa de Leôncio, e Isaura as diferenças tentam ser apaziguadas pela educação, como vemos no diálogo:

-Entretanto passas aqui uma vida que faria inveja a muita gente livre. Gozas da estima de teus senhores. Deram-te uma educação, como não tiveram muitas ricas e ilustres damas que eu conheço. És formosa, e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano. Bem sabes quanto minha boa sogra antes de expirar te recomendava a mim e a meu marido. Hei de respeitar sempre as recomendações daquela santa mulher, e tu bem vês, sou mais tua amiga do que tua senhora. Oh! não; não cabe em tua boca essa cantiga lastimosa, que tanto gostas de cantar.

- Não quero, - continuou em tom de branda repreensão, - não quero que a cantes mais, ouviste, Isaura?... se não, fecho-te o meu piano.

- Mas, senhora, apesar de tudo isso, que sou eu mais do que uma simples escrava? Essa educação, que me deram, e essa beleza, que tanto me gabam, de que me servem?... são trastes de luxo colocados na senzala do africano. A senzala nem por isso deixa de ser o que é: uma senzala. (GUIMARÃES, 1991, p. 06)

Fala da sociedade a jovem alva de descendência negra? É a senzala que não muda ou é a mentalidade escravocrata que se mantém, embora todos os indícios e argumentos contrario a exploração da mão de obra escrava? Conformação ou contestação? A educação não é suficiente para afastar ou mesmo dissipar o peso da escravidão é tanto que a discussão entre as duas personagens, localizadas no inicio do romance, deixem claras que para o

Brasil Império ser educada ainda não era suficiente para apagar os discursos de interdição alimentados pela inferioridade racial colonial. pontuemos a figura de Leôncio no arremate das configurações sociais da época.

Leôncio achara desde a infância nas larguezas e facilidades de seus pais amplos meios de corromper o coração e extraviar a inteligência. Mau aluno e criança incorrigível, turbulento e insubordinado, andou de colégio em colégio, e passou como gato por brasas por cima de todos os preparatórios, cujos exames todavia sempre salvara à sombra do patronato. Os mestres não se atreviam a dar ao nobre e munífico comendador o desgosto de ver seu filho reprovado. (GUIMARÃES, 1991, p. 06)

A educação participa de forma importante na caracterização dos personagens e traz de forma explícita uma cruel confirmação das permissividades e da corrupção que estão a andar paralelamente como ensino no Brasil. Se hoje os posicionamentos contrários a uma política de cotas no ensino superior defendem a bandeira do mérito pode-se ver que o mérito e o merecimento sempre se configuram a partir de um a localização social e de suas associações ao conhecimento. E em uma sociedade em que a burguesia surgiu como extrato muito tempo depois pois a corte e seus títulos imperavam literalmente ao gosto brasileiro dize-se que a sociedade meritocrática não passa de uma sociedade aristocrática .

Leôncio é singularmente a figura da corrupção do saber, bem como das instituições escolares que o acolhem. Alias a escola é uma extensão da casa grande, onde os papéis previamente definidos servem-se de um paternalismo afeito as vicitudes de uma sociedade escravista. O fascínio romântico por uma sociedade mais justas não é suficiente para deflagrar enunciados capazes de modelar um novo *modus operandi* para o os sentidos da educação no país.

Álvaro de origem abastada é a antítese de Leôncio mas ambo são oriundos de um mesmo extrato social, são ambos do mesmo gênero, passaram por instituições de ensino embora diferentes mas com a mesma base epistemológica, são disjunções de um uma ideologia em comum, e embora as apitidões pareçam diferentes são eles personagens de uma história em comum o romance das classes dominantes , das oligarquias brasileira. Isaura, cujo nome reflete seu valor, igual ao ouro, é colhida entre os cascalhos chama a atenção pelo seu brilho, sua pele branca seus dotes, sua doçura caminham para a personalização de um atípica heroína romântica, se acaso não fosse determinada a sua genealogia estranha, sua hereditariedade obscura, sua face negra sob a mascara branca.

Determinadas classes assumiram o discurso do colonizador tal qual em uma partilha de bens enquanto para todo o restante as configurações não foram transformadas substancialmente sendo a escola, como todos os outros espaços de educação, o local tabu para todos os preconceitos. O que chama a atenção para estratificação dos sujeitos e a manutenção de saberes e poderes. Diz Memmi:

Um esforço constante do colonialista consiste em explicar, justificar e manter, tanto pela palavra quanto pela conduta, o lugar e o destino do colonizado, seu parceiro no drama colonial. Quer dizer, em definitivo, em explicar, justificar e manter o sistema colonial e, portanto, seu próprio lugar. (MEMMI, 1977, p. 69)

O que dizer então de um sistema de ensino modelado segundo estas mentalidades em que as naturezas econômicas e raciais são dispostas de maneira a limitar não a participação do espaço social ou mesmo a condição de inferioridade ou superioridade entre outros. Um negro que sabe ler no século XIX é apreciado diferente do que não teve acesso à instrumentalização do saber letrado? O negro letrado tem semelhanças ao branco iletrado, e qual a relação com o branco letrado se supostas algumas analogias? Algumas destas questões podem ser elucidadas em um outro momento da literatura que não será abordado de forma extensiva neste trabalho, mas que tocaremos como forma de instigar novas abordagens e possíveis desdobramentos sobre as questões.

3.4 O cortiço: novos personagens, antigos enredos

Aluísio Azevedo (1857-1913) foi um dos precursores da literatura naturalista no Brasil na segunda metade do século XIX. *O cortiço* (1890), uma de suas obras mais conhecidas, foi precedida por outras de grande valor literário como *O mulato* (1881), romance que inaugura o movimento naturalista brasileiro, e *Casa de pensão* (1884), entre outros escritos do mesmo autor.

Em *O cortiço*, romance ambientado no espaço urbano do Rio de Janeiro imperial, descreve-se as ações de personagens que transitam por limiares de identidades marcadas ora pela animalidade ora pela humanidade e sob estes aspectos a imagem nacional toma um novo esboço. Tais transações só são possíveis sob os efeitos de um pensamento científico do

período que estava modificando os sentidos do homem e da sociedade em contraponto à modernidade e ao crescente desenvolvimento do mundo industrializado.

O cortiço e seus habitantes encerram uma alegoria da nação brasileira num período contemporâneo a diversas transformações sociais, políticas, e econômicas no país. Se alegórico, o romance vai construir imagens fictícias para atingir seu leitor com uma outra compreensão da realidade nacional. É preciso lembrar que a alegoria traz em si uma tarefa de conciliar as tensões na representação da realidade e dos sentidos que nela se expressam .

É na alegorização do Brasil através do cortiço que o autor, servindo-se da estrutura do romance de tese, vai de encontro à crítica da realidade do seu tempo sem deixar de tocar o discurso de dominação colonial insistentemente presente em boa parte da literatura escrita no país desde o século XVI. Esse discurso tem, segundo Bhabha, o objetivo de “apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução” (BHABHA, 2007, p.111)

Sabe-se que foi concomitante ao romantismo que, no Brasil, o nacionalismo fixou na ordem do dia dos intelectuais e populares a ideia de nação moderna como reação e salvaguarda de um patrimônio material e cultural de um povo. Na Europa a disseminação do ideário nacionalista acontece bem antes, ainda na primeira metade do século XVIII, época de grande efervescência e burilamento da sociedade europeia e da ascensão do modo de vida burguesa.

Todavia as diferenças entre as sociedades do Velho e do Novo Mundo não foram empecilho para as transformações. No campo literário elas na verdade agiram como elemento atenuante ou acirrador para as distinções e o estabelecimento de um *ethos* nacional no século XIX. É fato que este movimento no país, já que incessante na história surge no momento em que é proclamada a independência em 1822, momento que marca a nossa passagem do modo colonial, sob a máscara de um reino unido, para o imperial. Império, diga-se de passagem, que não duraria muito, pois em 1890 a república é proclamada.

Busca-se entender como as novas diretrizes estéticas do movimento realista-naturalista contribuíram para os sentidos da nação e da educação tomando como base as obras operadas nesse tempo entre elas *O cortiço*, de Aluísio Azevedo. Quais as principais diferenças no conjunto dos personagens visto a historiografia literária? E o enredo da obra? Como este se

afasta ou se distância do discurso colonial? São algumas das questões que são sugeridas para trama das reflexões.

Em meio às transformações externas à obra, problematiza-se a sociedade brasileira no início da era Republicana e o ideário nacional frente à formação do povo brasileiro para os novos tempos sem que se apague a memória da colonização e sua ação pedagógica sobre a mentalidade de nossas manifestações culturais.

A literatura aqui não é base para uma simples explicação da realidade. O trabalho com ela exige um entendimento maior que não aquele que se fixa na representação dos fatos, da sua ligação com o real, pois “Mais densa e eloquente que a vida cotidiana, mas não radicalmente diferente, a literatura amplia o nosso universo, incita-nos a imaginar outras maneiras de concebê-lo.” (TODOROV, p.23). Neste processo de imaginar e criar pontua-se através do encadeamento dos fatos fictícios e personagens do romance os estigmas da colonização versus ao projeto de nação do fim do século XIX e destaca-se entre outros os sentidos da educação, tão cara à consolidação imperial e republicano, expressos na trama.

O século XIX é consideravelmente um dos momentos mais singulares da história do país, marcado por um conjunto amplo de transformações nos âmbitos sociais, políticos, econômicos, literários e estéticos. Nesta fase o desejo de autonomia é contingente em todos os campos da realidade nacional. E se o romantismo, em 1832, abre caminho para a construção de uma identidade brasileira através de imagens que fundam a nação como um construto mítico, suas veredas trilhadas pelos seus sucessores reatualizam o discurso colonial de legitimação do poderio da metrópole. O pensamento colonialista marcou ideário brasileiro com cicatrizes profundas, marcas que determinavam segundo o olhar da metrópole a incapacidade de autogerência, em outras palavras nossa dependência cultural.

Todavia se no romantismo brasileiro a busca pela originalidade e singularidade deu-se principalmente pelo viés mítico e ideológico do passado, posteriormente mudados os tempos e os espaços, a relação mito e nação cessou. É possível ver na produção literária realista e naturalista brasileira ainda forte resquício de uma tendência nacionalista que cria novas narrativas baseadas em novas mitologias.

É fato que a fundação mítica e estereotipada do país, não atendia mais as contingências da realidade descrita pelo período realista-naturalista, pontua-se que a literatura não tem como objetivo esse estreitamento, mas se relacionamos à produção da época

romântica brasileira, identifica-se que essa tendência não foi uníssona em criar uma epopéia colonial pautada no nativismo aparentemente conciliatório dos desejos de um colonizador e dos colonizados, resumida em uma pátria garrida e edênica.

A nação paradisíaca é problematizada ainda na era romântico em algumas obras como *Inocência* de Taunay e serão supostamente apagados pelo verismo das lentes dos escritores realista-naturalistas que sucedem essa fase literária preocupados com a formação do país e não mais com a sua fundação. Em suma, do século XVI até os dias atuais, é difícil apagar o registro discursivo colonial do país de natureza exótica, da sexualidade vibrante, das inúmeras possibilidades das explorações agrárias e naturais, da era da impunidade e dos aviltamentos morais; mesmo que a realidade seja outra.

Para o realismo-naturalismo, o verismo se constitui de um posicionamento crítico que aponta os mais diversos quadros sociais para os quais o idealismo romântico se fechou. No entanto o pensamento racial não só cria uma nova imagem do Brasil na literatura como demonstra a presença forte do discurso colonial e é disfarçada por um maqueamento. A política racial da ciência da época não se afasta em muito da forma que o colonizador olha para a população do Novo Mundo e, embora a dinâmica de mercado seja outra, o Brasil, e por que não dizer toda a América latina, ainda era carente em diversos aspectos, e desta forma um cliente em especial.

É na identificação de uma sociedade de negros e mestiços e do apagamento de uma civilidade europeia que a nação é representada nesta época. A descrição objetiva da realidade está aliada a um forte consenso ideológico que infere a sociedade brasileira um caráter negativo de inferioridade moral, política e intelectual. Partindo especialmente dos sentidos da educação e instrução escolar dos personagens na obra o *Cortiço* de Aluisio Azevedo, bem como da ideia de raça, identificam-se as analogias discursivas e os enunciados que seguem por caminhos já trilhados anteriormente na literatura e na história do Brasil.

Partidários ou não do ideário nacionalista, os escritores do século XIX compuseram quadros de imagens que se entrelaçam e se comunicam produzindo uma construção multimetafórica. Daí a nação, nestes termos, é em suma uma construção alegórica, ou melhor, estruturas que salvo suas particularidades e singularidades perceptíveis se utilizam de elementos, ou de unidades discursivas que ampliam e revisitam um discurso anterior. Dentre estes elementos destacamos a dependência colonial que tem o objetivo de retardar,

impossibilita, tornar inviável qualquer que seja as investidas libertárias em busca da autonomia. As metáforas do Brasil e de sua gente exemplificam principalmente na obra *O Cortiço* que as substituições feitas no campo estético entre romantismo e o realismo-naturalismo compreendem o discurso colonial a gerir nossas relações sociais internas e transnacionais.

É preciso destacar que se “relação metafórica permite praticamente uma equivalência entre toda e qualquer significação.” (BRANDÃO, 1989, p.21) A alegoria como resultado deste conjunto de metáforas também se modifica. Não se pode esquecer que algumas das construções metafóricas têm suas estruturas alteradas, seus significantes são trocados, mas os sentidos não se apresentam na mesma dinâmica, algumas significações são persistentes, algumas imagens perduram como se uma tatuagem no corpo explorado da nação.

Para dar prosseguimento a análise, pontua-se aqui algumas categorias que servem para focar as analogias, porém aquelas são parte de um universo extenso de significantes que no jogo sêmico podem apontar sentidos contraditórios e semelhantes na estruturação dos personagens e ações no contexto, sabendo que outras mais podem ser observadas fazendo alusão a um sistema discursivo de dominação. Novos fenômenos vem a baila e estão aqui relacionados são o trabalho, casamento, mestiçagem, a cultura e a educação.

Em pauta para o realismo-naturalismo esteve conseqüentemente uma nova ordem econômica e a formação de personagens que vivam do ganho, irrisório na maioria dos casos, da venda de sua mão de obra. O trabalho assalariado é uma novidade em *O cortiço*, como em boa parte das narrativas do século XIX, e vista sobre os maus olhos da sociedade escravista brasileira. É possível notar que no cortiço todos tem a fazeres e são pagos pelos mesmos. A mulher é parte de uma mão de obra proletária que surge no cenário social e literário da época, mas que não exige ainda uma especialização técnica.

A indústria, incipiente ainda no período, não fazia parte da ficção nem tampouco da realidade do país. No cortiço poucos são os produtos advindos de uma produção, em sua maioria os bens de consumo são serviços, dando ao trabalho um caráter predominantemente doméstico. Brancos ou negros, para os personagens do romance o trabalho estava no mesmo patamar da escravidão, e seus maiores benefícios eram a subsistência.

Ainda o país exportava a maioria dos produtos industrializados da Europa, o *modus vivendi* europeu era mais que moda, era norma. Pelo trabalho, escravo ou não, a nação que se

constitui na obra segue as novidades de uma economia liberal que colonizava os gostos e certificava a posição subalterna do país na cadeia produtiva. No Brasil são mantidos aspectos de exploração diferentes da livre iniciativa, a possibilidade de riquezas e de um eldorado facundo. No trecho que segue, pode-se visualizar as promessas e o intuito de exploração por parte de Miranda, figura do colono ora ávido ora frustrado:

Mas então, ele Miranda, que se supunha a última expressão da ladinagem e da esperteza; ele, que, logo depois do seu casamento, respondendo para Portugal a um ex-colega que o felicitava, dissera que o Brasil era uma cavalgada carregada de dinheiro, cujas rédeas um homem fino empolgava facilmente; ele, que se tinha na conta de invencível matreiro, não passava afinal de um pedaço de asno comparado com o seu vizinho! Pensara fazer-se senhor do Brasil e fizera-se escravo de uma brasileira mal-educada e sem escrúpulos de virtude! Imaginara-se talhado para grandes conquistas, e não passava de uma vítima ridícula e sofredora!... Sim! No fim de contas qual fora a sua África?... Enriquecera um pouco, é verdade, mas como? A que preço? Hipotecando-se a um diabo, que lhe trouxera oitenta contos de réis, mas incalculáveis milhões de desgostos e vergonhas! Arranjara a vida, sim, mas teve de aturar eternamente uma mulher que ele odiava! E do que afinal lhe aproveitar tudo isso? Qual era afinal a sua grande existência? Do inferno da casa para o purgatório do trabalho e vice-versa! Invejável sorte, não havia dúvida! (AZEVEDO, 1990, p.14)

Observem que os sentidos de uma colonização ficam mais que claros; que a educação acirra a valores negativos para com a população; que a África se mostra como região colônial possivelmente mais atrativa aos olhos do personagem. O casamento é no romance sem dúvida uma instituição burguesa que demonstra a irrealização de um sonho, de um ideal alimentado pela narrativa romântica como ápice das relações humanas dos personagens da sociedade ou mesmo fictícios.

Metaforicamente algo havia dado errado no casamento entre o Brasil e Portugal, e nem mesmo o divórcio conseguiu resolver os conflitos entre os pares. Nas bodas de Miranda o que parecia vir pronto pela propaganda de um dote, vibra como estigma, a troca do gato pela lebre. Todavia é com o casamento, ou bem melhor da união entre pares que surge um outro elemento para as analogias: a mestiçagem.

Quando deram fé estavam amigados. Ele propôs-lhe morarem juntos e ela concordou de braços abertos, feliz em meter-se de novo com um português, porque, como toda a cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua. (AZEVEDO, 1990, p.14)

Bertoleza deseja a união como parte de um ritual de branqueamento. Ritual que consome a identidade de um extrato social marcado pela violência e pela não

representatividade. A união com Romão é a possibilidade de apagamento de sua identidade. É importante notar que Bertoleza é a força motriz de João Romão para a construção de seu império. Era a exploração do trabalho negro a possibilidade de enriquecimento, na sociedade escravocrata, sentidos que não se desgarram de nossas práticas. Na verdade o abismo conceitual da nova ordem política não trouxe grandes modificações para as relações na sociedade brasileira, que não foram desfeitas nem mesmo com a libertação dos escravos pois como assevera Bosi:

A alternativa para o escravo não era, em princípio, a passagem para um regime assalariado, mas a fuga para os quilombos. Lei, trabalho e opressão são correlatos sob o escravismo colonial. Nos casos de alforria, que se tornam menos raros a partir do apogeu das minas, a alternativa para o escravo passou a ser ou a mera vida de subsistência como posseiros em sítios marginais, ou a condição subalterna de agregado que subsistiu ainda depois da abolição do cativo. De qualquer modo, ser negro livre era sinônimo de dependência. (BOSI, 1992, p. 24)

Daí que os papéis desempenhados por Bertoleza e Isaura não são tão distantes, embora uma seja educada e a outra não. Em outro momento, será João Romão que almeja a mudança de classe social pelo casamento com a filha de Miranda, todavia Bertoleza é uma ameaça à exclusividade monogâmica, ela é a união com a África que deve ser apagada. Ela fere; ela contamina, ela é o obscuro passado da escravidão, e embora se suponha livre, ainda está presa a um conjunto de significados que negam a sua liberdade. Bertoleza não pode conhecer a liberdade, falta-lhe a instrução, ela não sabe ler. Será até o fim da narrativa escrava da ignorância, alheia, como parte da população negra até hoje, de seus direitos e de seu espaço na sociedade.

As teorias raciais da época serviram para a produção de personagens que como na obra anseiam pela transformação da sua própria condição, não vista de certo modo como algo de todo positivo para os naturalistas, já que a cor negra da pele era um registro de baixo escalão, se consideradas as torpezas e vilanias com as quais o elemento negro era generalizado. Elemento negro, diga-se de passagem, pois o índio foi praticamente excluído e silenciado na literatura da segunda metade do século XIX por razões estéticas que fixavam o índio ao romantismo e por um motivo óbvio: o contingente populacional urbano no qual as narrativas se desenvolvem.

Na representação literária sim, mas na memória os indígenas ou foram aglutinados ao extrato marginalizado da sociedade ou excluídos pelas necessidades de mercado. O mestiço estava longe de ser o biótipo da nação, e o branqueamento uma possibilidade de superação da

raça dominante. Embora a acidez do olhar realista-naturalista não poupe nem gregos nem troianos, foram os mestiços o receptáculo de grande volume para as torpezas da sociedade. “Ele tinha “paixa” pela Rita, e ela, apesar de volúvel como toda a mestiça, não podia esquecê-lo por uma vez” (AZEVEDO, 1990, p.49). Rita Baiana é uma destas personagens resultante da junção das raças ressaltada como perigosa e feiticeira, longe da mestiça Isaura, que por seus qualitativos de saber ler, tocar piano e ser altamente devota demonstra outra idealização da realidade que colocam sob discussão tanto os novos padrões sociais.

A sedução de Rita Baiana é análoga à sedução de Iracema caracterizada pelo mundo selvagem a ser colonizado. Ambas são adjetivadas por palavras que evocam a animalidade. São elas símbolos para o pensamento colonizador de uma nação de selvagens que precisam ser civilizados através dos novos produtos da metrópole. As heroínas são catalisadores, dentro desta mentalidade, da intervenção e da exploração. Surge daí o problema do choque cultural vivenciado por Jerônimo. O personagem é tomado de assalto pelas condições inumanas de trabalho das terras brasileiras. O paraíso vendido não chegou ao seu comprador enquanto produto. É como lavrador que o colono sentira o peso e as implicações da palavra trabalho no mundo ex-mundo escravocrata. As condições de trabalho do então império representado no romance, põe estrangeiros ou cidadãos livres na mesma medida que os escravos, como no trecho:

Jerônimo viera da terra, com a mulher e uma filhinha ainda pequena, tentar a vida no Brasil, na qualidade de colono de um fazendeiro, em cuja fazenda mourejou durante dois anos, sem nunca levantar a cabeça, e de onde afinal se retirou de mãos vazias e uma grande birra pela lavoura brasileira. Para continuar a servir na roça tinha que sujeitar-se a emparelhar com os negros escravos viver com eles no mesmo meio degradante, encurralado como uma besta, sem aspirações, nem futuro, trabalhando eternamente para outro. (AZEVEDO, 1990, p.14)

Jerônimo perde as regalias de uma colonização romanceada, do mito do paraíso terrenal para os seus patrícios. Outras condições de trabalho vão marcar as ações desse personagem e seu núcleo. Todavia a cultura do colonizado vai infectar as práticas e os valores dos colonos, aos poucos uma tragédia se dá. Jerônimo deixa-se levar pelas seduções da mestiça, aos poucos renuncia a moral e deixa-se levar pelas languidas promessas de prazer terrenal, torna-se na melhor das hipóteses um híbrido cultural singularmente anômalo como o mestiço.

Uma transformação, lenta e profunda, operava-se nele, dia a dia, hora a hora, reviscerando-lhe o corpo e alando-lhe os sentidos, num trabalho misterioso e surdo

de crisálida. A sua energia afrouxava lentamente: fazia-se contemplativo e amoroso. A vida americana e a natureza do Brasil patenteavam-lhe agora aspectos imprevistos e sedutores que o comoviam; esquecia-se dos seus primitivos sonhos de ambição; para idealizar felicidades novas, picantes e violentas; tornava-se liberal, imprevidente e franco, mais amigo de gastar que de guardar; adquiria desejos, tomava gosto aos prazeres, e volvia-se preguiçoso resignando-se, vencido, às imposições do sol e do calor, muralha de fogo com que o espírito eternamente revoltado do último tamoio entrincheirou a pátria contra os conquistadores aventureiros. E assim, pouco a pouco, se foram reformando todos os seus hábitos singelos de aldeão português: e Jerônimo abraçou-se. (AZEVEDO, 1990, p.66-67)

Instrução e trabalho estão agindo um sobre o outro. É preciso de educação para que mesmo os trabalhos mais simples sejam finalizados. O conhecimento não é simplesmente parte da formação do indivíduo, mas da formação de um produto, sob leis e normas de comportamento de mercado. Na obra sentidos e expressões negativas são atribuídas à instrução mostrando um deslocamento dos personagens no meio social como Pombinha, ou a degradação moral não condizente ao modo de vida intelectual como no caso do jovem agregado, Henrique, sem falar numa perda de identidade cultural pela qual passa Jerônimo, apagando o registro cultural de Portugal em suas práticas e assumindo a brasilidade, esta sempre em função de sentidos negativos e pejorativos. Há uma generalização particular aos instruídos na trama, eles são personagens deslocados, como se o conhecimento e o saber não encontrassem lugar para se fixarem criando personagens com fortes desvios de identidade.

Pombinha era muito querida por toda aquela gente. Era quem lhe escrevia as cartas; quem em geral fazia o rol para as lavadeiras; quem tirava as contas; quem lia o jornal para os que quisessem ouvir. Prezavam-na com muito respeito e davam-lhe presentes, o que lhe permitia certo luxo relativo. Andava sempre de botinhas ou sapatinhos com meias de cor, seu vestido de chita engomado; tinha as suas joiazinhas para sair à rua, e, aos domingos, quem a encontrasse à missa na igreja de São João Batista, não seria capaz de desconfiar que ela morava em cortiço. (AZEVEDO, 1990, p.32)

No caso de Pombinha, a instrução em meio aos outros do cortiço lhe agrega o divinal. Para os demais moradores do cortiço ela não faz parte daquele ambiente, mas as proposições sociais também não a suportam. Ou se era rica e instruída, ou pouco se fazia valor da educação para a mulher, a não ser uma promessa de um casamento. Como seu casamento não se realiza, Pombinha se torna uma cortesã.

A alegoria conhecida figura de tropos do barroco, amplamente usada no romantismo brasileiro é referência para as analogias entre nação e as narrativas do realismo-naturalismo,

pois no romance de tese elas exercem papel pedagógico (REBOUL,2004). Embora os tempos tenham gerado outras contingências, 'ser colônia', antes de qualquer coisa, constitui um traço caracterizador de nossas relações, mesmo suplantados os dados econômicos visíveis de subdesenvolvimento e efetivando a imagem de nação emergente. Outra gama de significados são despercebidos, silenciosos, perigosos pois icônicos de patologias ainda não curadas na nossa auto-imagem, patologias de nosso cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As nações, como as narrações, perdem suas origens nos mitos do tempo e só vivem seus horizontes plenamente reais nos olhos da mente. Uma imagem semelhante da nação -. A narração, pode parecer impossivelmente romântica e excessivamente metafórica, mas dessas tradições do pensamento político e da linguagem literária que a nação surge como uma poderosa ideia histórica no Ocidente. (BHABHA, 2000, p. 211)

Bhabha (2000) nos fornece neste princípio do “fim” um pensamento instigante que acompanhou todas as reflexões neste trabalho sobre a nação como narração, e consequentemente, sobre a educação como parte do mosaico dessas narrativas. Observamos que a educação e a nação são processadas a partir do mesmo grupo de formações discursivas ficcionais sendo que o primeiro sempre esteve contido no segundo, pelo menos na condição de educação nacional. Almejando soluções foi preciso buscar os vínculos entre elas, mostrar o princípio de ação que as opera, mostrar como uma age sobre a outra e como ambas dão vazão aos sentidos da educação no país, relacionando os discursos historicamente produzidos a partir de um caso específico as narrativas literárias. Seria possível a realidade romper-se da imaginação, já que nossa tradição sempre propôs o contrário que ao imaginário é uma referenciação do real?

Para a nossa contemporaneidade isto parece impossível já que a literatura teve seus espaços cada vez mais reduzidos ao comparar os saraus, as reuniões familiares ou não, ao chás, cafés, a boemia, uma série de eventos de tempos onde a informação chegava às pessoas pela oralidade e pelo jornal com seu folhetins. Para esta fase de nossa história sem rádio, TV, internet, a literatura servia como veículo de ideias, costumes, leis e revoluções em sentido muito próximo ao que a epopéia e, logo depois, a tragédia mantiveram para o mundo grego na antiguidade. Porém não podemos dizer que ela não continue a fomentar tais efeitos, porém diríamos que outros meios de persuasão mostrem formas mais rápidas e efeitos massificadores de seus discurso.

Sabe-se que a educação no Brasil só veio tomar um corpo mais definido dentro das necessidades iminentes do Império e da República, ambos os períodos de grande importância para a constituição da idéia de unidade nacional. Pode-se afirmar que neste intervalo o país encontrava-se sob o motor e a engrenagem de um projeto que não parou mais de se processar. Inconcluso, porém, resistente em alguns aspectos do imaginário, o projeto de nação

fundacional e formativo alçam âmbitos de extrema complexidade a partir do século XIX, dada o nada menos complicado período em que muitas transformações se operaram em um curto espaço de tempo e, muitas vezes, concomitantes.

A relação, pois, imbricada de nação e educação encontra na criação literária espaço de insurgência, onde ambos desenvolvem suas contradições, concessões e alianças. Algo de muito maior estava em jogo determinando as ações e os posicionamentos dos atores sociais: a soberania nacional. No afã de se tornar independente, civilizar-se era para os países do grupo chamado de ex-colônias demonstrar aptidão a frequentar em sua maioria o salão dos eleitos. Porém, só uma doutrina que os fizesse crê a todo o momento de sua temporalidade e da legitimação de seu governo eram capazes de vencer os obstáculos barristas do chamado capitalismo do Velho Mundo. Eles necessitaram inventar suas nações, e nesse processo de emancipação erigir espaços contíguos aos seus exploradores, fazer uso de seus instrumentos coloniais para estipular sua autonomia tal como preconizava Chatterjee:

O nacionalismo negou a alegada inferioridade do povo colonizado; também afirmou que uma nação atrasada podia se modernizar a si mesma, mantendo sua identidade cultural. Assim produziu um discurso no qual, inclusive para desafiar a pretensão colonial de dominação política, também aceitou as mesmas premissas intelectuais de modernidade sobre as quais a dominação colonial se baseava. (CHATTERJEE, 2000, p.164)

No Brasil, o desejo de forjar uma nação burocrática e espiritualmente¹² autônoma vai combater como prioridade, uma memória colonial repleta de viscitudes e barreiras ao progresso e a ordem, elementos caracterizadores dos dois estágios político-administrativos do Brasil, o Império, que nasce em sete de setembro de 1822, e a República decretada em 15 de novembro de 1895. E tal empreitada foi enfrentada como uma missão para os diversos grupos de intelectuais que ao longo da história do país foram perpetrando um *ethos* nacional capaz, em tese, de minar as relações de dependência colonial e de desabilitar a estampa de mundo incivilizado, selvático carente de intervenção. Dentre estes grupos destacam-se aqui os literatos que através da escrita compuseram grande parte desse imaginário no século XIX.

Quando se menciona os rumos da educação do país, convencionam-se muitas vezes dois aspectos incontestes dos sentidos por ela difundidos. Por um lado, a educação é a certeza do paraíso, é por ela que se pode acender as profecias que sempre estiveram a favor da redenção

¹² “una nacion es um principio espiritual” (RENAN, 2000, p. 65)

divina, afinal de contas, o Brasil parece manter-se abençoado por Deus, que ao que parece ou é natural ou naturalizou-se brasileiro.

A educação é a salvação. É por ela que se constrói um mundo mais justo, que se dizima a fome e a miséria, que se pode viver a cidadania e ser cidadão é estar na ordem do dia das políticas públicas com direitos mais que garantidos pela constituição. É pela educação que os portões do Éden se abrem. Ela é a chave para todos os problemas, instrumento mágico a fazer tremer de inveja a mais ágil e poderosa das varinhas de condão. Esta ideia salvacionista mais que esperança de transformação social passa a ser uma fé cega, e muitas das vezes, alheia às outras crenças e às especulações heréticas de outras formas de iluminação de conhecimento da verdade.

Do outro lado, como uma segunda face de Janus, está a educação como inferno, como o resultado de todas as nossas anomalias, de todos os sofrimentos e labutações nacionais. Milhões de brasileiros passam fome, milhões não tem acesso aos serviços públicos nas áreas de saúde, segurança. Se vida econômica não pode garantir melhor distribuição de renda e menor índices de miséria, a culpa é da educação.

Ela (a educação) sem dúvida é o grande demônio, o diabo da nação sem pão amassado, onde os *croissants* são tão impossíveis ou impalpáveis que o maná dos céus. Para este aspecto demonizado da educação Deus pode até ser brasileiro, mas, como outros, deixou o país e foi morar na Europa como ilegal. Na Sua ausência, o diabo fez a festa. Uma parábola cristã para um mundo não tão cristão assim.

Na junção das duas imagens da educação e as conjunturas nacionais, ela nunca é posta como base do problema. É esquecido que sua participação também é determinada e que sua voz não é ouvida em um solo, mas no coro com as outras vozes em bloco, na orquestração uníssona ou dissonante o cotidiano e suas práticas.

Não existe uma ação pedagógica que não seja interceptada por outras ações, que tenham suas conseqüências modificadas ao contrário do que se pode desejar de suas conseqüências. Findamos nos indivíduos as conseqüências de uma boa ou má educação sem levar em conta as avaliações que as precederam.

Paraíso e Inferno fazem parte do jogo de oposições que fizeram do Brasil imagem e semelhança em um discurso colonial que infectou diversos campos da sociedade, que instituiu

diversos saberes e que dispõem certo controle sobre a realidade. O discurso colonial opôs, lançou aos colonizados uma maldição tão forte quanto a maldição da casa real de Tebas. O mundo selvagem do Brasil-colônia teve sua selva transformada, seus índios com seus arcos e flechas adotaram outras armas outros sons, povoaram outras selas construídas de restos, redefiniram a arquitetura das cidades e das sociedades.

As narrativas ficcionais do século XIX demonstram como uma genealogia do pensamento educacional pode ser descrita a partir dos enunciados e dos discursos que perpassam os romances do romantismo brasileiro. Nestes enunciados identifica-se que o discurso colonial persegue de certa forma as nossas formas de representação e de criação de imagens.

Os enunciados não se esgotam, surgem e são visíveis em uma gama de romances brasileiros, em que, de forma expressa, explícita ou implicitamente, o colonialismo surge como uma formação discursiva ativamente orquestradora da realidade. Esta orquestração é composta em si de vários movimentos de forma virtuosística onde a participação de músicos e instrumento, local de execução das sinfonias ou mesmo da participação da platéia, faz do espetáculo algo relativamente novo e conseqüentemente, antigo, já que inúmeras transformações modificam o estar de cada coisa, embora o evento com certeza pareça ser o mesmo para vários locais no mundo.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. *Iracema*. São Paulo: Ática, 1998.
- ALENCAR, José de. *O guarani*. São Paulo: Ática, 1978.
- ALENCAR, José de. *Senhora*. São Paulo: Ática, 2000.
- ALENCAR, José de. *Ubirajara*. São Paulo: Ática, 1984.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1992.
- ASSIS, Machado. Notícia da atual literatura brasileira, Instinto de nacionalidade. CANDIDO, Antônio; CASTELO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira das origens ao realismo*. História a antologia. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.
- AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Ática, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Jorge Zahar Editor, 2005.
- BERGER, Peter, L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BHABHA, Homi K. A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. In. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 105-128.
- BHABHA, Homi K. Interrogando a Identidade: Frantz Fanon e a prerrogativa Pós-colonial. In. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- BONNICI, Thomas. *Conceitos-chave da teoria pós-colonial*. Maringá: Eduem, 2005.
- BONNICI, Thomas. *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura*. Maringá: Eduem, 2000.
- BORDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Organizadores: NOGUEIRA, Maria Alice.; CATANI, Afrânio. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

- BRANDÃO, Roberto de Oliveira. *As figuras de linguagem*. São Paulo: Ática, 1989.
- CANDIDO, António. *Formação da literatura brasileira*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. v. 1 e 2.
- CANDIDO, Antonio. O significado de “Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CASTORIADIS, Cornelius. *Figuras do pensável*. As encruzilhadas do labirinto. v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CHARAUDEAU, Patrick ; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHATTERJEE, Partha. El nacionalismo como problema em la historia de las ideas políticas. In BRAVO, Álvaro Fernández (org.). *La invención de la nación*. Lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha. Buenos Aires: Manantial, 2000.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Global, 1986. v. 3.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.
- DECCA, Edgar de. O que é romance histórico? Ou, devolvo a bola para você, Hayden White. in: *Gêneros de fronteira – cruzamento entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.
- DELEUZE, Gilles. *A lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.
- DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.
- EAGLETON, Terry. *Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*. Trad. Maria Lucia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ELIAS, Nobert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FARIA, Ernesto. *Dicionário latino-português*. 6. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1994.
- FERRO, Marc. *História das colonizações*. Das conquistas às independências. Séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província de Santa Cruz*. São Paulo: Hedra, 2008.
- GUIMARÃES, Bernardo. *A escrava Isaura*. São Paulo: Moderna, 1991.
- HALBWACHS, Maurice (1877-1945). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomás Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HOBSBAWM, Eric. “Introdução: a invenção das tradições”. In: HOBSBAWM, Eric & RANGERTerence (org.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HOBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- IANNI, Octávio. *A metáfora da viagem*. *Revista Cultura Vozes*. n.º 2, março/abril de 1996.
- KANT, Immanuel. *Sobre a pedagogia*. trad. Francisco Cock Fantanella. Piracicaba: Unicamp, 1996.
- LAPLANTINE, F. *Aprender antropologia*. São Paulo, Brasiliense. 2003.
- LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- LISPECTOR, Clarice. *A paixão segundo G.H.* Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- LOOMBA, Ania. *Colonialism/Postcolonialism*. London e New York: Routledge, 1998.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARINHO, Maria de Fátima. *O romance histórico em Portugal*. Lisboa: Campo das Letras, 1999.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. trad. Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- OLIVEIRA, A. de Almeida. *O ensino público*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- ORTIZ, R. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PRADA, Cecília. *Vozes Silenciadas: A sofrida participação feminina no mundo das letras*. *Revista Problemas Brasileiros*. Março/Abril. 2004.

TELLES, Norma; LOURO, Guacira Lopes in PRIORI, Mary d

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Altas literaturas: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

PRIORI, Mary Del. *Condessa de Barral. A paixão do imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. 2. ed. Tradução de. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RENAN, Emest. *¿Qué es una nación?* In: BRAVO, Álvaro Fernández (org.). *La invención de la nación*. Lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha. Buenos Aires: Manantial, 2000. p. 53-66.

RIBEIRO JÚNIOR, João. *O que é positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SAID, Edward W. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 78, Outubro/2007: 3-46.

SELGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003.

SOUSA, Celeste H. M. Ribeiro de. *Do cá e do lá*. Introdução à Imagologia. São Paulo, Humanitas, 2004.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: Ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TAUNAY, Visconde. *Inocência*. São Paulo: Ática, 1993.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

TOLLER, H. G. *As marcas da escravidão*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

NOGUEIRA, O. *Constituições Brasileiras: 1824*. 2. ed. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.